

RELATÓRIO DA DEMOCRACIA 2026

Desvendar a Era Democrática?



Variedades de Democracia (V-Dem) é uma abordagem única de medir a democracia utilizando uma metodologia inovadora.

Variedades de Democracia (V-Dem) produz a maior base de dados sobre democracia a nível global, com mais de 32 milhões de dados para 202 países entre 1789 e 2025. Com a participação de mais de 4200 académicos e especialistas nos diversos países, V-Dem mede mais de 600 diferentes atributos da democracia.

AVISO: Os pontos de vista e opiniões expressos no *Relatório da Democracia* não refletem a posição oficial do Projeto V-Dem nem do Comité de Direção V-Dem, ou do Instituto V-Dem. Os autores são responsáveis pelo conteúdo.



Editor: Staffan I. Lindberg

Equipa de autores do Relatório da Democracia

Ana Good God (Investigadora Auxiliar),
Marina Nord (Investigadora de Pós-doutoramento) e
Staffan I. Lindberg (Professor & Diretor Fundador do Instituto
V-Dem de 2012-2025).

Edição em língua espanhola: David Altman
(Professor e Director do Centro Regional da América Latina).

Edição em língua portuguesa Tiago Fernandes
(Professor e Diretor do Centro Regional da Europa do Sul).

Como citar o relatório principal:

Nord, Marina, David Altman, Tiago Fernandes, Ana Good God,
and Staffan I. Lindberg. 2026. *Democracy Report 2026: Unraveling The Democratic Era?* University of Gothenburg: V-Dem
Institute.

Equipa de produção: Sara Haug Andersson (Administradora de
Comunicações), e Staffan I. Lindberg (Professor).

Design: Rubrik AB

Impressão: Stema Specialtryck AB

Designer CR da Europa do Sul: Lina Cardoso

Tradução: Joana Rafael Pereira

Impressão da versão portuguesa: Europress, Ld.ª

ISBN da versão portuguesa digital: 978-989-584-376-3

ISBN da versão portuguesa impressa: 978-989-584-377-0

Depósito legal:

Foto da capa: Um manifestante durante uma manifestação
do Dia do Trabalho, a 1º de maio de 2025 em São Francisco,
Califórnia. (Justin Sullivan, Getty Images)

March 2026

Copyright ©2026 pelos autores. Todos os direitos reservados.

Instituto V-Dem:

Departamento de Ciência Política
Universidade de Gotemburgo
Gotemburgo, Suécia
contact@v-dem.net
www.v-dem.net

O relatório baseia-se em Coppedge et al. 2026.
Base de dados V-Dem v16. Agradecemos à equipa
principal do Instituto V-Dem pelo seu trabalho nas
atualizações anuais do conjunto de dados V-Dem.

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS



@vdeminstitute.bsky.social



facebook.com/vdeminstitute



github.com/vdeminstitute



linkedin.com/vdeminstitute



instagram.com/vdeminstitute/



youtube.com/@vdeminstitute

Índice

Sumário Executivo 4

1. A Democracia no Mundo 2025 7

Os avanços democráticos alcançados desde 1978 foram erradicados	8
Autocracias e Democracias	10
A maioria da população vive em autocracias	11
A "Grande Reversão": 2000 vs. 2025	12

2. Tendências de Transformação de Regime 17

A "Terceira Vaga" de Autocratização é dominante	17
Transformação de regimes nas diferentes regiões	19

3. Países em Autocratização 21

Autocratização autónoma	22
Autocratização após fase democratizadora	24

4. Países em Democratização 27

Democratização autónoma	28
Democratização após fase autocratizadora	30

5. Em Destaque: a Autocratização nos EUA 33

O declínio mais acentuado da história americana	33
A mais rápida expansão do poder executivo da história moderna	34
O dismantelamento dos pesos e contrapesos – concentração de poder	34
Revogação dos direitos civis e igualdade perante a lei	36
Procurando silenciar os meios de comunicação, as vozes dissidentes e a academia	37
Associações livres – mas não isentas de atos de repressão	38
As eleições permanecem em grande parte inalteradas – por enquanto	38
O que será necessário para uma reviravolta?	39

Anexos 40

V-Dem em Números	40
Lista de Observação 2026	41
Comentário ao Relatório sobre a Democracia	42
Regimes do Mundo 1975-2025	44
Pontuações no IDL 2015/2025	46
Rankings e Pontuações Democráticas 2025	48
As origens e o impacto da extrema-direita em Portugal	50
Tiago Fernandes e Sara Pina	50
Publicações da Equipa V-Dem	57

Sumário Executivo

1. A Democracia no Mundo 2025

- Para o cidadão comum a nível global, o nível de democracia regressou a níveis semelhantes a 1978. Os progressos da “terceira vaga de democratização”, que teve início em Portugal em 1974, foram praticamente erradicados.
- O nível de democracia de que beneficia o cidadão comum na Europa Ocidental e na América do Norte encontra-se no seu nível mais baixo em mais de 50 anos, devido principalmente ao processo de autocratização em curso nos EUA.
- Os EUA perdem o seu estatuto de longa data como democracia liberal – pela primeira vez em mais de 50 anos.

Autocracias e Democracias

- No final de 2025, o mundo tem 92 autocracias e 87 democracias.
- 74% da população mundial (6 mil milhões de pessoas) vive atualmente em regimes autocráticos.
- Somente 7% da população mundial (0,6 mil milhões de pessoas) vive em democracias liberais.

A “Grande Reversão”: 2000 vs. 2025

- Quase todos os aspetos da democracia registaram um declínio significativo na última década – uma drástica reversão em comparação com a situação de há 25 anos.
- A liberdade de expressão é a que mais sofre: 44 países registam um declínio em 2025.
- Atualmente, a tortura é cada vez mais utilizada para reprimir a oposição política – 33 países registam um declínio substancial neste indicador em 2025.

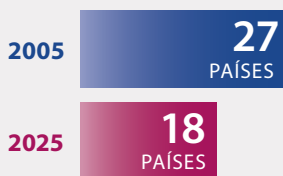
2. Tendências de Transformação de Regime

- O mundo nunca registou tantos países em processo de autocratização ao mesmo tempo como nos últimos anos da “terceira vaga de autocratização”.
- Atualmente, um número recorde de 41% da população mundial (3,2 mil milhões) reside em países em processo de autocratização.
- A União Europeia tem sido gravemente afetada. O processo de autocratização na Europa afeta sete Estados-Membros da UE e dois dos seus principais aliados – o Reino Unido e os EUA.

3. Países em Autocratização

- Quase um quarto dos países do mundo constam agora na lista de países em processo de autocratização: 44 países.
- Estes 44 países dividem-se entre 24 países em processo de autocratização autónoma e 20 em processo de autocratização após fase democratizadora.
- Em 2025, foram identificados 10 novos países em processo de autocratização.
- Entre os novos países em processo de autocratização encontram-se cinco países europeus: Croácia, Itália, Eslováquia, Eslovénia e o Reino Unido.
- A censura dos meios de comunicação social permanece como a tática mais comum entre os governos autocratizantes, com 32 países (73%) a recorrerem a ela.
- A repressão da sociedade civil aumentou, afetando 30 países em processo de autocratização (68%).

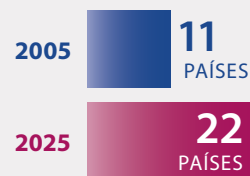
NÚMERO DE PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO



DETERIORAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO



DETERIORAÇÃO DA QUALIDADE DAS ELEIÇÕES



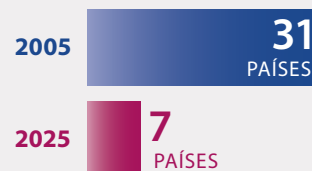
NÚMERO DE PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO



MELHORIA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO



AUMENTO DA QUALIDADE DAS ELEIÇÕES



4. Países em Democratização

- O mundo enfrenta 15 anos de estagnação no processo de democratização.
- Apenas 18 países se encontram em processo de democratização. Destes, 8 são casos de democratização autónoma e 10 encontram-se em processo de democratização após fase autocratizadora.
- Em 2025, apenas foram identificados 3 novos países em processo de democratização. Todos são casos de democratização após fase autocratizadora.
- A taxa de sucesso das autocracias que iniciam o processo de democratização é elevada – 70%.
- No entanto, a Zâmbia ilustra bem como o processo de democratização após fase autocratizadora pode ser frágil.

5. Em Destaque: a Autocratização nos EUA

- Sob a presidência de Trump, a democracia nos EUA recuou para níveis semelhantes a 1965. No entanto, a situação é fundamentalmente diferente da que existia durante a era dos Direitos Cívicos.
- O segundo mandato do Presidente Trump pode ser resumido como uma rápida e agressiva concentração de poderes na presidência.
- A velocidade com que a democracia americana está atualmente a ser desmantelada não tem precedentes na história moderna.
- As restrições legislativas ao poder executivo – o aspeto mais afetado da democracia – perderam um terço do seu valor em 2025, atingindo o seu ponto mais baixo em mais de 100 anos.
- Os direitos civis e a igualdade perante a lei, assim como a liberdade de expressão e de imprensa, encontram-se agora nos seus níveis mais baixos dos últimos 60 anos.
- As componentes eleitorais da democracia, no entanto, permanecem estáveis – por enquanto.

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL QUE VIVE EM PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO



2005:
9%



2025:
41%

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE VIVE EM AUTOCRACIAS



2005:
50%

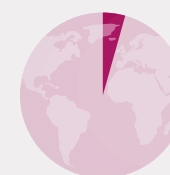


2025:
74%

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL QUE VIVE EM PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO



2005:
11%



2025:
5%

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE VIVE EM DEMOCRACIAS



2005:
50%

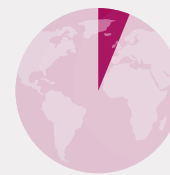


2025:
26%

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE VIVE EM DEMOCRACIAS LIBERAIS



2005:
17%



2025:
7%



Marcha contra a repressão e o veto presidencial a 23 de julho de 2025, em Buenos Aires, Argentina. (Miguel M. Caamano/NurPhoto, Getty Images)

1 | A Democracia no Mundo em 2025 – 10.^a edição

- Para o cidadão comum a nível global, o nível de democracia regressou a níveis semelhantes a 1978. Os progressos da “terceira vaga de democratização”, que teve início em Portugal em 1974, foram praticamente erradicados.
- O nível de democracia de que beneficia o cidadão comum na Europa Ocidental e na América do Norte encontra-se no seu nível mais baixo em mais de 50 anos, devido principalmente ao processo de autocratização em curso nos EUA.
- Os EUA perdem o seu estatuto de longa duração como democracia liberal – pela primeira vez em mais de 50 anos.
- No final de 2025, o mundo tem 92 autocracias e 87 democracias.
- Quase três quartos da população mundial (74%, ou 6 mil milhões de pessoas) vive em regimes autocrático.
- Atualmente, há mais pessoas a viver em autocracias fechadas (28%, ou 2,3 mil milhões de pessoas) do que em democracias eleitorais e liberais juntas (26%, ou 2,2 mil milhões de pessoas).
- Apenas 7% da população mundial (0,6 mil milhões de pessoas) vive em democracias liberais.
- A liberdade de expressão continua a ser o aspeto mais atacado da democracia, encontrando-se em declínio em 44 países em 2025.

Ao publicarmos esta 10.^a edição do Relatório da Democracia, a democracia enfrenta desafios existenciais em todo o mundo. A “terceira vaga de autocratização”¹ está a intensificar-se e a propagar-se, tendo atingido recentemente um dos principais bastiões da democracia, os Estados Unidos da América (EUA).

Para o cidadão mundial comum, a democracia regressou a níveis semelhantes a 1978. Na prática, quase todos os avanços democráticos da “terceira vaga de democratização”², que teve início com a Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, foram anulados.

Nesta vaga são evidentes três padrões distintos: retrocesso democrático em algumas democracias tradicionalmente estáveis; reversões significativas e, muitas vezes, colapso da democracia em países que se democrati-

Caixa 1. Democracia

O projeto V-Dem oferece uma abordagem única de conceitualizar e medir a democracia. A base de dados do V-Dem inclui cinco índices fundamentais de democracia: eleitoral, liberal, igualitária, participativa e deliberativa.

A democracia eleitoral encontra-se no centro de qualquer tipo de democracia. Esta está assegurada quando existem eleições livres, justas e recorrentes; os representantes eleitos exercem o poder político de facto; o sufrágio é universal; os partidos políticos e os candidatos podem formar-se livremente e competir; e o ambiente em torno das eleições proporciona condições razoavelmente equitativas em termos de liberdade de expressão, de comunicação social e da sociedade civil.

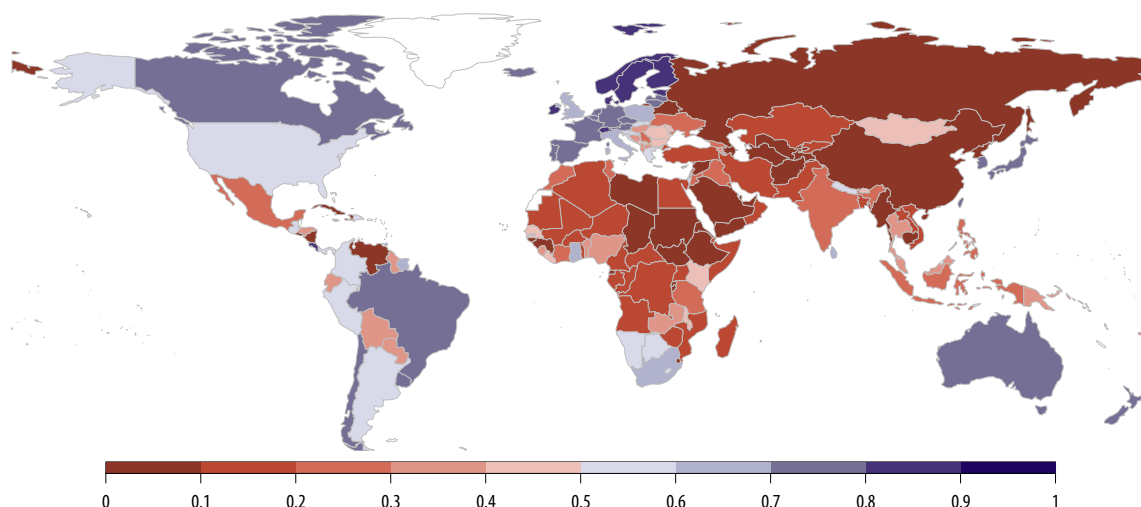
O Relatório da Democracia centra-se, sobretudo, no Índice de Democracia Liberal (IDL). Este índice combina as principais instituições da democracia eleitoral acima referidas com a dimensão liberal: restrições ao poder executivo por parte dos poderes judicial e legislativo, e um Estado de direito forte, que garante o respeito pelas liberdades civis.

zaram com sucesso durante o final do século XX e o início do século XXI; e o aprofundamento da autocracia em Estados que já eram autocráticos.

O mapa mundo na Figura 1 mostra o estado da democracia em 2025, com base no Índice de Democracia Liberal (IDL)³. A democracia mais difundida na Europa Ocidental e na América do Norte, assim como em partes do Leste Asiático e do Pacífico, da Europa de Leste, e da América Latina. Os níveis mais baixos de democracia são mais comuns no Médio Oriente e Norte de África, na Ásia do Sul e Central, e na África Subsaariana.

Os países com as pontuações mais elevadas no IDL em 2025 – Dinamarca, Suécia e Noruega – encontram-se no norte da Europa. Os que se encontram no escalão mais baixo estão dispersos pelo Leste asiático (China, Mianmar e Coreia do Norte), Europa Ocidental (Bielorrússia), região do Golfo (Arábia →

FIGURA 1. O ESTADO DA DEMOCRACIA LIBERAL (IDL) EM 2025



1 Lüthmann, A. and S.I. Lindberg. 2019. “A Third Wave of Autocratization is Here: What Is New About It?” *Democratization* 26(7).

2 Huntington, S.P. 1993. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.

3 O Relatório da Democracia 2026 é baseado na base de dados V-Dem v16. Todos os anos, o V-Dem melhora a qualidade dos dados, envolve mais especialistas e recalcula todo o conjunto de dados que abrange todos os anos. Isto leva à correção das pontuações reportadas em relatórios de anos anteriores. O Índice de Democracia Liberal (IDL) V-Dem recolhe aspetos eleitorais e liberais da democracia e vai do nível mais baixo (0) ao mais alto (1) de democracia. A componente eleitoral é medida através do Índice de Democracia Eleitoral (IDE), que capta a medida em que todos os elementos da famosa articulação de Robert Dahl (1971) da “poliarquia” estão presentes: a qualidade das eleições, os direitos individuais, assim como a liberdade de expressão, dos meios de comunicação social e de associação (Dahl, R. 1971. *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press). O Índice da Componente Liberal (ICL) avalia os pesos e contrapesos (checks and balances, na versão inglesa) em relação ao executivo, o respeito pelas liberdades civis, o Estado de Direito, e a independência do poder legislativo e judicial.

Saudita), América Latina (Nicarágua e Venezuela), Ásia do Sul e Central (Afeganistão e Turquemenistão) e África Subsariana (Eritreia e Sudão).

Os avanços democráticos alcançados desde 1978 foram erradicados

O declínio global da democracia é evidente e contínuo, independentemente do indicador utilizado. Para o cidadão comum a nível global, o nível de democracia regressou a níveis semelhantes a 1978 (Figura 2, Painel B). Isto significa que a significativa expansão das liberdades e dos direitos alcançada com a “terceira vaga de democratização” foi quase totalmente erradicada.

Várias potências mundiais e regionais de destaque, incluindo agora os EUA, estão a passar (ou passaram recentemente) por um declínio democrático notável, aumentando as implicações globais da “terceira vaga de autocratização”.

A Figura 2 mostra a trajetória da democracia ao longo dos últimos 50 anos através de médias nacionais (Painel A), **médias ponderadas pela população** (Painel B), **médias ponderadas pelo território** (Painel C) e **médias ponderadas pelo PIB** (Painel D). As linhas vermelhas na Figura 2 traçam o nível de democracia registado em 2025 ao longo do tempo para cada medida.

O nível de democracia em 2025 regrediu para níveis semelhantes a 1995 consoante as **médias nacionais** (Painel A). Assim, mesmo segundo este indicador, a democracia no mundo sofreu um retrocesso de cerca de 30 anos. Trata-se de um indicador que mede o nível de democracia num “país estatisticamente médio”, o que significa que microestados como Timor-Leste contam tanto como uma nação populosa como a Índia, um país de grandes dimensões como a Rússia, ou uma grande economia como a China. O declínio atual representa uma queda de 10% em relação ao valor máximo de 0,41 registado em 2012 e tem sido estatisticamente significativo, com um nível de confiança de 95%, desde 2020.

Em termos de **médias ponderadas pela população**, o declínio democrático coloca o mundo em níveis democráticos semelhantes a 1978 (Painel B). A nível global, perdemos quase todos os avanços

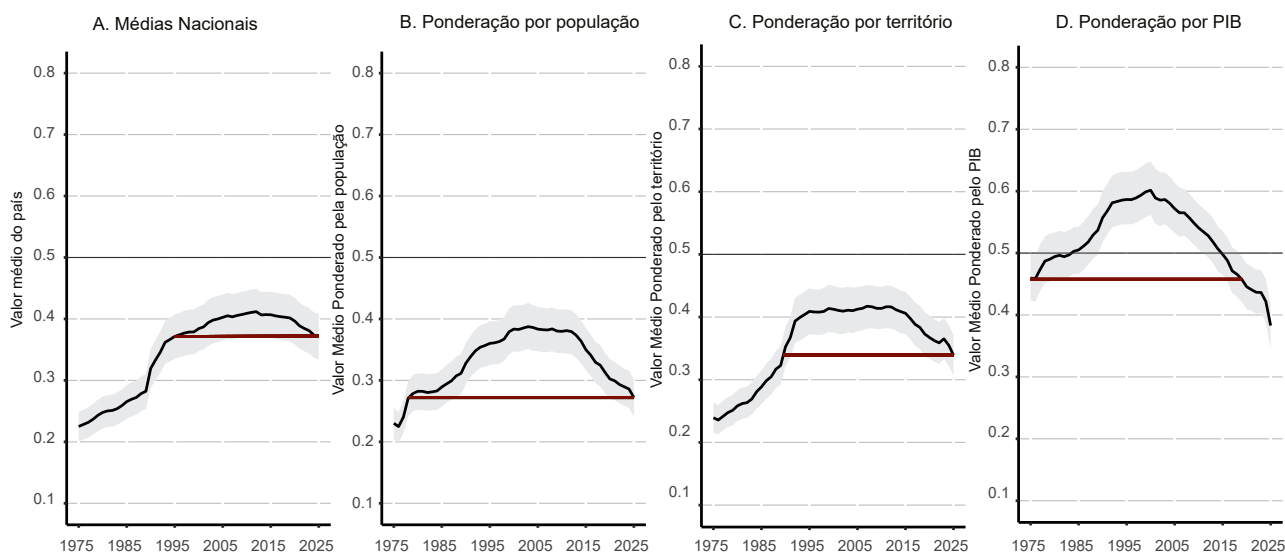
democráticos alcançados desde a Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, que desencadeou a “terceira vaga de democratização”. A medida ponderada pela população procura representar a experiência de um “cidadão estatisticamente médio”, o que significa que os países com maior população têm maior peso. Segundo esta métrica, a democracia no mundo diminuiu 30% em relação ao pico de 0,39 registado em 2003. No final de 2025, quatro dos cinco países mais populosos do mundo são autocracias (Índia, China, Indonésia e Paquistão), e os Estados Unidos encontram-se num rápido processo de autocratização.

O nível de democracia global, medido por **médias ponderadas pelo território**, regressou a níveis semelhantes a 1989 (Painel C) – o ano da queda do Muro de Berlim e do fim da Guerra Fria. Esta tendência reflete o facto de vários dos dez maiores países do mundo (Argentina, Índia, Rússia, EUA e, até há pouco tempo, Brasil) terem sofrido processos de autocratização ao longo das últimas duas décadas, juntamente com numerosos países de média dimensão.

Segundo as **médias ponderadas pelo PIB**, o panorama é ainda mais sombrio e demonstra a gravidade das perdas para a democracia no mundo, em termos de poder económico. A democracia encontra-se, desde 2019, no nível mais baixo dos últimos 50 anos, após um declínio persistente ao longo de 25 anos (Painel D). Esta métrica atribui maior peso às economias de maior dimensão (China, EUA, países da UE) do que às menores e, assim, capta quanto do poder económico mundial está nas mãos de democracias. O declínio segundo esta medida ultrapassa os 36% em relação ao pico de 0,60 registado em 2000 e continua a acelerar. A recente deterioração da democracia nos Estados Unidos está por detrás da forte descida entre 2024 e 2025.

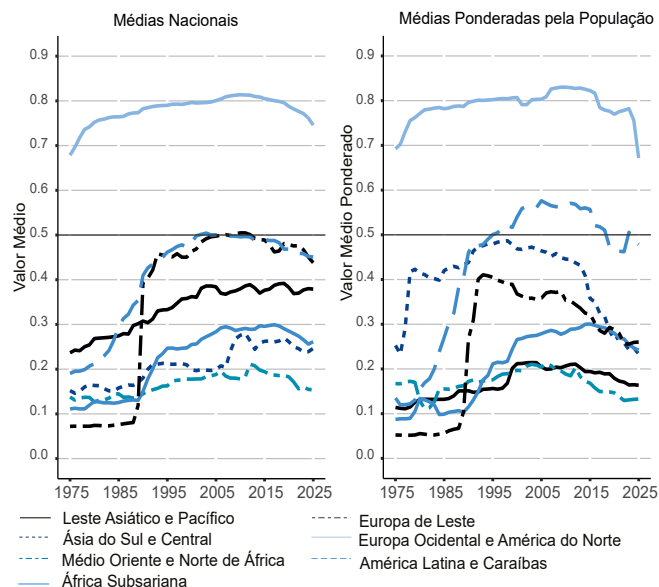
A erosão da democracia segundo estas quatro medidas distintas reflete uma realidade sombria: o “centro de gravidade” da *experiência humana e da governação global deslocou-se fortemente em direção ao autoritarismo*. Muitos países grandes, populosos e economicamente poderosos estão em processo de autocratização. Vários destes países possuem o peso económico e político necessário para reformular organizações internacionais, normas e relações comerciais, alterando efetivamente a ordem global.

FIGURA 2. DEMOCRACIA LIBERAL – MÉDIAS MUNDIAIS, 1975-2025



As linhas a preto representam as médias globais no IDL, com a área cinzenta a marcar os intervalos de confiança. O painel A é baseado em médias nacionais convencionais. Os painéis B, C e D mostram os níveis globais de democracia com ponderação pela população, território e PIB, respetivamente. Os dados para os últimos três painéis foram retirados da base de dados WDI do Banco Mundial e de Fariss et al. 2022⁴. Ambos estão incluídos na base de dados V-Dem v16.

FIGURA 3. DEMOCRACIA LIBERAL – MÉDIAS REGIONAIS, 1975-2025



As linhas representam as médias regionais do IDL. O Painel A baseia-se nas médias nacionais convencionais. O Painel B apresenta os níveis de democracia ponderados pela dimensão da população, utilizando dados do Banco Mundial, incluídos no conjunto de dados V-Dem v16.

O OCIDENTE EM DECLÍNIO

A autocratização é agora verdadeiramente global. Todas as regiões registam declínios no IDL ao longo das últimas duas décadas, tanto segundo as médias nacionais, como segundo as médias ponderadas pela população, mesmo que, de acordo com as médias nacionais, continuem hoje a ser mais democráticas do que há 50 anos. Apenas o Leste Asiático e o Pacífico oscilam em torno de níveis semelhantes no IDL, de acordo com as médias nacionais, desde meados da década de 2000.

Em 2025, a **Europa Ocidental** e a **América do Norte** registam o declínio mais acentuado, tanto nas médias nacionais como nas ponderadas pela população. Isto deve-se sobretudo aos recentes desenvolvimentos nos EUA (ver Secção 5). O enfraquecimento democrático na **América Latina e nas Caraíbas**, que pareceu inverter-se em 2023 com a democratização após fase autocratizadora no Brasil (segundo as médias ponderadas pela população), está agora a regredir devido à autocratização na Argentina e no México.

A Figura 3 ilustra estas mudanças no IDL entre as regiões do mundo, quer através das médias nacionais (painel esquerdo), quer através das médias ponderadas pela população (painel direito).

A **Europa Ocidental** e a **América do Norte** mantêm os níveis mais elevados no IDL, tanto em termos de médias nacionais como de médias ponderadas pela população. No entanto, em 2025 registou-se um declínio substancial nas médias ponderadas pela população, atingindo o nível mais baixo em mais de 50 anos. Os episódios de autocratização atualmente em curso na Itália (59 milhões), no Reino Unido (70 milhões) e, não menos importante, nos EUA (341 milhões - o terceiro país mais populoso do mundo) estão a impulsionar esta mudança.

A **América Latina** e as **Caraíbas** são a segunda região mais democrática no mundo em 2025. Tendo atingido o seu pico em ambos os indicadores de democracia no início da década de 2000, a região tem vindo a registar um declínio desde então. Embora as melhorias no Brasil tenham levado a um aumento significativo das médias ponderadas pela população em 2023, as deteriorações na Argentina, no México e no Peru estão agora a inverter novamente essa tendência.

Na **Europa de Leste**, a democracia expandiu-se drasticamente após o fim da Guerra Fria, estabilizando-se, em termos de médias nacionais, na viragem do século e registando apenas declínios marginais durante

a última década. No entanto, o nível de democracia de que o cidadão comum usufruía encontrava-se em declínio desde meados da década de 1990, tendo-se estabilizado mais recentemente em torno do nível de 1990. Na região, existem diversos países populosos que sofreram processos de autocratização nas últimas duas décadas, como a Roménia, a Rússia, a Ucrânia e, até recentemente, a Polónia.

A região do **Leste Asiático e Pacífico** é mais democrática segundo as médias nacionais do que segundo as médias ponderadas pela população ao longo de todo o período, mantendo-se relativamente estável, em termos de médias nacionais, desde meados dos anos 2000. No entanto, em termos de nível de democracia para o cidadão comum, a região encontra-se num lento declínio desde meados dos anos 2000 e regressou atualmente ao nível de 1998. Enquanto pequenos Estados como as Fiji e Timor-Leste registam melhorias, países de maior dimensão, como a Indonésia e as Filipinas, tornaram-se menos democráticos durante este período.

Apesar do **África Subsariana** se ter tornado mais democrática durante a “terceira vaga de democratização”, recentes declínios são visíveis. Atualmente, o nível de democracia na região regressou ao nível registado no início dos anos 2000, de acordo com ambas as médias. O ressurgimento de golpes militares na região do Sahel e o aprofundamento do autoritarismo em países como a República Centro-Africana, Moçambique e o Togo estão a contribuir para este declínio.

As tendências na **Ásia do Sul** e **Central** divergem. Segundo as médias nacionais, a democracia encontra-se muito abaixo dos níveis mundiais e é relativamente estável. No entanto, o cidadão comum é quem mais sofre com a autocratização em todas as regiões. Os resultados de 2025 recuam para níveis de 1976. Naturalmente, a Índia, enquanto país mais populoso do mundo, está a impulsionar grande parte desta deterioração. Todavia, os retrocessos autocráticos no Afeganistão, no Bangladesh e no Paquistão também estão a contribuir substancialmente para esta situação.

O **Médio Oriente** e o **Norte de África** são a região menos democrática de acordo com ambas as médias desde o início do século XXI. As monarquias do Golfo encontram-se entre os países mais autocráticos do mundo, e as recentes perturbações na Líbia, na Tunísia e na Turquia estão a contribuir para uma recente descida nas médias ponderadas pela população. ➔

CAIXA 2. Porquê utilizar medidas ponderadas pela população?

Em resumo, a democracia é o governo pelo povo. Portanto, quando se fala de “quanta” democracia existe no mundo, é importante considerar quantas pessoas usufruem de direitos e liberdades democráticas. As médias ponderadas pela população no *Relatório da Democracia* mostram quanta democracia é usufruída (estatisticamente) por um cidadão global comum. Em contraste, as médias nacionais mostram o nível de democracia num país comum (estatisticamente). Médias nacionais dão o mesmo peso a progressos registados em países pequenos, como as Seicheles ou Timor-Leste, e aos declínios registados em países grandes, como a Índia ou os Estados Unidos. Quando se fala da extensão da autocratização a que o mundo está a ser sujeito, nós, autores do Relatório da Democracia, não consideramos que os avanços em países pequenos compensem os declínios em países de maior dimensão. Por isso, focamo-nos nas métricas em função da população, enquanto também apresentamos as médias nacionais.



Xi Jinping, Narendra Modi and Vladimir Putin na Cimeira da SCO de 2025
(Fonte: www.kremlin.ru)

Autocracias e Democracias

- No final de 2025, o mundo tem 92 autocracias e 87 democracias.
- Quase três quartos da população mundial (74%, ou 6 mil milhões de pessoas) vive em regimes autocráticos.
- Existem mais pessoas a viver em autocracias fechadas (28%, ou 2,3 mil milhões de pessoas) do que em democracias eleitorais e liberais juntas (26%, ou 2,2 mil milhões de pessoas).
- Somente 7% da população mundial (0,6 mil milhões de pessoas) vive em democracias liberais.
- Os EUA perdem o seu estatuto de longa duração como democracia liberal – pela primeira vez em mais de 50 anos.

O mundo continua a tornar-se mais autocrático. Segundo a medida Regimes do Mundo (RoW – Regimes of the World), existem agora 87 democracias (liberais e eleitorais) e 92 autocracias (eleitorais e fechadas) no mundo; ver Figura 4.

Embora o mundo continue hoje a ser mais democrático do que era há 50 anos, quando existiam apenas 36 democracias no total, o declínio nas últimas décadas é inequívoco (Figura 5). Pelo segundo ano consecutivo, existem mais autocracias do que democracias no mundo.

A Figura 5 (painel esquerdo) mostra o número de países em cada categoria de regime ao longo dos últimos 50 anos. A classificação RoW (ver Caixa 3 para mais detalhes) baseia-se nos mesmos dados utilizados no IDL e fornece uma perspetiva simplificada que capta algumas das tendências globais mais amplas em matéria de democracia e autocracia.

O RETROCESSO NAS DEMOCRACIAS CONSOLIDADAS

O primeiro padrão evidente que se depreende da Figura 5 é que a autocratização afeta atualmente democracias bem consolidadas, levando a um declínio significativo da sua qualidade geral. O número de **democracias liberais** – agora o tipo de regime menos comum no mundo – diminuiu, passando de um pico de 45 em 2009 para 31 em 2025. No mesmo período, o número de **democracias eleitorais** aumentou de 46 para 56. Assim, as características liberais de democracias consolidadas, como os pesos e contrapesos ao poder executivo, o respeito pelas liberdades civis e o Estado de Direito estão em erosão. O facto de as democracias eleitorais estarem a aumentar em número não deve ser mal interpretado como uma boa notícia.

FIGURA 4. REGIMES DO MUNDO, 2025

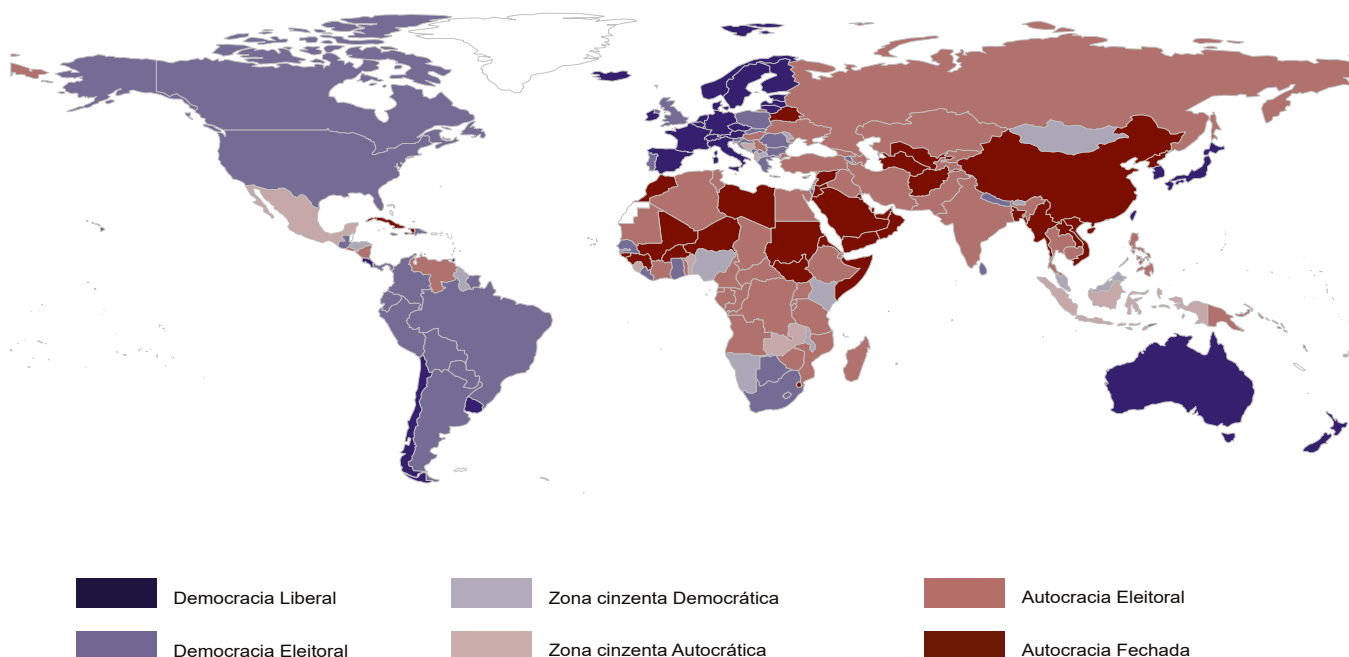
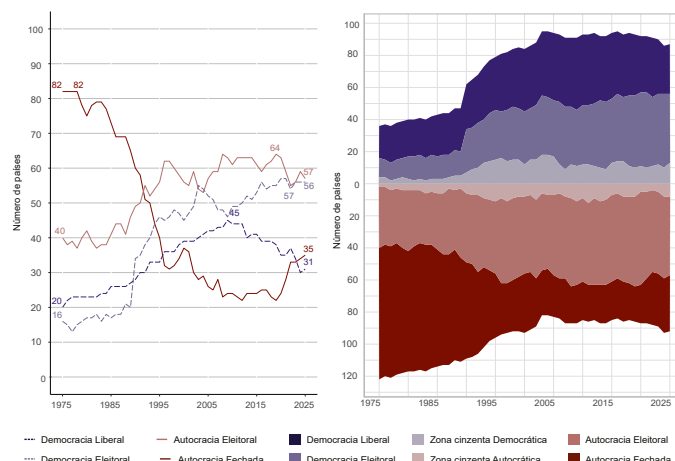


FIGURA 5. TIPOS DE REGIME POR NÚMERO DE PAÍSES, 1975–2025



A Figura 5 apresenta o número de países (painel esquerdo) por tipo de regime. O painel direito tem em consideração a incerteza de medição, destacando o número de países em "zonas cinzentas" acima ou abaixo da linha, distinguindo entre democracias e autocracias.

AS RUTURAS QUE LEVAM À AUTOCRACIA NA MAIORIA DOS CASOS

O segundo padrão é que o número total de **democracias** no mundo encontra-se em lento declínio desde o seu pico, passando de 95 países em 2016 para 87 em 2025. Ao mesmo tempo, o número de **autocracias** aumentou de um mínimo de 82 em 2004 para 92 atualmente. A democracia está também a registar um declínio em termos quantitativos.

AS AUTOCRACIAS ESTÃO A TORNAR-SE MAIS REPRESSIVAS

Em terceiro lugar, os Estados autocráticos estão a tornar-se mais autocráticos. O número de **autocracias fechadas** aumentou de 22 em 2019 para 35 em 2025, o que significa que a regressão autocrática levou 13 **autocracias eleitorais** à categoria de regime mais baixa nesse curto espaço de tempo. Ainda assim, a **autocracia eleitoral** continua a ser o tipo de regime mais comum no mundo, tal como aconteceu durante a maior parte do período desde o fim da Guerra Fria.

PAÍSES DE “ZONA CINZENTA”

A distinção entre autocracias eleitorais e democracias eleitorais representa um “ponto de viragem” crucial em algumas análises. Por isso, a linha divisória merece uma nota. Tipologias como a RoW sacrificam naturalmente algumas nuances e, portanto, correm o risco de classificar incorretamente os países quando os dados os colocam muito próximos dos limiares, devido à possibilidade de erros de medição. Deste modo, subsiste alguma incerteza quanto aos regimes que estão próximos do limiar entre democracia e autocracia.⁵

A Figura 5 (painel direito) mostra que existem países em que a classificação está associada a algum nível de incerteza. Em 2025, 13 países encontram-se no “limite inferior” das democracias eleitorais (podendo, na realidade, ser autocracias) e 8 países encontram-se no “limite superior” das autocracias eleitorais (podendo, na realidade, ser democracias). Tratamos estes países como regimes de “zona cinzenta”.

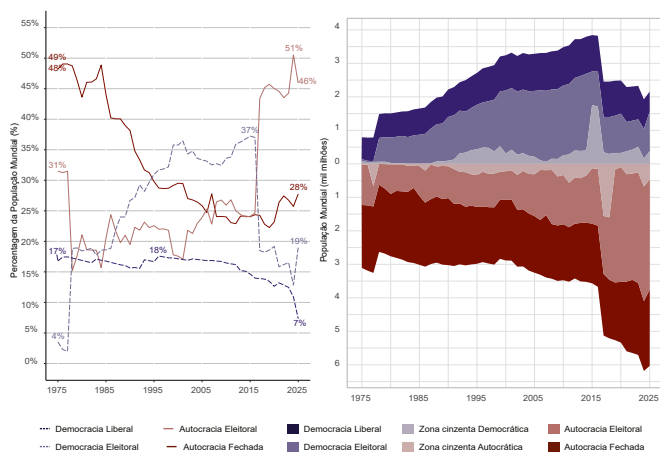
Apresentamos na Tabela 1 a classificação RoW de todos os países, com os regimes de “zona cinzenta” assinalados, juntamente com informações sobre se mudaram de categoria de regime em 2025 e se se encontram em processo de transformação de regime (autocratização ou democratização).

De modo geral, tendo em conta a incerteza associada à “zona cinzenta”, o número de democracias poderá variar entre 74 e 95, sendo 87 a nossa melhor estimativa, enquanto o número de autocracias poderá variar entre 84 e 105 países, sendo 92 a nossa melhor estimativa.

A maioria das pessoas vive em autocracias

Três em cada quatro pessoas no mundo - 74% - vivem atualmente em autocracias, enquanto apenas 26% residem em democracias (Figura 6, painel esquerdo). A população total nas democracias é de pouco mais de dois mil milhões, em comparação com seis mil milhões nas autocracias (Figura 6, painel direito).

FIGURA 6. TIPOS DE REGIME POR PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL, 1975-2025



A Figura 6 apresenta a percentagem da população mundial (painel esquerdo) e a dimensão (em milhares de milhões, painel direito) por tipo de regime. O painel direito destaca a dimensão da população que vive nos países de “zona cinzenta”, para os quais a classificação como democracias ou autocracias está associada a alguma incerteza de medição. Os dados demográficos provêm do Banco Mundial, incluídos na base de dados V-Dem v16.

As **democracias liberais** acolhem apenas 7% da população mundial (600 milhões de pessoas). Este é o valor mais baixo em mais de 50 anos. O declínio substancial registado em 2025, deve-se sobretudo ao facto de os EUA terem perdido o seu estatuto de democracia liberal.

O número de pessoas a viver em **democracias eleitorais** também se encontra em declínio de modo geral, mas aumenta, em 2025, para 19%

(1,6 mil milhões de pessoas) quando os EUA se juntam a esta categoria.

Em 2025, o tipo de regime mais populoso é o das **autocracias eleitorais**, que acolhe cerca de metade da população mundial - 46% (3,8 mil milhões de pessoas). A Índia, o Paquistão, e, mais recentemente, a Indonésia encontram-se entre as autocracias eleitorais mais populosas do mundo.

A percentagem da população mundial que reside em **autocracias fechadas** aumentou para 23% (2,3 mil milhões de pessoas) em 2025, tendo o Bangladesh passado a integrar esta categoria. Atualmente, existem mais pessoas a viver em autocracias fechadas do que em todas as democracias (liberais e eleitorais) juntas.

VARIAÇÕES REGIONAIS

Existem variações regionais significativas na proporção de pessoas que usufruem de direitos e liberdades democráticas (Figura 7). A **Europa Ocidental** e a **América do Norte** continuam a ser a região mais democrática, seguidas da **América Latina** e das **Caraíbas**, assim como nos anos anteriores. A **Europa de Leste** apresenta agora uma situação aproximadamente semelhante à da **África Subsaariana** em termos da percentagem da população que vive em democracias.

No **Leste Asiático** e no **Pacífico**, apenas 11% da população vive em democracias: 9% em democracias liberais, como a Austrália, o Japão e a Nova Zelândia, e 2% em democracias eleitorais, como Timor-Leste e Vanuatu. 12% da população vive em “zonas cinzentas” autocráticas, como a Indonésia, enquanto 9% reside em autocracias eleitorais, como o Camboja, as Filipinas e a Tailândia. As autocracias fechadas, como a China, Myanmar e a Coreia do Norte, concentram a maior parte da população - 68%.

Na **Ásia do Sul e Central** apenas 2% da população usufrui de democracia (eleitoral) - no Nepal e no Sri Lanka. Uma proporção ínfima reside nas três democracias de “zona cinzenta” - o Butão, a Mongólia e as Maldivas. A vasta maioria - 85% - vive em autocracias eleitorais, como a Índia, o Cazaquistão e o Paquistão. As autocracias fechadas, como o Afeganistão e o Turquestão, representam agora 13% da população, tendo o Bangladesh descido para esta categoria em 2025.

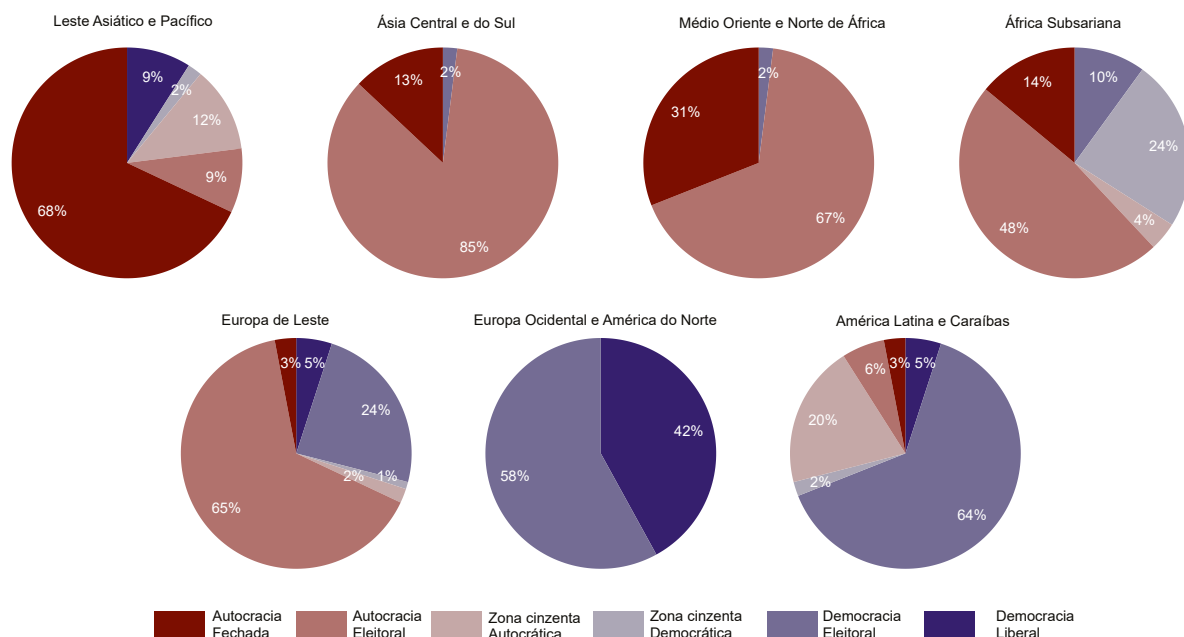
O **Médio Oriente** e o **Norte de África** são a região mais autocrática do mundo. Apenas 2% da população vive numa democracia eleitoral - Israel, que perdeu o estatuto de democracia liberal em 2023. 67% da população vive em autocracias eleitorais, como o Egito, o Irão e a Turquia, e 31% em autocracias fechadas, como a Arábia Saudita e o Iémen.

Na **África Subsaariana**, 34% da população vive em democracias: 10% reside em democracias eleitorais, como o Botsuana, o Gana e a África do Sul, e 24% em países democráticos de “zona cinzenta”, como o Quênia e a Nigéria. A única democracia liberal da região - as Seicheles - é demasiado pequena para surgir nas estatísticas. A grande maioria - 66% - vive em regimes autocráticos. As autocracias eleitorais, como a Etiópia, a Tanzânia e o Uganda, acolhem 48% da população. As autocracias fechadas, como o Burkina Faso, a Guiné-Bissau e o Sudão, representam 14% da população.

Na **Europa de Leste**, apenas 29% da população usufrui de democracia: 5% vive nas democracias liberais da Chéquia e dos Países Bálticos, enquanto 24% reside em democracias eleitorais, como a Bulgária ou a Polónia. Uma vasta maioria - 65% - vive em autocracias eleitorais, como a Hungria, a Rússia ou a Sérvia. A Bielorrússia é a única autocracia fechada, com 3% da população. Os regimes de “zona cinzenta” representam os restantes 3%, localizados na Albânia, na Bósnia-Herzegovina, na Moldávia e na Macedónia do Norte.

A maior parte da população na **América Latina** e nas **Caraíbas** - 71% - vive em democracias, sendo esta a segunda região mais democrática do mundo. No entanto, apenas 5% da população reside em democracias liberais, como o Chile, a Costa Rica e o Uruguai, enquanto 64% vive em democracias eleitorais, como a Argentina e o Brasil. Democracias de

5 O mesmo raciocínio aplica-se, naturalmente, à distinção entre democracias liberais e democracias eleitorais, assim como entre autocracias eleitorais e autocracias fechadas. A Tabela 1 tem em conta a eventual incerteza da classificação e apresenta todas as “zonas cinzentas” entre os tipos de regimes RoW.

FIGURA 7. PERCENTAGENS REGIONAIS DA POPULAÇÃO POR TIPO DE REGIME, 2025

A Figura 7 mostra a percentagem da população a viver em democracias liberais, democracias eleitorais, autocracias eleitorais e autocracias fechadas, incluindo as subcategorias de "zona cinzenta", por regiões do mundo.

"zona cinzenta" (Guiana e Honduras) representam 2% da população. Os países autocráticos acolhem os restantes 29%: 20% correspondem ao México - uma autocracia eleitoral de "zona cinzenta"; 6% encontram-se em autocracias eleitorais como El Salvador, Nicarágua e Venezuela; e 3% correspondem às duas autocracias fechadas, Cuba e Haiti.

A "grande reversão": 2000 vs. 2025

- Quase todos os aspetos da democracia registaram um declínio significativo na última década – uma drástica reversão em comparação com a situação no ano de 2000, o início da "terceira vaga de autocratização".
- A liberdade de expressão é a que mais sofre: passando de 52 países em melhoria em 2000, para 44 em declínio em 2025.
- A liberdade de associação passou de uma tendência de melhoria em 54 países em 2000, para estar a deteriorar-se em 24 países em 2025.
- A liberdade e imparcialidade (transparência) das eleições também registam um retrocesso acentuado, passando de estar a melhorar em 41 países em 2000, para se deteriorarem em 22 países em 2025.
- As medidas de censura aos meios de comunicação por parte do governo continuam a ser a tática mais utilizada pelos governos autocráticos – tendo-se agravado em 44 países nos últimos dez anos.
- Atualmente, a tortura é cada vez mais utilizada para reprimir a oposição política – 33 países registam um declínio substancial em 2025.

Quase todos os aspetos da democracia estão a diminuir em mais países do que naqueles em que estão a melhorar, quando comparamos os níveis de 2025 com os registados há dez anos. Esta tendência contrasta fortemente com a situação de há 25 anos - o início da "terceira vaga de autocratização" -, quando se verificava o oposto, se compararmos a situação de 2000 com a de dez anos antes.

A **liberdade de expressão** é a dimensão que mais tem sofrido com este declínio global ao longo do último quarto de século: de 52 países em que se registaram melhorias e apenas cinco em declínio em 2000,

passou-se para 44 em declínio e apenas onze com melhorias em 2025. A **liberdade de associação**, as **eleições limpas** e a **deliberação** são os outros três componentes da democracia que têm sofrido declínios globais significativos nos últimos 25 anos.

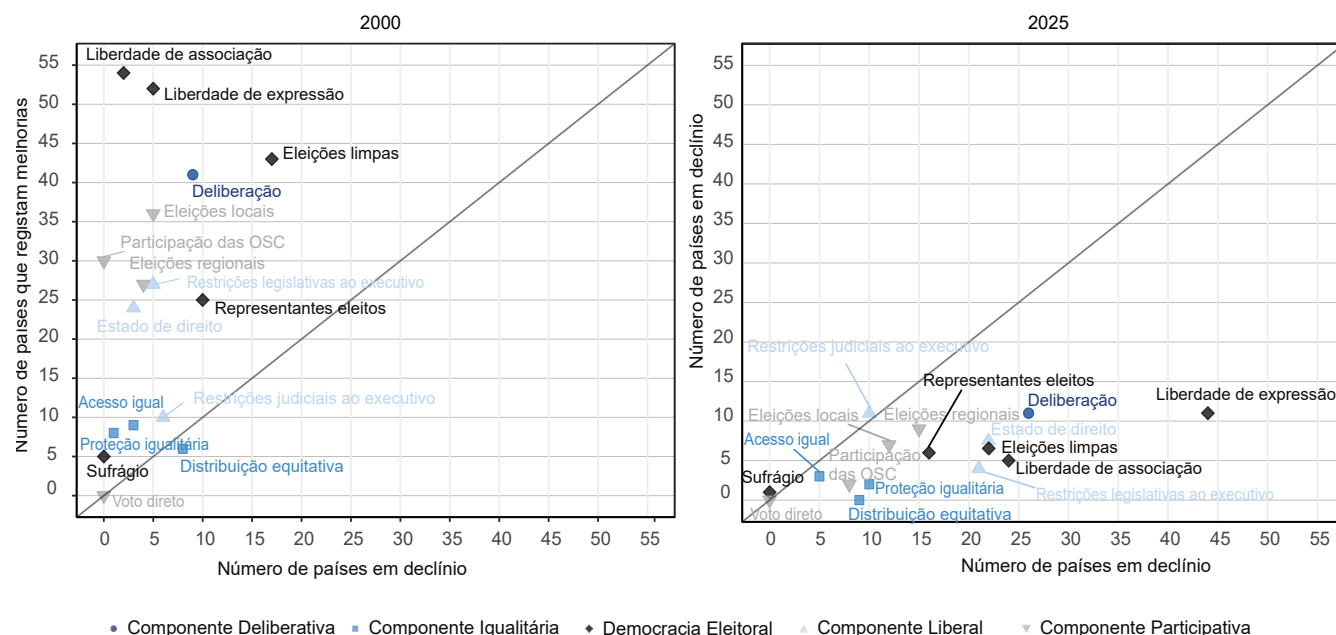
A Figura 8 mostra o número de países que registaram melhorias e recuos em diferentes aspetos da democracia ao longo de um período de 10 anos. O painel esquerdo compara os níveis de 2000 com 1990, ilustrando, assim, a situação no início da "terceira vaga de autocratização". O painel direito compara os níveis de 2025 com 2015, destacando os desenvolvimentos da última década.

A **liberdade de expressão** reflete o declínio global mais acentuado. Em 2025, esta componente está a deteriorar-se em 44 países quando comparado com 2015 e apenas onze países registam melhorias (painel direito). Em contrapartida, apenas cinco países restringiam a liberdade de expressão em 2000, enquanto 52 a estavam a expandir (painel esquerdo).

Igualmente chocante é o contraste entre o início dos anos 2000 e 2025 no que diz respeito aos partidos políticos e à sociedade civil. Em 2000, o indicador da **liberdade de associação** estava a melhorar em 54 países e a deteriorar-se em apenas dois. Em 2025, a situação inverteu-se completamente. Este trata-se agora do terceiro mais afetado aspeto da democracia, deteriorando-se significativamente em 24 países e melhorando em apenas cinco.

O **Índice de Eleições Limpas** - um aspeto fundamental da democracia - mede até que ponto as eleições nacionais são livres e justas, incluindo a integridade da totalidade do processo eleitoral. Em 2000, este aspeto central da democracia registava melhorias em 41 países, estando em declínio em 17. Atualmente, a qualidade das eleições regista um declínio em 22 países, estando a melhorar em apenas sete.

A **deliberação** - o princípio democrático que indica que as decisões políticas devem ser fundamentadas em argumentos públicos e que o governo deve respeitar a oposição, o pluralismo e os contra-argumentos - também apresenta um declínio acentuado ao longo da última década. Em 2025, este aspeto da democracia encontra-se em declínio em 26 países, melhorando apenas em onze. Este foi um dos aspetos que mais progrediu em 2000, com 41 países a registarem progressos substanciais e apenas nova a registarem deteriorações.

FIGURA 8. ASPETOS DEMOCRÁTICOS A PROGREDIR E A REGREDIR, 2000 E 2025

A Figura 8 mostra o número de países que registaram melhorias e deteriorações significativas e substanciais ao longo de um período de 10 anos, com base em índices que medem diferentes componentes da democracia. Um índice regista um declínio substancial e significativo se o seu valor em 2025 for, pelo menos, 0,05 pontos inferior ao seu valor em 2015, numa escala entre 0 e 1, e os intervalos de confiança não se sobrepuserem. O painel esquerdo compara as variações entre 2000 e 1990, e o painel direito compara as alterações entre 2025 e 2015.

Por último, os **aspectos liberais** da democracia estão a desaparecer num número preocupante de países, refletindo a erosão global do controlo sobre o poder executivo. O **Estado de Direito** está a enfraquecer em 22 países, enquanto regista melhorias em apenas sete, enquanto as **restrições legislativas** ao executivo estão em declínio em 21 países, registando progressos em apenas quatro. Há 25 anos, estes aspetos estavam a melhorar em muito mais países do que aqueles em que estavam a deteriorar-se.

UM OLHAR MAIS ATENTO

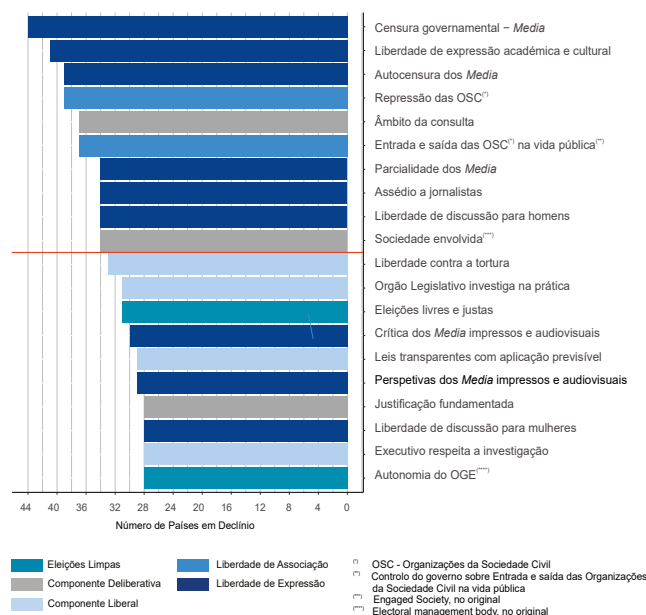
Analisando de perto os indicadores individuais que compõem os índices da Figura 8, verificamos que a **censura governamental dos meios de comunicação social** é a tática mais frequentemente utilizada durante os processos de autocratização. A **liberdade contra a tortura** surge, pela primeira vez, entre os 20 indicadores que mais diminuem a nível global. Verificamos que a tortura parece estar a ser utilizada de forma crescente pelos autocratas contemporâneos para reprimir a oposição política.

A Figura 9 apresenta os 20 indicadores que registam o declínio mais generalizado ao longo da última década. Esta lista permite compreender com maior precisão quais os direitos e liberdades democráticas atualmente sob ataque.

Os indicadores associados à liberdade de expressão estão a diminuir mais frequentemente, sendo que nove se encontram entre os 20 indicadores destacados. Esta é, muitas vezes, a primeira “peça de dominó” a cair quando os países se autocratizam. Os **esforços governamentais de censura aos meios de comunicação social** – no topo da lista – estão a regredir substancialmente em 44 países. Entre os piores infratores na última década encontram-se os governos em Hong Kong, México, Myanmar, Eslovénia e Togo.

A **liberdade de expressão académica e cultural** encontra-se em segundo lugar, registando deteriorações em 41 países, incluindo na Hungria, Indonésia, Nicarágua e Rússia. As democracias em declínio também constam da lista: registam-se deteriorações significativas em países como a Argentina, o Reino Unido e os EUA.

A **autocensura dos meios de comunicação social** é um problema crescente em 39 países, incluindo na Bielorrússia, em Hong Kong, na Eslovénia, no Vietname e, uma vez mais, no Reino Unido e EUA. A prática de autocensura funciona como uma medida preventiva para evitar censura direta ou a perseguição quando os governos de países em processo de autocratização reforçam o seu controlo.

FIGURA 9. 20 PRINCIPAIS INDICADORES EM DECLÍNIO, 2015–2025

A Figura 9 apresenta os 20 indicadores que registam um declínio significativo e substancial no maior número de países entre 2015 e 2025. A linha vermelha assinala os 10 principais indicadores. Considera-se que um indicador está em declínio de forma substancial e significativa quando o seu valor em 2025 é pelo menos 0,5 pontos inferior ao valor de 2015, numa escala de 0 a 4 (para a maioria dos indicadores) ou de 0 a 5, e quando os intervalos de confiança não se sobrepõem.

Outros aspetos da liberdade de expressão em declínio a nível global incluem a **parcialidade dos meios de comunicação social**, o **assédio a jornalistas**, e as **perspetivas dos meios de comunicação social impressos e audiovisuais**. Estes indicadores encontram-se em declínio em 34, 34 e 30 países, respetivamente. Entre os infratores encontram-se o Afeganistão, Myanmar e Nicarágua.

A sociedade civil está também a enfrentar fortes pressões a nível global. A **repressão das organizações da sociedade civil (OSC)** está a agravar-se em 39 países, enquanto o controlo dos governos sobre a **entrada e saída das OSC** (Organizações da Sociedade Civil) da vida pública é cada vez mais controlada pelos governos em 37 países. Por exemplo, os governos da Geórgia, do Mali e da Rússia, para citar alguns casos, estão a →

recorrer a leis cada vez mais restritivas para limitar, vigiar ou criminalizar as atividades de defensores dos direitos humanos e de ativistas da sociedade civil.

A **amplitude da concertação (consultation, no original)** ao nível das elites está a deteriorar-se em 37 países, incluindo no Quirguistão, Peru, Filipinas e EUA. O grau de **envolvimento da sociedade** nos debates sobre políticas públicas está a diminuir em 34 países, entre os quais o Burkina Faso, Hong Kong, Rússia e EUA; enquanto o grau em que os governos fornecem **justificações fundamentadas** para as suas ações está a diminuir em 28 países, sendo Hong Kong e os EUA os casos mais destacados.

Dois indicadores relacionados com as eleições encontram-se entre os 20 principais indicadores. Em 31 países verifica-se um declínio no **indicador de eleições livres** e justas, enquanto 28 países registam retrocessos significativos na **autonomia dos Órgãos de Gestão Eleitoral (OGE)**. Entre os países que apresentam declínio em ambos os indicadores, encontram-se o Camboja, a Costa do Marfim e a Sérvia.

Finalmente, entre os aspetos liberais, governos em 33 países estão a recorrer cada vez mais ao uso de **tortura política** para suprimir a oposição, em 31 países agravou-se a **capacidade de o poder legislativo investigar** o comportamento inconstitucional do executivo, 29 estão a regredir no que diz respeito a **leis transparentes com aplicação previsível** e, em 28 países, os membros do poder executivo têm vindo a **ignorar cada vez mais a Constituição**. Entre os países que apresentam declínio em diversos dos indicados apresentados encontram-se El Salvador, Moçambique e Nicarágua ■



Puebla, México – 1 de junho de 2025. Uma pessoa deposita o seu voto numa urna durante a primeira eleição judicial de sempre no México. (Alejandro Munoz R, Shutterstock)

Caixa 3. Regimes do Mundo – Democratização e Autocratização

Democratização significa que um país está a progredir em direção à democracia, independentemente do seu ponto de partida. **Autocratização** é o oposto. Ambos estão retratados na Figura 1.

O processo de democratização pode começar numa autocracia (liberalização) ou numa democracia (intensificação). A liberalização não gera necessariamente uma democracia, mas, quando tal acontece, falamos de uma transição democrática. Inversamente, o processo de autocratização pode começar numa democracia (retrocesso) ou numa autocracia (regressão). Um retrocesso nem sempre leva a uma autocracia, mas, quando isso acontece, falamos de um *colapso democrático*.

Utilizando a medida *Regimes do Mundo* (RoW) (variável *v2x_regime*), distinguimos entre quatro tipos de regime: Autocracias Fechadas e Eleitorais

e Democracias Liberais e Eleitorais. Uma medida RoW mais detalhada, que tem em conta o potencial erro de medição nos dados (variável *v2x_regime_amb*), identifica os países que se enquadram na categoria de “zona cinzenta”: os intervalos de confiança dos dados sobrepõem-se, tornando a sua classificação mais incerta (ver Tabela 1).

O RoW baseia-se nos dados do V-Dem, assim como nos índices de democracia liberal e eleitoral do V-Dem, no entanto é um índice desenvolvido pelos seus autores (assim como muitos outros índices na base de dados do V-Dem).

Para mais detalhes, ver Lührmann et al. 2018. “Regimes of the World (RoW)”. *Politics and Governance* 6(1). Open access.

FIGURA 1. REGIMES E MUDANÇA DE REGIME

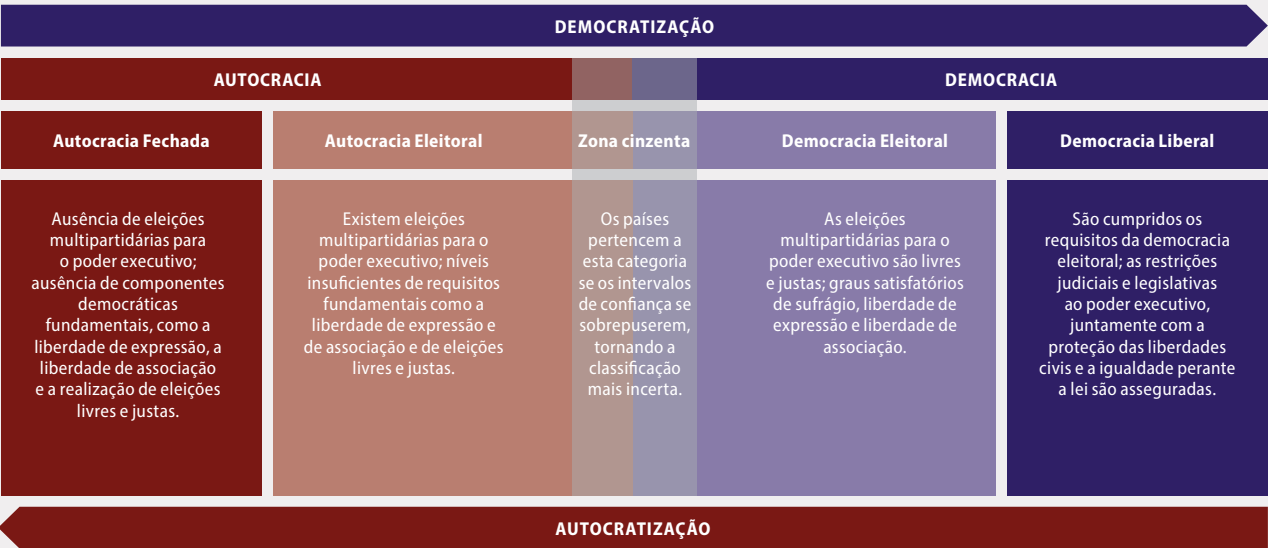


TABELA 1. REGIMES DO MUNDO, 2025

A Tabela 1 apresenta a classificação de países de acordo com a medida Regimes do Mundo. Os países são selecionados por tipo de regime, em 2025, e dentro do tipo de regime, por ordem alfabética.

Utilizamos o sinal mais/menos para indicar a possível incerteza da classificação e para sublinhar que alguns países estão colocados na “zona cinzenta” entre os tipos de regime. Esta classificação baseia-se nos intervalos de confiança do V-Dem e tem em conta os potenciais erros de medição que podem surgir devido à natureza dos dados.

A tipologia está publicada em Lüthmann et al. 2018. *Regimes of the World (RoW), Politics and Governance* 6(1). Embora baseada nos dados do V-Dem, esta medida não é oficialmente aprovada pelo Comité da Direção V-Dem (apenas os principais índices de democracia do V-Dem têm essa aprovação).

- DL Democracia Liberal
 DE Democracia Eleitoral
 AE Autocracia Eleitoral
 AF Autocracia Fechada
 – indica que o país também podia estar numa categoria inferior
 + indica que o país também podia estar numa categoria superior
 ↗ ↘ indica um país a passar de uma categoria para outra
 ↗ ↘ num episódio de autocratização, em 2025
 ↗ ↘ num episódio de democratização, em 2025

As democracias e autocracias de zona cinzenta estão destacadas

DEMOCRACIA LIBERAL

PAÍS	2025	Alterações no último ano	Episódio ERT 2025
Austrália	DL		
Bélgica	DL		
Costa Rica	DL		
Chéquia	DL		
Dinamarca	DL		
Estónia	DL		
Finlândia	DL		
Alemanha	DL		
Islândia	DL		
Irlanda	DL		
Japão	DL		
Letónia	DL		
Luxemburgo	DL		
Países Baixos	DL		
Nova Zelândia	DL		
Noruega	DL		
Seicheles	DL		↗
Coreia do Sul	DL	↗	
Espanha	DL		
Suécia	DL		
Suíça	DL		
Taiwan	DL		
Áustria	DL-		
Barbados	DL-		
Chile	DL-		
Chipre	DL-		
França	DL-		
Itália	DL-		↘
Lituânia	DL-	↗	
Trinidade e Tobago	DL-		
Uruguai	DL-		

DEMOCRACIA ELEITORAL

PAÍS	2025	Alterações no último ano	Episódio ERT 2025
Brasil	DE+		↗
Canadá	DE+		
Gâmbia	DE+		↗
Israel	DE+		
Malta	DE+		
Maurícias	DE+	↗	↗
Montenegro	DE+		↗
EUA	DE+	↘	↘
Reino Unido	DE+		↘
Vanuatu	DE+		
Argentina	DE		↘
Arménia	DE		↘
Bolívia	DE		↗
Botsuana	DE		↗
Bulgária	DE		
Cabo Verde	DE		
Colômbia	DE		
Croácia	DE		↘
República Dominicana	DE		↗
Equador	DE		
Gana	DE		
Grécia	DE		↘
Guatemala	DE		↗
Jamaica	DE		
Kosovo	DE		
Lesoto	DE		↗
Libéria	DE		
Nepal	DE		
Panamá	DE		
Paraguai	DE		
Peru	DE		↘
Polónia	DE		↗
Portugal	DE		
Roménia	DE		↘
S.Tomé e Príncipe	DE		
Senegal	DE		↘
Eslováquia	DE		↘
Eslovénia	DE		↘
Ihas Salomão	DE		↗
África do Sul	DE		
Sri Lanka	DE		↗
Suriname	DE		
Timor-Leste	DE		↗
Butão	DE-		
Fiji	DE-		↗
Guiana	DE-	↗	
Honduras	DE-		
Quênia	DE-		
Malawi	DE-		
Malásia	DE-		
Maldivas	DE-		
Moldávia	DE-		↘
Mongólia	DE-	↗	
Namíbia	DE-		
Nigéria	DE-	↗	
Macedónia do Norte	DE-		

AUTOCRACIA ELEITORAL

PAÍS	2025	Alterações no último ano	Episódio ERT 2025
Albânia	AE+	↘	
Benim	AE+		↗
Bósnia-Herzegovina	AE+	↘	
Indonésia	AE+		↘
México	AE+		↘
Serra Leoa	AE+		
Somalilândia	AE+		
Zâmbia	AE+	↘	↗
Argélia	AE		
Angola	AE		
Azerbaijão	AE		
Burundi	AE		
RCA	AE		↘
Camboja	AE		↘
Camarões	AE		
Chade	AE		
Comores	AE		
República do Congo	AE		
RDC	AE		
Djibuti	AE		
Egito	AE		
El Salvador	AE		↘
Guiné Equatorial	AE		
Etiópia	AE		
Gabão	AE	↗	
Geórgia	AE		↘
Hungria	AE		↘
Índia	AE		↘
Iraque	AE		
Costa do Marfim	AE		↘
Cazaquistão	AE		
Quirguistão	AE		↘
Libano	AE		
Madagáscar	AE		↘
Mauritânia	AE		↘
Moçambique	AE		↘
Nicarágua	AE		↘
Paquistão	AE		↘
Palestina/Cisjordânia	AE		
Papua Nova Guiné	AE		
Filipinas	AE		↘
Rússia	AE		
Ruanda	AE		
Sérvia	AE		↘
Singapura	AE		
Tajiquistão	AE		
Tanzânia	AE		
Tailândia	AE		↗
Togo	AE		↘
Tunísia	AE		
Túrcia	AE		
Uganda	AE		
Ucrânia	AE		↘
Venezuela	AE		
Zanzibar	AE		
Zimbabué	AE		
Irão	AE-		

AUTOCRACIA FECHADA

PAÍS	2025	Alterações no último ano	Episódio ERT 2025
Guiné-Bissau	AF+	↘	↘
Turquemenistão	AF+		
Uzbequistão	AF+		
Afeganistão	AF		↘
Bahrain	AF		
Bangladesh	AF	↘	
Bielorrússia	AF		↘
Burkina Faso	AF		↘
China	AF		
Cuba	AF		
Eritreia	AF		
Essuatíni	AF		
Guiné	AF		↘
Haiti	AF		↘
Hong Kong	AF		↘
Jordânia	AF		
Koweit	AF		↘
Laos	AF		
Líbia	AF		↘
Mali	AF		↘
Marrocos	AF		
Mianmar	AF		↘
Nigéria	AF		↘
Coreia do Norte	AF		
Omã	AF		
Palestina/Gaza	AF		
Catar	AF		
Arábia Saudita	AF		
Somália	AF		
Sudão do Sul	AF		
Sudão	AF		
Síria	AF		
Emirados Árabes Unidos	AF		
Vietname	AF		
Iêmen	AF		



Uma mulher reage com emoção durante o comício político do partido Aliança para a Mudança e Transparência – Wazalendo, em Kigoma, na Tanzânia, a 21 de junho de 2025. (Ericky Boniphace, Shutterstock)

Caixa 4. Metodologia ERT (Episódios de Transformação de Regime)

Desde o Relatório da Democracia 2024, utilizamos o método ERT (Maerz et al. 2024) para identificar países em processo de democratização e autocratização. Este método científico é mais cauteloso que o utilizado em relatórios anteriores e tem em consideração a incerteza subjacente à medição. A alteração significa que os números apresentados no Relatório da Democracia deste ano não são totalmente comparáveis aos de edições do Relatório da Democracia publicadas antes de 2024.

Uma equipa extensa que trabalha no projeto **FASDEM**, liderada pelo Professor Lindberg, desenvolveu o método ERT ao longo de vários anos. O método foi submetido a uma rigorosa revisão por pares na comunidade científica, através de publicações em várias revistas de prestígio. Todos os detalhes, incluindo o código e uma aplicação de visualização, podem ser encontrados nas publicações associadas e no Github.

No essencial, pode-se dizer que o método ERT funciona por, primeiro, identificar pequenas mudanças anuais ($>0,01$ numa escala de 0-1) no nível da democracia de um país, medido pelo Índice de Democracia Eleitoral (IDE) do V-Dem. Se essas alterações se acumularem ao longo dos vários anos e se tornarem substanciais ($>0,1$), trata-se de um episódio de transformação de regime. Se as alterações forem menores, considera-se que se correspondem a meras flutuações decorrentes da incerteza associada às medidas subjacentes, não refletindo alterações substanciais. O método ERT classifica então o resultado dos episódios de democratização e autocratização.

O método ERT tem diversas vantagens em relação ao método utilizado nos Relatórios da Democracia antes de 2024, que se limitava a considerar a diferença entre as pontuações de há dez anos e as do último ano. O mais importante é o facto de as regras de decisão sofisticadas, multifacetadas e testadas para a codificação ERT, garantirem maior confiança sobre os “democratizadores” e “autocratizadores” do que anteriormente. O método ERT também nos permite distinguir entre episódios que são 1) substanciais e a decorrer atualmente, como a autocratização na Hungria; daqueles que 2) terminaram recentemente, mas que ainda se qualificam como substanciais

quando comparados com a sua pontuação de há dez anos, como na Turquia. Utilizamos este procedimento desde o Relatório da Democracia 2024.

No Relatório da Democracia, utilizamos a versão mais recente do método ERT no IDE (Índice de Democracia Eleitoral) para identificar os pontos iniciais e finais dos episódios em curso, incluindo alguns pequenos ajustes metodológicos do método introduzido com a publicação do ERT deste ano. Todavia, no Relatório da Democracia, apresentamos as pontuações dos países no Índice de Democracia Liberal (IDL) (e o IDE é um dos dois principais componentes do IDL).

O método ERT é mais eficaz para aumentar a precisão na identificação dos países que se encontram em processos de mudança em curso, dos países que já concluíram esses processos e na determinação das datas de início e fim desses episódios. O método introduz um conjunto cauteloso de regras de codificação tendo em conta a incerteza para evitar declarar erroneamente países como “autocratizadores” ou “democratizadores”. No entanto, esse aumento na sofisticação implica também alguma incerteza quanto aos dados dos últimos dois anos. É possível que mais países venham a ser incluídos nas categorias de autocratizadores e democratizadores post-factum, se e quando a magnitude da mudança os tornar elegíveis. O método ERT então retrocede o ano de início desses processos de mudança para o ano em que a mudança se iniciou efetivamente.

Artigo em Destaque:

Maerz, Seraphine F., Amanda B. Edgell, Matthew C. Wilson, Sebastian Hellmeier e Staffan I. Lindberg. 2024. *Episodes of Regime Transformation*. *Journal of Peace Research* 61(6).

Livro de código:

Edgell, Amanda B., et al. 2023. *Episodes of Regime Transformation Dataset and Codebook*.

Repositório de dados, Código e livro de código (codebook):

github.com/vdeminstitute/ERT

Shiny App para visualizações:

episodes.shinyapps.io/validation/

2 | Tendências de Transformação de Regime

- **O mundo está cada vez mais instável. O número de países em processo de transformação de regime subiu de 44, há apenas dez anos, para 62 em 2025.**
- **O mundo nunca registou tantos países em processo de autocratização ao mesmo tempo como nos últimos anos.**
- **Em 2025, os 44 países em processo de autocratização acolhem 41% da população mundial, ocupam 26% da superfície terrestre mundial e representam 39% do PIB mundial.**
- **Apenas 5% da população mundial reside nos 18 países em processo de democratização.**
- **A União Europeia tem sido gravemente afetada. O processo de autocratização domina a Europa de Leste, afeta sete Estados-Membros da UE e dois dos seus principais aliados – o Reino Unido e os EUA.**

A Secção 2 do *Relatório da Democracia 2026* identifica e analisa os países que se encontram atualmente em mudança – ou seja, em processos de transformação de regime (segundo a metodologia ERT, ver Caixa 4):¹ em 2025, 62 países encontram-se em processo de transformação de regime, dos quais 44 estão em processo de autocratização e apenas 18 em processo de democratização.

A autocratização afeta todas as regiões, transformando o mundo de forma profunda. Trata-se de uma tendência global que remonta a, pelo menos, 25 anos e que se acelerou ao longo da última década. Nenhum país, incluindo as democracias ocidentais de longa data, está imune à erosão das normas democráticas. Vivemos tempos de *transformações sistêmicas globais*, em que as democracias que subsistem enfrentam sérios desafios.

Os Estados Unidos da América (EUA) destacam-se como um exemplo evidente. Trata-se de um novo caso excepcional de autocratização, tanto de-

vido às mudanças de grande alcance ocorridas em 2025 como pelas suas implicações para o resto do mundo. Os danos profundos já infligidos à democracia norte-americana durante o segundo mandato de Trump – em apenas um ano – sobressaem no mapa mundial (Figura 10). De modo geral, os países em processo de autocratização da “terceira vaga” demoraram cerca de uma década a atingir um nível de deterioração semelhante, e a rapidez deste declínio é comparável à de alguns golpes de Estado.² A Secção 5 apresenta uma análise detalhada dos desenvolvimentos nos EUA.

O mapa mundo na Figura 10 mostra os países em processo de transformação de regime – em processo de democratização (azul) ou autocratização (vermelho).³ A intensidade das cores indica a magnitude da mudança desde o início do processo de transformação de regime para cada país (para mais detalhes, ver as Secções 3 e 4).

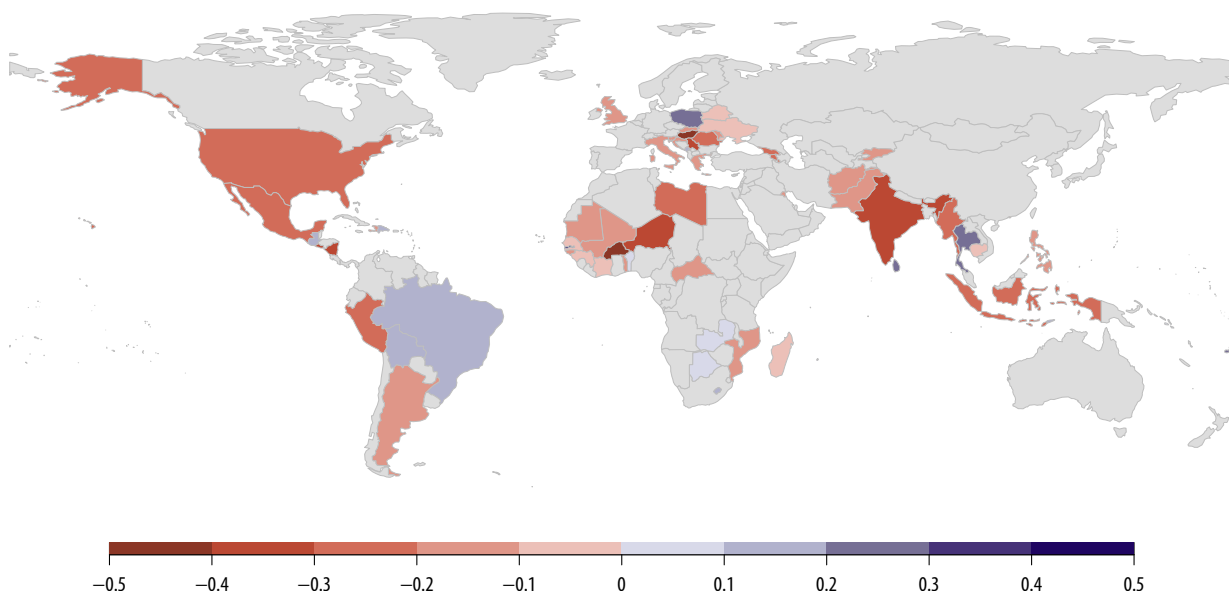
A Figura 10 apresenta evidências de que a “terceira vaga de autocratização” é verdadeiramente uma tendência global que afeta diversas regiões, incluindo tanto democracias frágeis como democracias consolidadas. O contexto global está a tornar-se cada vez mais favorável a regimes autocráticos.

A “Terceira Vaga” de Autocratização é dominante

Durante os últimos 25 anos, ou, segundo algumas análises,⁴ durante os últimos 30 anos, o número de países em processo de autocratização ao mesmo tempo tem vindo a aumentar, acelerando ao longo da última década.

O mundo parece estar a entrar em território desconhecido. Descobertas científicas recentes mostram que nunca houve tantos países em processo de autocratização ao mesmo tempo no mundo como agora. Esta avaliação é válida tanto em termos absolutos, como em termos da percentagem de países do mundo e da percentagem da população mundial (ver Caixa 5). →

FIGURA 10. OS 62 PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO VS. AUTOCRATIZAÇÃO, 2025



A Figura 10 mostra os países em processo de democratização (azul) ou autocratização (vermelho) em 2025. A intensidade da cor indica a magnitude da mudança no Índice de Democracia Liberal (IDL) desde o início da transformação de regime. Os países a cinzento não se encontram em processo de transformação de regime.

1 Uma vez que os dados do V-Dem são atualizados todos os anos, com mais especialistas e melhores dados, também para os anos anteriores, o método ERT atualiza, igualmente, os números e os resultados anteriores. Por vezes, isto leva a diferenças em relação ao que foi comunicado no ano anterior. Trata-se de um sinal de dados melhores e mais exatos e não de um erro.

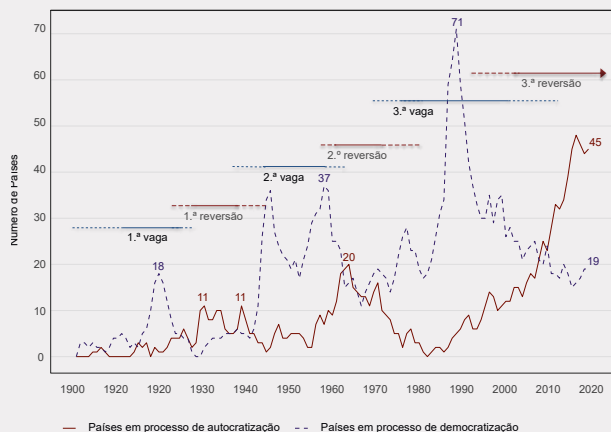
2 Apenas seis países registaram quedas anuais mais acentuadas no IDL desde 2000. Cinco deles resultaram de golpes militares: Burkina Faso (2022), Fiji (2000), Myanmar (2021), Tailândia (2006) e Tailândia (2014), e um resultou de um autogolpe: Tunísia (2022). Além disso, existem apenas 35 casos (0,14%) de quedas anuais mais acentuadas no IDL desde 1789 em todo o conjunto de dados do V-Dem.

3 Esta perspetiva é diferente da Secção 1, que analisou o estado da democracia no mundo em termos de níveis médios de democracia e de tendências para os tipos de regime. Aqui, o foco está nos países que estão atualmente a passar por mudanças com impacto na tendência global.

4 Lüthmann, A. and S.I. Lindberg. 2019. “A Third Wave of Autocratization is Here: What Is New About It?” *Democratization* 26(7).

Caixa 5. Dados de investigação – Pior do que na década de 1930

FIGURA 1. TRÊS VAGAS DE DEMOCRATIZAÇÃO E AUTOCRATIZAÇÃO



A Figura 1 reproduz a Figura 4 de Lindberg 2026. A figura representa as tendências de democratização e autocratização como definidas pelo método ERT (como no Relatório da Democracia). Os dados advêm da base de dados V-Dem v15

Um artigo científico recente reflete sobre as tendências globais de democratização e autocratização. O artigo faz um balanço dos 50 anos da “terceira vaga de democratização”, que transformou muitas ditaduras em democracias. Entre 1970 e 2024, ocorreram 149 episódios de democratização em 110 países não democráticos. No entanto, ao longo dos últimos 25 anos, esta vaga passou a sobrepor-se a uma crescente “terceira vaga de autocratização”, com um total de 105 episódios de autocratização em 75 países.

Entre outros aspetos, o artigo compara a “terceira vaga de autocratização” dos últimos 25 anos com a “primeira vaga”, na década de 1930, que terminou com o fim da Segunda Guerra Mundial. A análise fornece evidências de que a atual vaga de autocratização é sem precedentes em termos de duração, alcance e magnitude – sendo pior do que a da década de 1930 em todos estes aspetos.

Source: Lindberg, S.I. 2026. “Fifty Years of the Third Wave(s): From Democratization to Autocratization.” *Democratization*, Online First (open access).

A Figura 11 ilustra as **tendências** globais de **autocratização** e **democratização** ao longo dos últimos 50 anos. Até à viragem do século, a democratização era a tendência global dominante (linha azul, painel esquerdo). O número de países em processo de democratização alcançou o pico de 73 em 1992, diminuiu para 18 em 2012 e tem oscilado entre 18 e 20 nos últimos 15 anos. Algumas notícias positivas recentes – democratização após fase autocratizadora (países como o Brasil e a Polónia travaram e revertem o processo de autocratização) – destacam-se no mapa mundo da Figura 10.

O número de países em processo de autocratização (linha vermelha) aumentou entre meados da década de 1990 e o início da década de 2000, ultrapassando o número de países em processo de democratização em 2012. A autocratização é a tendência global dominante desde o início da década de 2010 e tem vindo a acelerar ao longo da última década. Após um recorde histórico de 50 países em processo de autocratização em 2021, esse número é de 44 em 2025.

O PONTO MAIS ALTO DA VAGA?

Registamos com *cautela* a pequena diminuição do número de países simultaneamente em processo de autocratização desde 2022. Esta tendência *poderá* indicar que a “terceira vaga” atingiu o seu pico – todavia, deve haver grande prudência ao retirar essa conclusão.

Em primeiro lugar, existe muito mais volatilidade por detrás destes números do que parece. Dos 44 países em processo de autocratização em 2025, 10 são novos – identificados pela primeira vez este ano de acordo com o método ERT (com a versão 16 da base de dados V-Dem). Entretanto, 11 episódios de autocratização – que no *Relatório da Democracia 2025* foram apresentados como ainda em curso – estão agora assinalados como “terminados” de acordo com as regras ERT. Por outras palavras, o número *total* de países afetados pela “terceira vaga de autocratização” é superior aos 44 que se encontram atualmente em processo de autocratização.

Em segundo lugar, em alguns países, o processo de autocratização não terminou por ter fracassado, mas sim por ter sido bem-sucedido. Alguns exemplos notáveis incluem a Rússia e a Turquia que “concluíram” os seus episódios com o estabelecimento de regimes autocráticos estáveis. Desse modo, o “pior” não chegará ao fim até observarmos a diminuição dos processos de autocratização, acompanhada de um aumento dos processos de democratização.

Em terceiro lugar, o número poderá aumentar a posteriori (como aconteceu em 2021, por exemplo, neste Relatório da Democracia). O método ERT

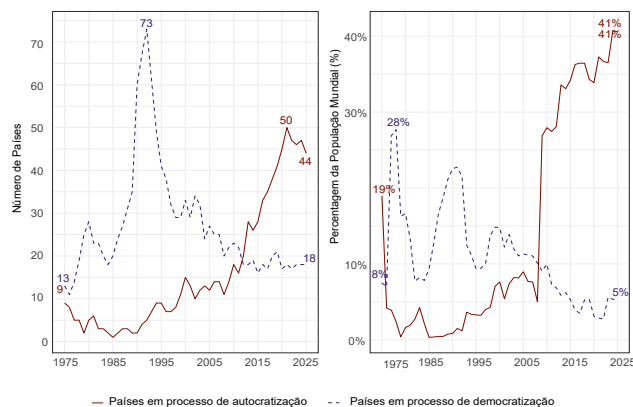
é muito “conservador” (como os métodos científicos devem ser) ao afirmar que um país entrou num período de transformação de regime. Os limiares elevados são importantes para evitar “falsos positivos”, que poderiam resultar de erros de medição e de ruído nos dados subjacentes. Assim, o número de 44 países em processo de autocratização em 2025 poderá ainda aumentar nos próximos anos – por exemplo, se as deteriorações nos países que constam da lista de observação continuarem (ver Anexos, página 41).

UM RECORDE DE 41% DA POPULAÇÃO MUNDIAL EM PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO

Este ano foi registado um novo recorde: 41% da população mundial vive em 44 países em processo de autocratização (ver Figura 11, painel direito). Nunca existiram tantas pessoas (3,4 mil milhões) a viver em países em processo de autocratização como atualmente. Estes países ocupam 26% da superfície terrestre mundial e representam 39% do PIB mundial.

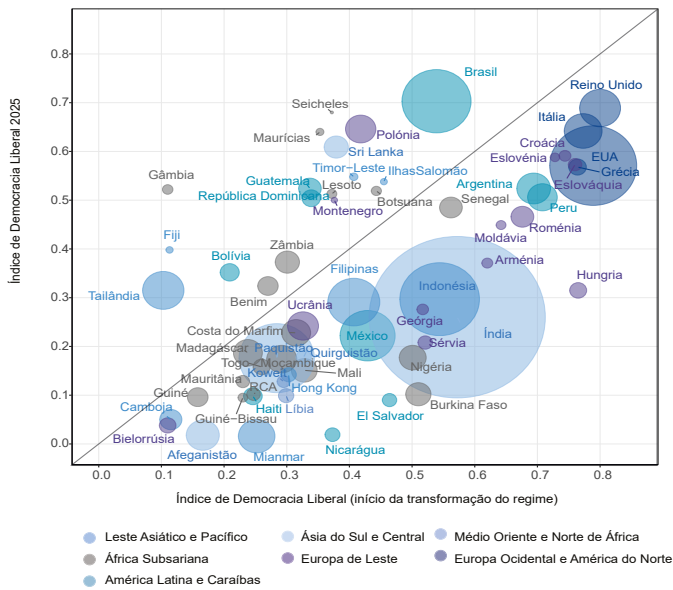
Enquanto isso, apenas 5% da população mundial reside em países onde a democracia está a progredir, correspondendo a 9% da superfície terrestre mundial e gerando, apenas, 4% do PIB mundial. Só o Brasil representa mais de metade destes números.

FIGURA 11. PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO VS. PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO, 1975-2025



A Figura 11 mostra padrões de democratização e autocratização ao longo dos últimos 50 anos. O painel esquerdo mostra o número de países em cada categoria e o painel direito mostra a percentagem da população mundial a viver em países em processo de autocratização ou democratização.

FIGURA 12. PAÍSES DEMOCRATIZADORES VS. PAÍSES AUTOCRATIZADORES, POR TAMANHO DA POPULAÇÃO, 2025



A Figura 12 mostra a pontuação dos países no IDL em 2025 (eixo y) e no início dos episódios de democratização e autocratização (eixo x), que varia consoante os países (os anos de início podem ser encontrados nas Figuras 14 e 18). A dimensão das bolhas reflete o tamanho da população. Os países acima da linha diagonal tornaram-se mais democráticos, enquanto os países abaixo da linha diagonal tornaram-se mais autocráticos, em 2025.

A Figura 12 ilustra a inclinação acentuada do mundo em direção da autocratização. A figura compara o nível de democracia de cada país em 2025 com o nível que este apresentava no início do seu atual episódio; o tamanho da bolha de cada país é proporcional com o tamanho da sua população. Os países acima da linha diagonal correspondem aos 18 em processo de democratização, enquanto os países abaixo da linha são os 44 em processo de autocratização.

Entre os países em processo de democratização (acima da linha diagonal), o **Brasil** é, de longe, o maior em termos de população, seguido pela **Tailândia** e pela **Polónia**. Os três países passaram por processos de democratização após fase autocratizadora, o que significa que estão a recuperar da autocratização da última década e a restabelecer os seus níveis iniciais de democracia. Outros países em processo de democratização e, especialmente, os países em processo de democratização “autônoma”, tendem a ser países relativamente pequenos em termos de população. Em comparação, a percentagem da população mundial a viver em países em processo de democratização “autônoma” é de apenas 0,005% - cerca de 40 milhões de pessoas. Abordamos os países em processo de democratização na Secção 4.

Por outro lado, muitos dos países em processo de autocratização (abaixo da linha diagonal) são países com populações numerosas, como a **Índia**, a **Indonésia**, o **México**, o **Paquistão**, o **Reino Unido** e os **EUA**. Muitos destes países são potências regionais ou globais influentes, capazes de influenciar o futuro das suas regiões e moldar a política internacional. Analisamos a evolução dos países em processo de autocratização na Secção 3. →



Transformação de regimes nas diferentes regiões

A Figura 13 mostra a propagação das transformações de regime pelas várias regiões do mundo. A autocratização é mais prevalente do que a democratização em todas as regiões do mundo. A **União Europeia (UE)** é também fortemente afetada, uma vez que a autocratização está em curso em sete dos seus Estados-Membros e em muitos países vizinhos da **Europa de Leste**, assim como em dois dos seus principais aliados - o **Reino Unido** e os **EUA**.

No **Leste Asiático** e no **Pacífico**, quatro países (ou 18% da região⁵) encontram-se em processo de democratização em curso: Fiji, Ilhas Salomão, Tailândia e Timor-Leste. No entanto, cinco países (23% da região) encontram-se em processo de autocratização: Camboja, Hong Kong, Indonésia, Mianmar e Filipinas.

Na **Ásia do Sul e Central**, o Sri Lanka é o único país em processo de democratização (7% da região). Quatro países (29% da região) encontram-se em processo de autocratização: Afeganistão, Índia, Quirguistão e Paquistão. A Índia, com uma população de quase 1,5 mil milhões de pessoas, e o Paquistão, com 251 milhões de pessoas, encontram-se entre os países mais populosos do mundo.

O **Médio Oriente e o Norte de África** apresentam o nível regional mais baixo de democracia (ver Figura 3), e nenhum país da região está em processo de democratização em 2025. Dois países estão em processo de autocratização, o Koweit e a Líbia, representando 10 % da região.

Na **África Subsariana**, sete países (14% da região) encontram-se em processo de democratização: Benim, Botsuana, Gâmbia, Lesoto, Maurícias, Seicheles e Zâmbia. Com o maior número de países (N=51),⁶ a região conta também com o maior número de países em processo de autocratização, 12 (ou 24% da região) em 2025: Burkina Faso, República Centro Afri-

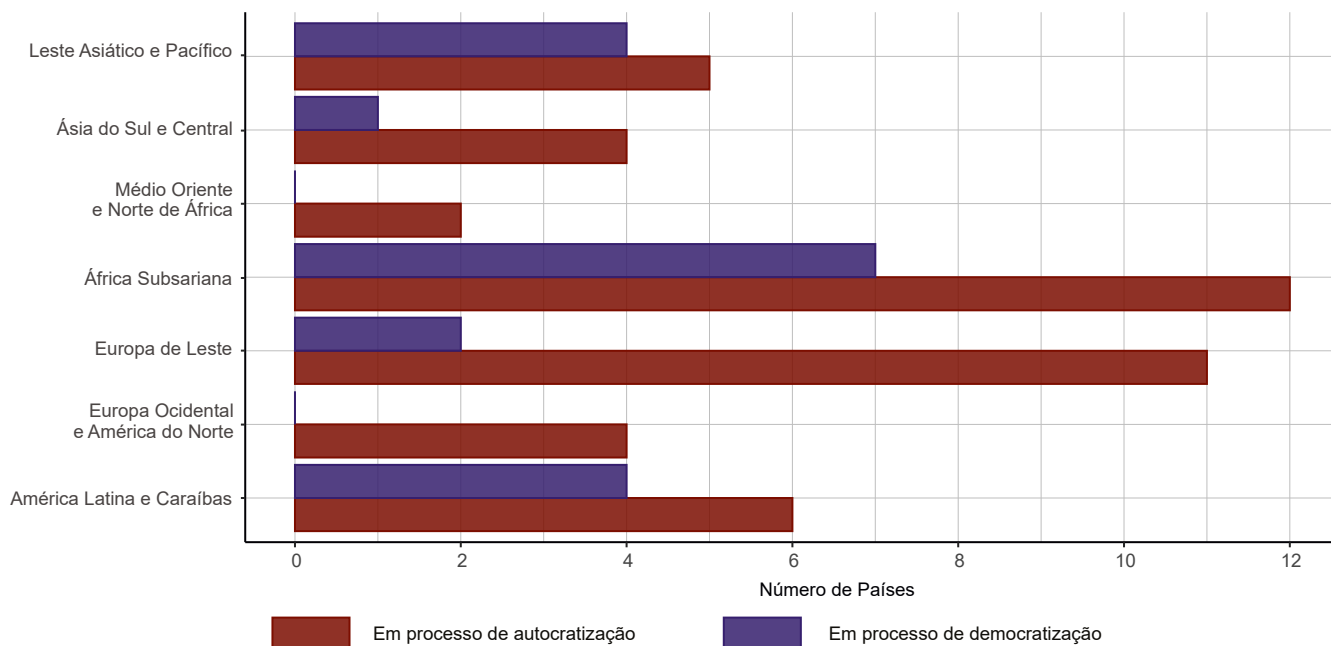
cana, Guiné, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Senegal e Togo.

Na **Europa de Leste**, apenas dois países se encontram em processo de democratização: Montenegro e Polónia, correspondendo a 8% da região. A autocratização predomina, com onze países em processo de autocratização - um aumento em relação aos oito do ano passado. Este número corresponde a 46% da região e afeta 32% da sua população. A “terceira vaga de autocratização” afeta agora a **UE**, uma vez que envolve os Estados-Membros da UE e os seus vizinhos mais próximos. Entre os Estados-Membros da UE em processo de autocratização na Europa de Leste, encontramos a Croácia, a Hungria, a Roménia, a Eslováquia e a Eslovénia, enquanto os vizinhos incluem a Arménia, a Bielorrússia, a Geórgia, a Moldávia, a Sérvia e a Ucrânia.

Nenhum país da **América do Norte e da Europa Ocidental** está em processo de democratização, mas a região é agora também afetada pela “terceira vaga de autocratização”. A Grécia costumava ser o único país da região em declínio democrático. Este ano existem três novos casos: Itália, Reino Unido e EUA. Trata-se de países grandes e muito influentes, representando 59% da população da região. A Grécia e a Itália são membros da **UE**, enquanto o Reino Unido e os EUA são os seus principais aliados. Este é um desenvolvimento preocupante para o futuro da democracia no mundo atual.

Na **América Latina e nas Caraíbas**, existem quatro países em processo de democratização (ou 16% da região): Bolívia, Brasil, República Dominicana e Guatemala. A Bolívia, o Brasil e a Guatemala são casos de democratização após fase autocratizadora - países que estão a inverter processos de autocratização. No entanto, a autocratização continua em seis países (ou 24% da região): Argentina, El Salvador, Haiti, México, Nicarágua e Peru. ■

FIGURA 13. AUTOCRATIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO ENTRE REGIÕES, 2025



A Figura 13 mostra o número de países em processo de democratização e autocratização em cada região em 2025.

5 As percentagens nesta secção são calculadas em relação ao número total de países incluídos no conjunto de dados V-Dem em 2025. Para mais informações, consulte a secção «Unidades de codificação por país» do V-Dem em v-dem.net/data/reference-documents/.

6 Os “países” incluídos na base de dados do V-Dem abrangem alguns territórios semiautónomos. Na África Subsariana, isso inclui a Somalilândia e Zanzibar. Estes são codificados separadamente dos Estados soberanos.

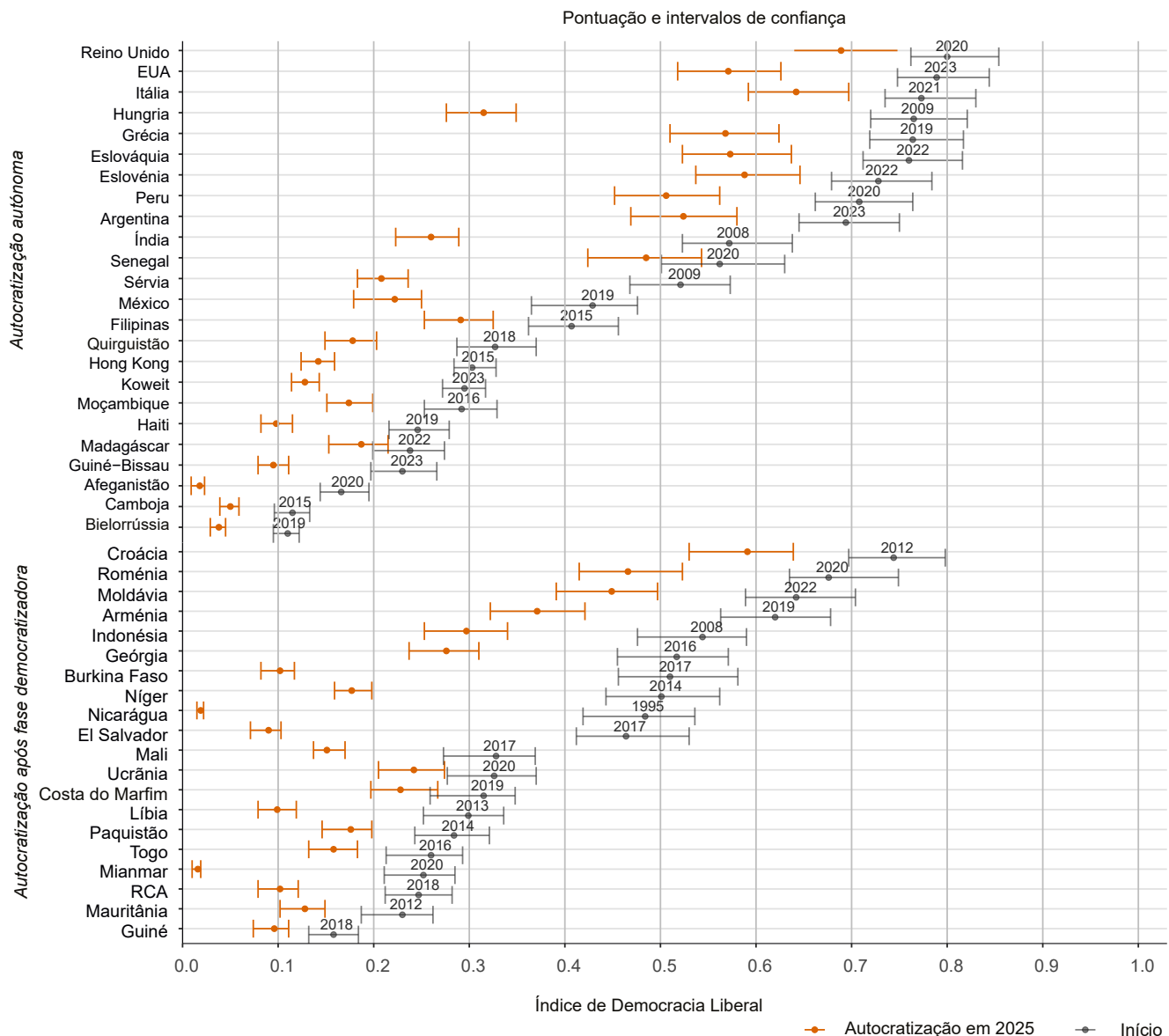
3 | Países em Autocratização

- Quase um quarto dos países do mundo (44) constam agora na lista de países em processo de autocratização, apenas 11 episódios de autocratização terminaram e 10 novos foram identificados em 2025.
- Dos 44 países em processo de autocratização, 28 eram democracias no início do seu episódio. Apenas 13 permanecem democracias em 2025.
- 5 dos novos países em processo de autocratização eram democracias liberais no início do processo de autocratização.
- Os 44 países em processo de autocratização dividem-se entre 24 países em processo de autocratização autónoma e 20 em processo de autocratização após fase democratizadora.

- Entre os novos países em processo de autocratização encontram-se cinco países europeus: Croácia, Itália, Eslováquia, Eslovénia e o Reino Unido.
- A censura dos meios de comunicação social permanece como a tática mais comum entre os governos autocratizantes, com 32 países (73%) a recorrerem a ela. No entanto, a repressão da sociedade civil intensificou-se, afetando 30 países (68%).

Quase um quarto dos países do mundo (44) constam agora na lista de países em processo de autocratização, refletindo um aumento acentuado desta tendência. Ainda há dez anos, esse número era de apenas 28, e há cerca de 25 anos - menos de uma dúzia (ver Figura 11 na Secção 2). →

FIGURA 14. TODOS OS 44 CASOS DE AUTOCRATIZAÇÃO EM CURSO, 2025



A Figura 14 mostra os valores do IDL e os respetivos intervalos de confiança no início da autocratização (a preto). Tecnicamente, estes correspondem aos anos de "pré-episódio" segundo a metodologia ERT, o que significa que o ano seguinte foi o primeiro a registar um declínio. Nos casos de autocratização após fase democratizadora, apenas é apresentada a parte correspondente à autocratização do episódio. Os valores de 2025 (a laranja) revelam a magnitude total da deterioração. A metodologia ERT utiliza o Índice de Democracia Eleitoral (IDE) para identificar os episódios. No entanto, para manter a coerência com o restante das análises do Relatório da Democracia, apresentamos os valores correspondentes dos países no IDL (Índice de Democracia Liberal). Um país pode registar uma variação maior no IDE do que no IDL, o que explica os casos em que os intervalos de confiança se sobrepõem (não se sobrepõem no IDE).

Se uma democracia começar a tornar-se autocrática, é mais provável que entre em colapso do que sobreviva. Entre os 44 países em processo de autocratização atualmente, 28 eram democracias quando o processo de autocratização começou.¹ A democracia já entrou em colapso em 15 dos 28 países - como aconteceu recentemente na Geórgia e no México -, o que representa uma taxa de fatalidade de 54%. Dos 13 restantes, oito só foram recentemente identificados - este ano ou no ano passado -, pelo que se encontram numa fase inicial do processo.

A autocratização também afeta as autocracias, tornando-as mais repressivas. Em 44 países em processo de autocratização, 16 já eram autocracias quando um novo processo de regressão começou. Destes, 14 eram autocracias eleitorais e para seis - ou 41% - o processo de autocratização resultou em autocracias fechadas, como o Afeganistão e a Bielorrússia. Os restantes oito tornaram-se mais repressivos, no entanto mantiveram o estatuto de autocracias eleitorais. Hong Kong e o Koweit começaram o processo de autocratização como autocracias fechadas e mantiveram esse estatuto.

Os 44 episódios de autocratização apresentados na Figura 14 dividem-se em 24 processos de “autocratização autónoma” - em que a autocratização se segue a um período de relativa estabilidade - e 20 processos de autocratização após fase democratizadora - em que um declínio se segue e está relacionado com um período recente de democratização (ver também Caixa 6). Dentro de cada grupo, os países estão ordenados de acordo com os níveis no IDL no início da autocratização. Os valores do IDL para 2025 estão assinalados a laranja, indicando a magnitude total da deterioração.

10 NOVOS PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO

Existem dez novos países em processo de autocratização identificados este ano com os novos dados de 2025: oito em processo de autocratização autónoma e dois em processo de autocratização após fase democratizadora (ver Tabela 2).

TABELA 2. AUTOCRATIZADORES QUE APARECERAM NA LISTA EM 2025

	Processo de autocratização autónoma	Início do Episódio		Autocratização após fase democratizadora	Início do Episódio
1	Camboja	2015	1	Croácia	2012
2	Itália	2021	2	Togo	2016
3	Madagáscar	2022			
4	Koweit	2023			
5	Eslováquia	2022			
6	Eslovénia	2022			
7	Reino Unido	2020			
8	EUA	2023			

Quatro dos dez novos casos foram destacados como países na lista de observação dos países em processo de autocratização no Relatório da Democracia 2025 - ou seja, países à beira de se tornarem autocratizadores. O método ERT identifica agora, com certeza, episódios de autocratização nestes países: **Madagáscar**, **Eslováquia**, **Eslovénia** e **Togo**. Mais dois países - **Croácia** e **Itália** - foram identificados como “casos limite” de autocratização, ou seja, países que estavam pelo menos a meio caminho de se tornarem autocratizadores. Continuamos a apresentar os países na lista de observação também no Relatório da Democracia deste ano (ver Anexos, página 41).

Em dois dos dez novos casos, no **Koweit** e nos **EUA**, a magnitude das deteriorações em 2025 foi tão elevada que estes países figuram agora entre os 10 principais casos de “autocratização autónoma” em curso. No **Camboja**, deteriorações mínimas de ano para ano ao longo da última década acumularam-se, resultando num declínio agregado substancial. No **Reino Unido**, a queda agregada no índice de democracia é em grande medida impulsionada por um declínio significativo da liberdade de expressão e dos meios de comunicação social, que atingiram os níveis mais baixos das últimas décadas.

11 EPISÓDIOS DE AUTOCRATIZAÇÃO CHEGARAM AO FIM

Onze países com regimes autocráticos saíram da lista de observação, em comparação com o Relatório da Democracia do ano passado. Quatro dos onze casos neste grupo são “boas notícias” para a democracia: **Gabão**, **Líbano**, **Maurícias** e a **Coreia do Sul**. O processo de autocratização foi interrompido e revertido nas **Maurícias** com as eleições de 2024 (ver Secção 4). A **Coreia do Sul** defendeu a sua democracia em 2025, no seguimento da tentativa falhada do Presidente Yoon Suk Yeol de impor a lei marcial em 2024. A **Coreia do Sul** está a um passo de conseguir efetuar o seu segundo processo de democratização após fase autocratizadora. O **Gabão** e o **Líbano** - ambos os países eram autocracias eleitorais no início do episódio de autocratização - passaram por momentos decisivos com as eleições de 2025 e estão agora próximos de recuperar os seus níveis iniciais (baixos) de democracia. Para o **Gabão**, estas eleições foram as primeiras a decorrer no país após o golpe de 2023. O **Líbano** elegeu (indiretamente) um presidente após quase dois anos de turbulência. O **Gabão** e a **Coreia do Sul** encontram-se agora na Lista de observação para países em processo de democratização (ver Anexos, página 41).

TABELA 3. AUTOCRATIZADORES QUE DESAPARECERAM DA LISTA EM 2025

	Processo de autocratização autônoma	Fim do Episódio		Autocratização após fase democratizadora	Fim do Episódio
1	Comores	2020	1	Bangladesh	2021
2	Gabão	2024	2	Coreia do Sul	2023
3	Guiana	2023	3	Sudão	Lista de observação
4	Libano	2024			
5	Maurícias	2023			
6	Mongólia	2024			
7	Serra Leoa	Lista de observação			
8	Tanzânia	2021			

Os outros sete casos constituem mais “más notícias” para a democracia. Cinco processos de autocratização ficaram simplesmente estagnados em níveis mais baixos de democracia. As **Comores** permanecem estáveis (em níveis baixos) desde 2021. Na **Guiana** e na **Mongólia** o processo de autocratização terminou com melhorias ligeiras em 2025, o que conduziu a uma reclassificação de ambos os países como democracias eleitorais de “zona cinzenta”. No **Bangladesh** e na **Tanzânia**, os processos de autocratização da década de 2010, terminaram com vários anos de estabilidade (em níveis baixos) no início dos anos de 2020. No entanto, ambos os países registam declínios adicionais preocupantes em 2025.

Por fim, a **Serra Leoa** e o **Sudão** têm oscilado em torno dos limiares do ERT ao longo dos últimos anos, em níveis baixos no IDL. Estes países mantêm-se na lista de observação para países em processo de autocratização (ver Anexos, página 41).

Autocratização Autónoma

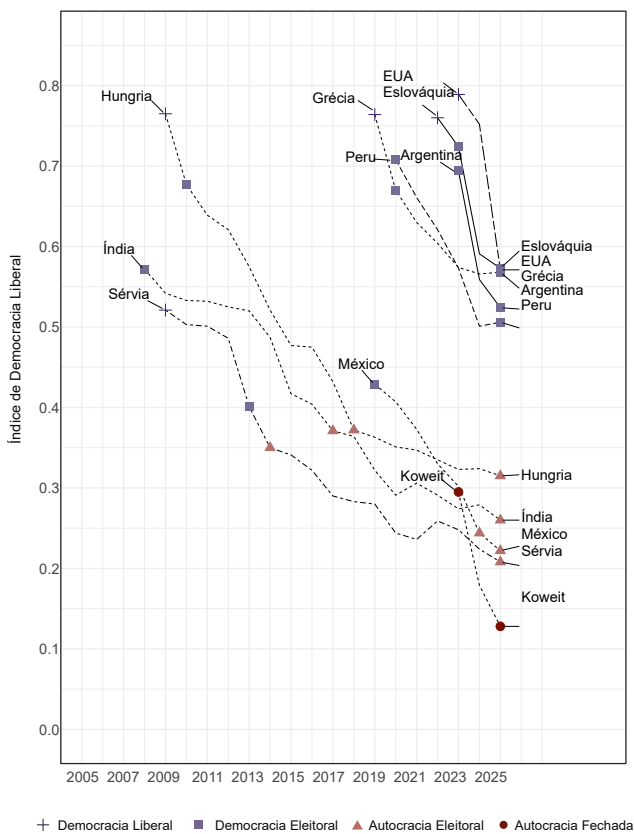
Nove dos 10 principais países em processo de autocratização autónoma (Figura 15) eram democracias quando se iniciou o processo de autocratização. Quatro destes países já entraram em colapso democrático.

A Figura 15 mostra a trajetória destes países, identificando a sua evolução no tempo até ao início do seu episódio, recorrendo à precisão da metodologia ERT (ver Caixa 4). A Tabela 4 classifica os 10 episódios de autocratização autónoma identificados de acordo com a magnitude total da queda no IDL.

Iniciamos por abordar os cinco países que ainda são democracias, por ordem alfabética:

A autocratização na **Argentina** começou com a presidência de Javier Milei. Sob o seu governo populista libertário de extrema-direita, a liberdade de expressão, a liberdade dos meios de comunicação social e as organizações da sociedade civil foram alvo de ataques.² Todavia, a po-

1 A Figura 14 não inclui informação sobre o tipo de regime de cada país no início do episódio e no final de 2025, mas essa informação pode ser encontrada nos Anexos, Tabela A1.
2 rsf.org/en/argentina-javier-milei-s-first-year-president-marked-sharp-decline-press-freedom/

FIGURA 15. 10 PRINCIPAIS AUTOCRATIZADORES AUTÔNOMOS, 2025


A Figura 15 apresenta os valores para os 10 principais países em processo de autocratização autônoma. Para detalhes técnicos, ver nota abaixo da Figura 14.

TABELA 4. MAGNITUDE DO DECLÍNIO, FIGURA 15

Classificação	País	Início do Episódio	Mudança no IDL
1	Hungria	2009	-0.451
2	Sérvia	2009	-0.313
3	Índia	2008	-0.309
4	EUA	2023	-0.218
5	México	2019	-0.207
6	Peru	2020	-0.200
7	Grécia	2019	-0.195
8	Eslováquia	2022	-0.187
9	Argentina	2023	-0.171
10	Koweit	2023	-0.167

pularidade de Milei mantém-se elevada, e a coligação por si fundada, A Liberdade Avança (LLA), foi a grande vencedora das eleições legislativas intercalares de 2025 na Argentina.³

O processo de autocratização na Grécia começou em 2020 e, quase de imediato, levou à perda de estatuto como democracia liberal. O Primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis enfraqueceu gradualmente o Estado de Direito e atacou a liberdade dos meios de comunicação social.⁴ A deterioração parece ter estagnado nos últimos dois anos.

O **Peru** não é um caso de autocratização por via do “engrandecimento do executivo” - o típico processo ao longo dos últimos 25 anos. Em vez disso, há quem argumente que a autocratização resulta de um autorita-



rismo legislativo.⁵ A instabilidade institucional no Peru é tão elevada que, entre o início do episódio de autocratização (2021) e a publicação deste relatório, o país teve sete presidentes diferentes, sendo apenas um eleito diretamente para o cargo.⁶ A liberdade de associação, a liberdade de expressão e a responsabilização estão na base deste declínio.

A **Eslováquia** apareceu na Lista de Observação dos países em processo de autocratização no Relatório da Democracia do ano anterior. O declínio reflete o enfraquecimento da independência do poder judicial, os ataques às organizações da sociedade civil e os esforços de controlo político sobre os meios de comunicação social por parte do governo do Primeiro-ministro, Robert Fico - uma coligação nacional-populista.⁷ Em 2024, por exemplo, o governo assumiu o controlo direto de todas as forças de aplicação da lei, encerrou o Gabinete do Procurador Especial e passou a controlar, na prática, o poder judicial e os meios de comunicação social públicos.⁸ Vários sindicatos, setores de atividade e pessoas ligadas a organizações não governamentais (ONGs) manifestaram-se publicamente.⁹

Os **EUA** juntam-se à lista de países em processo de autocratização sob a administração do Presidente Donald J. Trump. Em apenas um ano, os EUA já ocupam o quarto lugar em termos de magnitude de deteriorações - apenas atrás dos três casos mais flagrantes, que se encontram em processo de autocratização há mais de uma década. Enquanto o aspeto eleitoral da democracia norte-americana permanece em grande parte inalterado, todos os outros aspetos deterioraram-se substancialmente, fazendo com que o índice da democracia desça. Entre os aspetos da democracia mais afetados em 2025 encontram-se a liberdade de expressão, os pesos e contrapesos, o Estado de Direito e as liberdades civis. Iremos abordar a autocratização dos EUA em detalhe na Secção 5.

Cinco dos 10 principais países em processo de autocratização autônoma são atualmente autocracias. Quatro deles são classificados como autocracia eleitoral: →

3 www.reuters.com/world/americas/argentina-vote-high-stakes-test-mileis-libertarian-vision-2025-10-26/
4 www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2024-0069_EN.html/
5 www.journalofdemocracy.org/articles/the-rise-of-legislative-authoritarianism/
6 www.americaquarterly.org/article/peru-political-instability-enters-a-new-chapter-under-balcazar/
7 www.idea.int/democracytracker/country/slovakia/
8 balkaninsight.com/2024/09/03/slovakias-new-period-of-normalisation-attacks-on-freedom-and-rights/
9 balkaninsight.com/2025/01/08/slovakia-in-2025-continuing-down-a-dark-road/

A **Hungria** ocupa o primeiro lugar em termos de magnitude total das deteriorações. Quando Viktor Orbán e o seu partido, Fidesz, chegaram ao poder em 2010, o país era uma democracia liberal. O seu governo removeu gradualmente os pesos e contrapesos ao executivo, interferiu com a qualidade das eleições e restringiu gravemente a liberdade de imprensa e o acesso à informação. Mais recentemente, os protestos contra o governo aumentaram¹⁰ e a oposição ao partido Fidesz está a organizar-se com vista às eleições de abril de 2026.¹¹ A Hungria é classificada como uma autocracia eleitoral desde 2018.

O processo de autocratização da **Índia** (desde 2009) consistiu num desmantelamento lento, mas sistemático, das instituições democráticas. O desmantelamento da democracia levado a cabo pelo Partido do Povo Indiano (BJP), partido anti-pluralista e hindu-nacionalista no poder, e o Primeiro-ministro Modi inclui a deterioração da liberdade de expressão e da independência dos meios de comunicação social, o assédio a jornalistas críticos do governo e ataques à sociedade civil e à oposição.¹² A Índia é classificada como uma autocracia eleitoral desde 2017.

O **México** é um caso raro de autocratização impulsionada pela esquerda durante a “terceira vaga”. A viragem autocrática seguiu-se à eleição, em 2018, de Andrés Manuel López Obrador e do Movimento Regeneração Nacional (MORENA). O MORENA controla agora o poder executivo e detém uma maioria no legislativo. O partido liderou também a reforma para introduzir eleições gerais para o poder judicial, politizando os tribunais.¹³ O MORENA venceu uma segunda eleição e Claudia Sheinbaum tomou posse em 2024. O México é classificado como uma autocracia eleitoral desde 2024.

A **Sérvia** era considerada uma democracia liberal quando o seu episódio de autocratização começou. A democracia no país colapsou e deu lugar a uma autocracia eleitoral já em 2014. O Presidente (e antigo Primeiro-ministro) Aleksandar Vučić e o seu Partido Progressista Sérvio (SNS) têm enfraquecido cada vez mais a qualidade das eleições no país, já não sendo estas consideradas livres e justas.¹⁴ Em 2024, irromperam protestos na Sérvia após o desabamento mortal do telhado de uma estação ferroviária recém-renovada em Novi Sad, e as manifestações antigovernamentais continuaram ao longo de 2025.¹⁵

Por fim, um dos casos entre os 10 principais revela um agravamento substancial numa autocracia fechada:

A autocratização no **Koweit** começou em 2024 quando o Emir anunciou a dissolução e suspensão indeterminada da Assembleia Nacional. Esta decisão concentrou o poder no Emir e no seu gabinete, removendo as restrições ao poder executivo. Adicionalmente, alguns artigos constitucionais foram suspensos com a promessa de uma revisão constitucional.¹⁶

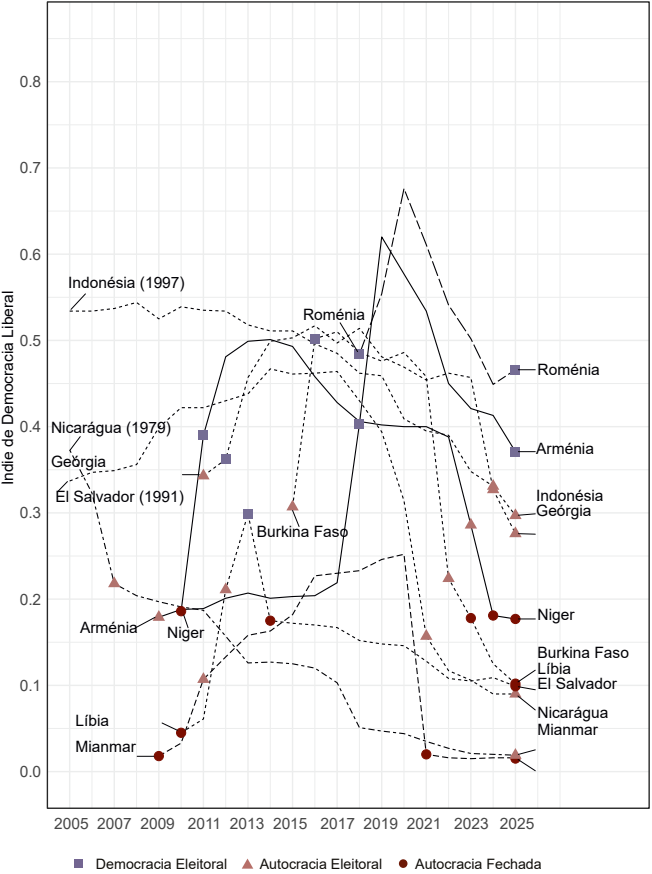
Autocratização após fase Democratizadora

Os processos de autocratização após fase democratizadora podem ser considerados episódios de “democratização falhada” ou reautocratização logo após um período de progresso democrático substancial. Dos 20 processos de autocratização após fase democratizadora, 14 foram democracias em algum momento do seu episódio. Em 2025, apenas quatro permanecem democracias. A taxa de colapso democrático é de 70%.

A Figura 16 detalha as trajetórias dos 10 principais episódios de autocratização após fase democratizadora, enquanto a Tabela 5 mostra a classificação dos países em termos de magnitude do declínio no IDL durante a reautocratização.

Entre os 10 principais países em processo de autocratização após fase democratizadora, nove eram democracias após o período de democra-

FIGURA 16. PRINCIPAIS AUTOCRATIZADORES APÓS FASE DEMOCRATIZADORA, 2025



A Figura 16 apresenta os valores do IDL para os 10 principais países em processo de autocratização após fase democratizadora. Para El Salvador, Indonésia e Nicarágua, os primeiros anos não estão visíveis. Para detalhes técnicos, ver nota abaixo da Figura 14.

TABELA 5. MAGNITUDE DO DECLÍNIO, FIGURA 16

Classificação	País	Início da Reversão	Mudança no IDL
1	Burkina Faso	2009	-0.408
2	El Salvador	2009	-0.375
3	Nicarágua	2008	-0.353
4	Níger	2023	-0.325
5	Indonésia	2019	-0.249
6	Arménia	2020	-0.249
7	Geórgia	2019	-0.241
8	Mianmar	2022	-0.237
9	Roménia	2023	-0.212
10	Líbia	2023	-0.202

tização inicial; o Mianmar é o único país que permaneceu autocrático durante todo o episódio.

Começamos por abordar os dois casos que permanecem democracias.

O período inicial de democratização da **Arménia**, no início da década de 2010, culminou com a Revolução de Veludo de 2018¹⁷ e a transição para uma democracia eleitoral. A reautocratização coincide com a Segunda Guerra do Nagorno-Karabakh, em 2020. O governo de Nikol Pashinyan recorreu a um estilo de governação personalista, restringindo a liberdade de expressão, o espaço cívico e as liberdades civis.¹⁸ A crescente disseminação de discurso de ódio, desinformação e polarização alimentou o

10 www.gmfus.org/news/hungarys-sudden-protests-punch-hole-orbans-legitimization-narrative
11 www.politico.eu/article/hungary-viktor-orban-fidesz-peter-magyar-tisza-5-key-questions-election-2026/
12 www.journalofdemocracy.org/articles/why-indias-democracy-is-dying/
13 www.wilsoncenter.org/article/mexicos-2024-judicial-reform-politicization-justice/
14 www.journalofdemocracy.org/online-exclusive/why-aspiring-autocrats-are-watching-serbia/
15 www.journalofdemocracy.org/online-exclusive/how-serbian-students-created-the-largest-protest-movement-in-decades/
16 carnegiendowment.org/russia-eurasia/research/2025/03/kuwais-parliament-suspension-emir-democracy/
17 Lansky, M., e E. Suthers. 2019. “Armenia’s Velvet Revolution”. *Journal of Democracy* 30(2).
18 www.civilnet.am/en/news/994719/2025-a-year-of-democratic-backsliding-in-armenia/

Caixa 6. Autocratização após fase democratizadora e Democratização após fase autocratizadora

As autocratizações após fase democratizadora são episódios de transformação de regime em que a democratização é seguida de autocratização. Inversamente, democratizações após fase autocratizadora são episódios de transformação de regime em que a autocratização é seguida de democratização.

Utilizamos a ERT para identificar episódios de democratização e de autocratização (ver Caixa 4). Adotamos uma regra de não mais de cinco anos entre os episódios para fazer uma autocratização após fase democratizadora ou uma democratização após fase autocratizadora. Isto advém do artigo acadêmico recentemente publicado “When Autocratization is Reversed: Episodes of U-turns since 1900.”

Simplificando, autocratizações após fase democratizadora são episódios onde a democratização se transforma em autocratização dentro de um período máximo de cinco anos após o fim dos progressos democráticos. Democratizações após fase autocratizadora são episódios onde a autocratização é interrompida e revertida num período equivalente.

Artigo em destaque: Nord, Marina, Fabio Angiolillo, Martin Lundstedt, Felix Wiebrecht, e Staffan I. Lindberg. 2025. “When Autocratization is Reversed: Episodes of U-Turns since 1900”. *Democratization* 32(5).

declínio democrático, juntamente com a vitória do Azerbaijão na guerra até 2023.¹⁹

A **Roménia** democratizou-se a partir de 2019, mas a reautocratização começou já em 2021. A intimidação da oposição, a repressão da sociedade civil, os ataques aos meios de comunicação social e as intervenções de serviços secretos estrangeiros tornaram-se comuns.²⁰ Em 2024, o Tribunal Constitucional da Roménia anulou pela primeira vez os resultados das eleições presidenciais, na sequência de acusações de interferência russa. A Roménia voltou às urnas em 2025²¹ registando uma ligeira melhoria no IDL.

Oito dos dez principais países em processo de autocratização após fase democratizadora são agora autocracias. Quatro deles são classificados como autocracias eleitorais:

O período de democratização da **Geórgia**, com progressos a nível da independência judicial, da liberdade de expressão e das liberdades civis, durou até 2016. A reversão destes progressos foi gradual até ao processo eleitoral de 2024, marcado por acusações, irregularidades e silenciamento dos meios de comunicação social e da oposição.²² Vários observadores classificaram as eleições de 2024 como “manipuladas”²³ e sujeitas à influência russa.²⁴ O resultado dessas eleições continua a ser contestado.²⁵ A profunda crise política revela a divisão entre o partido no poder, Sonho Georgiano, liderado pelo Primeiro-ministro Irakli Kobakhidze,²⁶ e a oposição apoiada pela Presidente Salome Zourabichvili. Os indicadores de democracia caíram acentuadamente entre 2023 e 2025, transformando a Geórgia numa autocracia eleitoral.

O processo de democratização na **Indonésia** começou em 1998 com a queda do presidente autoritário Suharto e prolongou-se até ao final da década de 2000. O processo de reautocratização começou no início da década de 2010 e intensificou-se durante a presidência de Joko Widodo. A sua coligação incluía poderosos grupos de interesses especiais provenien-

tes do setor empresarial, do islamismo conservador, da Polícia Nacional e das Forças Armadas da Indonésia (TNI).²⁷ Sob o seu governo, as liberdades civis regrediram, os controlos legislativos e judiciais ao executivo foram enfraquecidos, as eleições livres e justas diminuíram e o papel das forças militares em assuntos civis aumentaram.²⁸ Prabowo Subianto Djojohadikusumo, um oficial militar reformado e ministro da Defesa entre 2019 e 2024, venceu as eleições presidenciais disputadas em 2024 e está a seguir os passos de Widodo.²⁹ Após mais de duas décadas como democracia eleitoral, a Indonésia é classificada como uma autocracia eleitoral desde 2024.

Os vizinhos El Salvador e Nicarágua são autocracias eleitorais governadas por líderes autoritários e personalistas. Sob a presidência de Nayib Bukele, El Salvador tem sido marcado por prisões arbitrárias e encarceramentos em massa, restrições à liberdade de expressão, a substituição de juízes do Supremo Tribunal e a manipulação dos limites de mandato.³⁰ O rápido e drástico declínio de **El Salvador** no IDL entre 2019 e 2021 apenas se compara a países onde decorreram golpes militares (como o Burkina Faso, abordado abaixo). Apesar das proibições constitucionais à reeleição imediata, Bukele conseguiu um segundo termo em 2024, após o Congresso, controlado pelo seu partido, substituir juízes do Supremo Tribunal. Em 2025, o Congresso aboliu os limites de mandatos presidenciais, consolidando o poder de Bukele.³¹ El Salvador é classificado como uma autocracia eleitoral, mas entre as mais opressivas nesta categoria.

Na **Nicarágua**, o Presidente Daniel Ortega (desde 2007) e a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) enfraqueceram a qualidade das eleições, aboliram os limites dos mandatos presidenciais e eliminaram ou silenciaram a oposição, os meios de comunicação social e as organizações da sociedade civil.³² Em 2025, uma nova Constituição consolidou o seu regime.³³ Em 2025, a Nicarágua encontrava-se entre os Estados menos democráticos do mundo, apesar de realizar, tecnicamente, eleições multipartidárias e, assim, permanecer como autocracia eleitoral

Por fim, quatro processos de autocratização após fase democratizadora levaram ao restabelecimento de autocracias fechadas:

O **Burkina Faso** e o **Níger** passaram por golpes militares em 2022 e 2023, respetivamente. O regime militar tem vindo a consolidar-se em ambos os países, com as duas juntas a reforçarem o seu poder, reprimindo a oposição e adiando eleições (e, consequentemente, a transição para o governo civil).³⁴

O breve período de liberalização na **Líbia** começou com a queda do regime do Coronel Gaddafi durante a Primavera Árabe.³⁵ Após apenas um ano como democracia eleitoral, no seguimento das eleições de 2012, a Líbia voltou a ser uma autocracia fechada em 2014, com o início de uma guerra civil. Após anos de conflitos, crises e governos divididos, a Líbia permanece politicamente instável e autocrática.³⁶

O **Mianmar** passou por um período de liberalização sob a liderança de Aung San Suu Kyi durante a década de 2010. O golpe militar de 2021 reverteu todas as reformas alcançadas e a classificação do país no IDL desabou. Em dezembro de 2025, o Mianmar realizou as primeiras eleições após quase cinco anos de governo militar. O processo eleitoral não foi concluído até ao fim de 2025, no entanto observadores declararam que o processo eleitoral não foi livre e justo.³⁷ O Mianmar permanece classificado como uma autocracia fechada. →

19 freedomhouse.org/country/armenia/freedom-world/2025

20 liberalforum.eu/wp-content/uploads/2024/03/Research-paper-5-The-State-of-Democracy-in-Romania-A-Future-Problem-on-the-EU-Agenda.pdf

21 carnegiendowment.org/europe/strategic-europe/2025/02/russian-interference-coming-soon-to-an-election-near-you

22 odhr.osce.org/odhr/elections/584050

23 politicsgeo.com/how-georgias-2024-elections-were-systematically-rigged-a-look-at-the-numbers/

24 carnegiendowment.org/europe/strategic-europe/2025/02/russian-interference-coming-soon-to-an-election-near-you

25 www.theguardian.com/world/2024/oct/31/georgia-election-final-recount-ruling-party-victory-electoral-commission

26 transparency.ge/en/post/oligarch-bidzina-ivanishvili-real-ruler-georgia-and-architect-georgias-pro-russian-shift

27 indonesiaatmelbourne.unimelb.edu.au/jokowis-10-year-presidency-a-tragedy-for-indonesias-democracy/

28 www.journalofdemocracy.org/articles/indonesia-jokowi-sidelines-democracy/

29 www.abc.net.au/news/2024-02-14/indonesia-election-key-takeaways/103456122

30 www.hrw.org/news/2025/09/02/el-salvadors-democracy-is-dying

31 www.bbc.com/news/articles/czd04q87zryo

32 Stuenkel, O., and A. E. Feldman. 2017. “The Unchecked Demise of Nicaraguan Democracy”. Carnegie Endowment for International Peace.

33 constitutionnet.org/news/voices/nicaragua-new-absolutist-constitution-tailor-made

34 www.dw.com/en/burkina-fasos-junta-extends-military-rule-for-another-five-years/a-69183574; www.dw.com/en/what-has-changed-in-niger-two-years-after-the-coup/a-73415504

35 carnegiendowment.org/posts/2016/02/why-libyas-transition-to-democracy-failed

36 www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/civil-war-libya

37 [www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI\(2025\)782583](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2025)782583)

PERSPETIVAS SOMBRIAS PARA A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

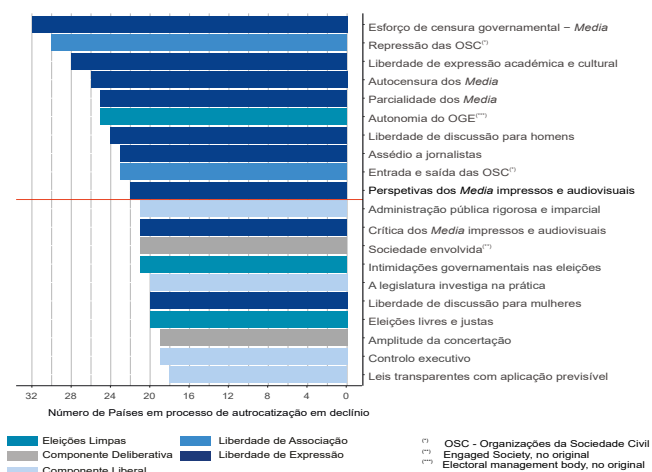
A liberdade de expressão - particularmente dos meios de comunicação social - é quase universalmente alvo de ataques diretos e violentos durante o processo de autocratização: cerca de 75% dos países em processo de autocratização silenciam cada vez mais os meios de comunicação social independentes.

A repressão da sociedade civil está a aumentar. Atualmente, esta é a segunda tática mais comum utilizadas por autocratas - ocorrendo em quase 70% de todos os casos.

O enfraquecimento da integridade eleitoral e dos pesos e contrapesos também são comuns, com cerca de 50% de todos os governos autocráticos a recorrerem cada vez mais a estas práticas.

A Figura 17 apresenta os 20 principais indicadores em declínio no maior número de países em processo de autocratização. As cores indicam a que aspeto da democracia (índice de componente) pertence cada indicador. A figura mostra que os atuais episódios de autocratização apresentam semelhanças marcantes entre países, sobretudo no que diz respeito aos direitos e liberdades democráticas que estão a ser visados e desmantelados.

FIGURA 17. 20 PRINCIPAIS INDICADORES EM DECLÍNIO EM PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO, 2025



A Figura 17 mostra os 20 indicadores que registam um declínio significativo e substancial no maior número de países em processo de autocratização desde o início do episódio. A linha vermelha assinala os 10 principais indicadores. Considera-se que um indicador está a diminuir de forma substancial e significativa quando o seu valor em 2025 é pelo menos 0,5 pontos inferior ao seu valor no início do episódio de autocratização, numa escala de 0 a 4 (para a maioria dos indicadores) ou de 0 a 5, e quando os intervalos de confiança não se sobrepõem.

A liberdade de expressão é o aspeto da democracia mais frequentemente atacado, com todos os seus indicadores entre os 20 principais indicadores em declínio (ver também a Figura 9, Secção 1). Os esforços do governo para censurar os meios de comunicação social encontra-se no topo da lista, estando em declínio em 32 de 44 países em processo de autocratização (ou 73%). A censura aos meios de comunicação social é, então, a “arma preferida” para todas as formas de autocratização, desde o aumento dos poderes do executivo até aos golpes militares. A Nicarágua ocupa o primeiro lugar em termos da magnitude das deteriorações neste e em muitos outros indicadores da liberdade de expressão, sendo que estas liberdades são agora praticamente inexistentes no país.³⁸

Entre os outros indicadores da **liberdade de expressão**, a liberdade de expressão académica e cultural está a degradar-se em 28 países em processo de autocratização (64%), incluindo em autocratizadores mais recentes

como a Argentina, a Eslováquia, o Reino Unido e os EUA. A **autocensura dos meios de comunicação social** está a piorar em 26 países, entre eles o Camboja, a Itália, o Paquistão, a Roménia e o Reino Unido. A **parcialidade dos meios de comunicação social** a favor dos governos no poder está a aumentar em 25 países em processo de autocratização, incluindo na Itália, na Eslováquia e nos EUA. A **liberdade de discussão** está a enfraquecer significativamente tanto para os homens (24 países) como para as mulheres (20 países), e o **assédio a jornalistas** está a aumentar em 23 casos. Os países que registam recuos em ambos os indicadores incluem o Burkina Faso, a Geórgia, as Filipinas e o Togo. Por fim, a oferta de um amplo leque de **perspetivas nos meios de comunicação social impressos e audiovisuais** está a desaparecer em 22 países, e a capacidade destes meios de **analisar criticamente** as decisões e ações dos governos está a regredir em 21; exemplos incluem a Hungria, a Índia e os EUA.

Em comparação com o *Relatório da Democracia 2025*, os ataques às organizações da sociedade civil tornaram-se mais frequentes entre os países em processo de autocratização, passando de 22 em 45 países (49%) em 2024 para 30 em 44 (68%) em 2025. A **repressão das OSC** (Organizações da Sociedade Civil) ocupa agora o segundo lugar na lista dos 20 principais indicadores, agravando-se substancialmente em dois terços de todos os países em processo de autocratização, por exemplo na Bielorrússia, em El Salvador, na Geórgia, na Guiné e no México. Outro aspeto da liberdade de associação em declínio é o grau em que os governos exercem controlo direto sobre a **entrada e saída das OSC (Organizações da Sociedade Civil)**, o qual está a aumentar em 23 países em autocratização, incluindo no Quirguistão, na Líbia, em Madagáscar e em Moçambique.

Três aspetos da integridade eleitoral estão em declínio. Os ataques à **autonomia dos Órgãos de Gestão Eleitoral (OGE)** tornaram-se mais frequentes em 25 países, incluindo na Geórgia, na Guiné-Bissau, na Hungria, na Indonésia e na Roménia.

A **intimidação eleitoral por parte do governo** está a aumentar em 21 países, por exemplo em Hong Kong, na Costa do Marfim, no Togo e na Sérvia. Por fim, as eleições livres e justas estão em declínio em 20 países, como no Camboja, em Madagáscar e na Nicarágua.

Existem também indícios da remoção generalizada dos mecanismos de pesos e contrapesos, levando ao engrandecimento do poder executivo. Os indicadores da componente liberal aparecem na segunda metade da lista dos 20 principais. A **administração pública rigorosa e imparcial** está a deteriorar-se em 21 países, incluindo na Arménia, na Indonésia, na Mauritânia e na Eslováquia. O grau em que o **poder legislativo investiga, na prática**, se os governos se envolvem em ações ilícitas está a enfraquecer em 20 países, entre os quais na Geórgia, na Grécia, no Haiti, na Índia e no Mali. O **controle do poder executivo** pelo legislativo está a desaparecer em 19 países, incluindo na Bielorrússia, na República Centro Africana, no Quirguistão e no Níger. Em 18 países verifica-se um declínio na **transparência das leis com aplicação previsível**, incluindo na Argentina, na Croácia, na Mauritânia e na Nicarágua.

Em particular destaque, os EUA encontram-se em declínio em todos os quatro indicadores da componente liberal, o que representa uma rápida erosão dos pesos e contrapesos ao poder executivo. Os EUA também lideram a lista dos países que registaram a maior deterioração no indicador de **controle ao executivo** em 2025.

Por fim, dois aspetos da componente deliberativa surgem na lista dos 20 principais indicadores. O indicador referente ao **envolvimento da sociedade** em políticas públicas está a regredir em 21 países, incluindo na Arménia, na Índia, na Sérvia e nos EUA, enquanto o indicador da **amplitude da concertação (consultation, no original)** ao nível das elites antes da tomada de decisões importantes encontra-se em declínio em 19 países, por exemplo na Costa do Marfim, em El Salvador, no Peru, na Eslováquia e, novamente, nos EUA. ■

4 | Países em Democratização

- O mundo enfrenta 15 anos de estagnação no processo de democratização. Apenas 18 países se encontram em processo de democratização, depois de 4 episódios democráticos terminarem e apenas 3 novos serem identificados em 2025. Todos os novos casos são processos de democratização após fase autocratizadora.
- A taxa de sucesso das autocracias que iniciam o processo de democratização é elevada – 70%.
- Entre os 10 processos de democratização após fase autocratizadora em curso, 5 evitaram o colapso da democracia e 3 restauraram rapidamente a democracia após o colapso.
- No entanto, a Zâmbia ilustra bem como o processo de democratização após fase autocratizadora pode ser frágil. O país está a regredir novamente para uma autocracia eleitoral de “zona cinzenta”, embora tecnicamente ainda se qualifique como uma democracia após fase autocratizadora.
- A liberdade dos meios de comunicação e a deliberação estão a melhorar em mais de 60% de todos os países em democratização, enquanto a qualidade das eleições melhora em cerca de 50%.

O mundo enfrenta 15 anos de estagnação no processo de democratização, com o número de países em processo de democratização a oscilar entre 15 e 20 desde o início da década de 2010 (ver Figura 11 na Secção 2). Apenas 18 dos países do mundo (10%) estão atualmente a passar por um processo de democratização.

A taxa de sucesso das autocracias que iniciam o processo de democratização é elevada – 70%. Dos 18 países em processo de democratização, dez eram autocracias quando o episódio começou.¹ Entre estes, sete eram democracias em 2025, sendo as **Seicheles** a única democracia liberal no grupo.

Os restantes oito já eram democracias. Entre estes, a **República Dominicana** e as **Ilhas Salomão** estão em processo de consolidação democrática, enquanto os outros seis países estão a recuperar após o processo de autocratização (processo de democratização após fase autocratizadora).

Os 18 episódios de democratização apresentados na Figura 18 dividem-se entre oito processos de “democratização autónoma” - onde a democratização decorre após um período de relativa estabilidade, e dez em processo de “democratização após fase autocratizadora”² - onde um período de melhoria se segue e está ligado a um período recente de autocratização (ver também a Caixa 6). Dentro de cada grupo, os países estão ordenados de acordo com os seus níveis no IDL no início da democratização. As classificações no IDL para 2025 estão representadas a azul, indicando a magnitude total do progresso.

3 NOVOS PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO

Os três novos democratizadores identificados com base nos novos dados para 2025 são casos de democratização após fase autocratizadora: **Botsuana**, **Guatemala** e **Maurícias** (Tabela 6).

TABELA 6. PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO QUE CONSTAM DA LISTA EM 2025

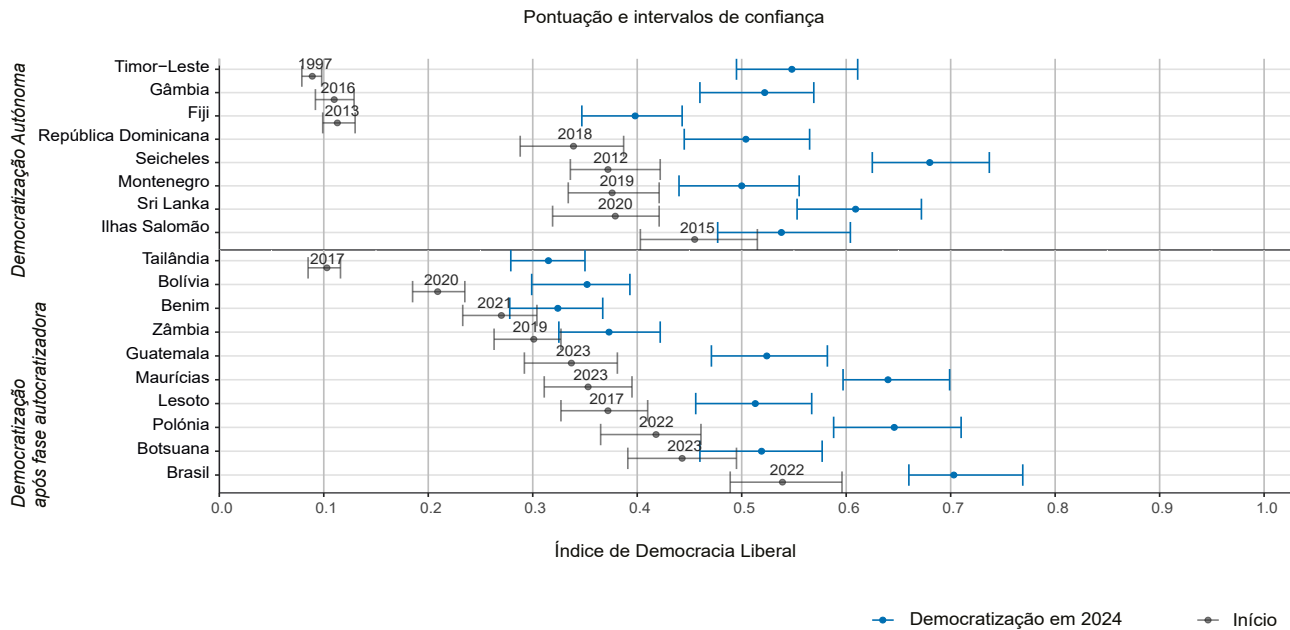
Democratização autónoma	Início do Episódio	Democratização após fase autocratizadora	Início do Episódio
Nenhum		1 Botsuana	2023
		2 Guatemala	2023
		3 Maurícias	2023

Nomeadamente, todos os três casos foram destacados no Relatório da Democracia 2025: a **Guatemala** como país em processo de democratização na lista de observação, enquanto o **Botsuana** e as **Maurícias** foram considerados “eleições de destaque” durante o ano de eleições de 2024. Abordamos os três casos em pormenor de seguida.

4 EPISÓDIOS DE DEMOCRATIZAÇÃO TERMINARAM

Um país em processo de democratização autónoma e três países em processo de democratização após fase autocratizadora desapareceram da lista, quando comparado com o *Relatório da Democracia 2025* (Tabela 7). De acordo com o método cauteloso do ERT (ver Caixa 4), apenas agora, em retrospectiva, é possível identificar o fim desses episódios. →

FIGURA 18. TODOS OS 18 CASOS DE DEMOCRATIZAÇÃO EM CURSO, 2025



A Figura 18 mostra os resultados do IDL e os intervalos de confiança no início da democratização (a preto). Tecnicamente, estes correspondem aos anos de “pré-episódio” segundo a metodologia ERT, o que significa que o ano seguinte foi o primeiro a registar uma melhoria. Nos casos de democratização após fase autocratizadora, apenas é apresentada a parte correspondente à democratização do episódio. Os valores de 2025 (a azul) revelam a magnitude total da melhoria. A metodologia ERT utiliza o Índice de Democracia Eleitoral (IDE) para identificar os episódios. No entanto, para manter a coerência com o restante das análises do Relatório da Democracia, apresentamos os valores correspondentes dos países no IDL. Um país pode registar uma maior variação no IDE do que no IDL, o que explica os casos em que os intervalos de confiança se sobrepõem (não se sobrepõem no IDE).

1 A Figura 18 não inclui informação sobre o tipo de regime de cada país no início do episódio e em 2025, mas essa informação está registada na Tabela A1 dos Anexos.
2 Nord, M., et al. 2025. “When Autocratization is Reversed: Episodes of U-Turns since 1900”. *Democratization* 32(5).

TABELA 7. PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO QUE DESAPARECERAM DA LISTA EM 2025

	Democratização autónoma	Fim do Episódio		Democratização após fase autocratizadora	Fim do Episódio
1	Honduras	2022	1	Equador	2022
			2	Maldivas	2023
			3	Tunísia	2023

O ano final do episódio é o último ano em que um país ainda registava melhorias.

Em dois dos quatro casos, isto não traz boas notícias para a democracia. No Equador e na Tunísia, os processos de democratização estagnaram, mas parecem ter sofrido um retrocesso nos últimos anos.

No **Equador**, o processo de democratização dos últimos anos está agora a ser revertido, transformando gradualmente um processo de democratização após fase autocratizadora num potencial caso de autocratização após fase democratizadora. O Equador enfrenta um período de aumento da violência associada ao crime organizado, ao qual o governo tem vindo a responder com mão de ferro, na sequência da eleição de Daniel Noboa em 2023 e da sua reeleição em 2025.³ As deteriorações registadas nos últimos anos colocam o Equador na lista dos potenciais países em processo de autocratização (ver Anexos, página 41).

A **Tunísia** esteve “tecnicamente” em processo de democratização após fase autocratizadora, registando algumas melhorias no IDE com o retorno das eleições após o autogolpe do Presidente Saïed em 2021.⁴ Foram realizadas eleições parlamentares e presidenciais entre 2022 e 2024, no entanto ambas foram concebidas para legitimar o regime de Saïed e foram boicotadas pela maioria dos partidos. Os declínios no IDE em 2024-2025 puseram fim ao processo “técnico” de democratização após fase autocratizadora.

Os outros dois casos são potencialmente “boas notícias.”

As eleições de 2021 nas **Honduras** foram, em larga medida, livres e justas, com uma afluência recorde às urnas, melhorando o histórico anterior do país após uma série de reformas eleitorais,⁵ e assinalando a transição democrática. Posteriormente, seguiram-se desenvolvimentos substanciais em matéria de liberdades civis e liberdade de expressão.⁶ Todavia, em 2025 registou-se um declínio no IDE, num ano marcado por eleições nacionais que enfrentaram diversos desafios, apesar de terem sido consideradas livres e justas⁷. Porém, as Honduras permanecem acima do seu nível anterior à democratização e mantém o estatuto de democracia eleitoral de “zona cinzenta”.

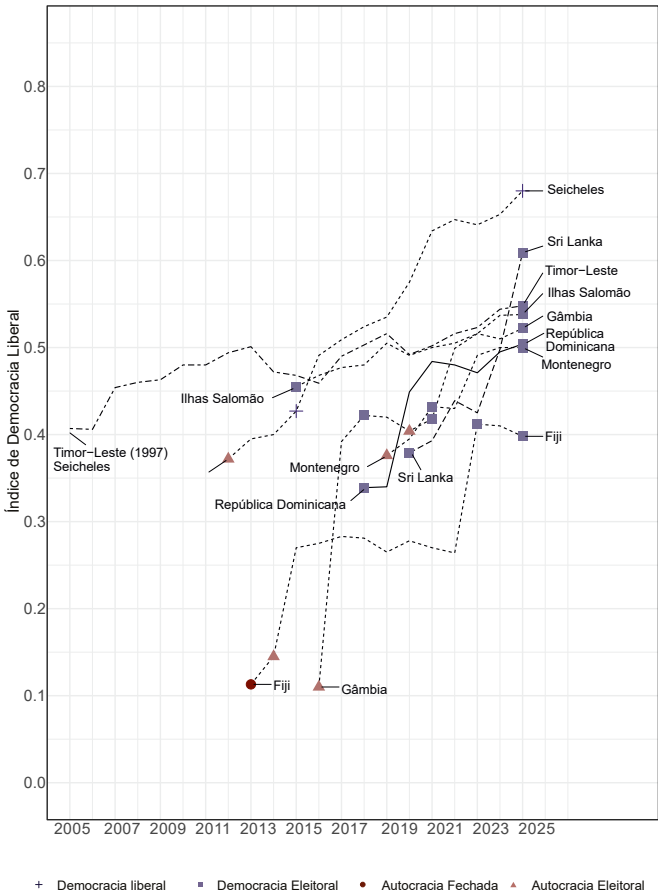
O episódio de democratização após fase autocratizadora nas **Maldivas** terminou com um declínio no IDE no seguimento da eleição, em 2023, do candidato pró-China, Mohamed Muizzu. O seu governo tem sido acusado de enfraquecer a liberdade de expressão, de reprimir a dissidência, de destituir juízes numa tentativa de consolidar o poder, e de contornar o parlamento.⁸ No entanto, as Maldivas ainda se encontra substancialmente acima do seu nível anterior à democratização e permanece classificado como uma democracia eleitoral de “zona cinzenta”.

Democratização Autónoma

Existem apenas oito episódios em curso de democratização autónoma (Figura 19). Atualmente, todos eles são democracias. Três episódios tiveram início em países já democráticos – são episódios de aprofundamento democrático: **República Dominicana, Sri Lanka e Ilhas Salomão**. Os restantes cinco casos eram autocracias e todos eles fizeram a transição para a democracia até 2025.

Particularmente, os processos de democratização autónoma decorrem em países muito pequenos, com uma população combinada de apenas 40 milhões, ou somente 0,005% da população mundial.

FIGURA 19. 8 DEMOCRATIZADORES AUTÓNOMOS, 2025



A Figura 19 apresenta os valores para os países em processo de democratização autónoma. Para Timor-Leste, os primeiros anos não estão apresentados. Para detalhes técnicos, ver nota na Figura 17.

TABELA 8. DIMENSÃO DAS MELHORIAS, FIGURA 19

Classificação	Países	Início do Episódio	Mudança no IDL
1	Gâmbia	2016	0.412
2	Seicheles	2012	0.307
3	Fiji	2013	0.284
4	Sri Lanka	2020	0.234
5	República Dominicana	2018	0.166
6	Timor-Leste	1997	0.141
7	Montenegro	2019	0.124
8	Ilhas Salomão	2015	0.083

A Figura 19 destaca as trajetórias dos oito países em processo de democratização autónoma, enquanto a Tabela 8 classifica-os de acordo com a magnitude total das melhorias registadas no IDL.

Começamos por analisar os três casos de aprofundamento democrático, por ordem alfabética:

Na **República Dominicana**, o aprofundamento democrático seguiu-se à eleição do Presidente Luis Abinader em 2020. O Presidente liderou uma série de reformas constitucionais, incluindo algumas que visam salvaguardar a independência do poder judicial e garantir a alternância no poder.⁹ Após a sua reeleição em 2024, Abinader encontra-se agora no seu último mandato.¹⁰ Em 2025, foram promulgadas reformas institucionais, incluindo o maior transparência eleitoral e o reforço de medidas anticorrupção.¹¹

3 www.journalofdemocracy.org/articles/crime-crackdowns-and-democracy-in-ecuador/
4 carnegieendowment.org/essays/2024/09/tunisia-presidential-election-saied-candidates-jailed?lang=en
5 www.un.org/peacebuilding/es/content/success-story-honduras
6 srfreedom.org/statement-by-irene-khan-on-her-visit-to-honduras-16-27-october-2023/
7 www.idea.int/news/elections-honduras-2025-democratic-resilience-face-persistent-challenges
8 [maldivesvoice.com/2025/06/16/muizzus-power-grab-and-threat-to-democracy/](https://www.maldivesvoice.com/2025/06/16/muizzus-power-grab-and-threat-to-democracy/)
9 www.idea.int/democracytracker/country/dominican-republic
10 cnn.espanol.cnn.com/2024/10/19/asamblea-nacional-republica-dominicana-reformas-constitucion-orix/
11 fc-abogados.com/en/The-main-legal-developments-in-the-Dominican-Republic-during-2025/



“Um vendedor organiza jornais numa banca em Cotonou, a 8 de dezembro de 2025. O presidente do Benim afirmou que a “situação está totalmente sob controlo” no seu país, depois de o governo ter impedido uma tentativa de golpe de Estado. (OLYMPIA DE MAISMONT, Getty Images)

O aprofundamento democrático no **Sri Lanka** seguiu-se à crise económica de 2019, aos protestos públicos, às demissões em massa em todo o governo e à demissão do Presidente Gotabaya Rajapaksa, que abandonou o país em 2022. Assim, terminaram os 20 anos de poder de uma única família.¹² A população do Sri Lanka elegeu Anura Kumara Disanayake (AKD) para presidente em setembro de 2024, o primeiro presidente de partidos não tradicionais. Após a sua eleição, AKD convocou eleições legislativas antecipadas, nas quais o partido que fundou - o partido Poder Popular Nacional (NPP) - obteve a maioria qualificada.¹³ Em 2025, estão em curso reformas políticas, incluindo a abolição da presidência executiva, reformas anticorrupção e do Estado de direito, assim como o reforço da sociedade civil.¹⁴ Com as melhorias substanciais dos últimos dois anos, o Sri Lanka atingiu o nível mais elevado de democracia da sua história.

O processo de aprofundamento democrático ao longo da última década, nas **Ilhas Salomão**, foi gradual e caracterizado por eleições regulares e transferências de poder de forma pacífica e constitucional, incluindo nas eleições de 2024. Contudo, permanecem problemas em matéria de Estado de direito, liberdade dos meios de comunicação social e corrupção.¹⁵ As melhorias registadas no IDE em 2025 são marginais, porém suficientes para sustentar a tendência de aprofundamento democrático em curso.

Os cinco casos de transição democrática bem-sucedida são:

O processo de democratização nas **Fiji** teve início em 2013 com a adoção de uma nova Constituição e a realização de novas eleições em 2014. Após

vários anos de instabilidade, as eleições de 2022 marcaram a primeira transferência constitucional de poder no século XXI,¹⁶ tendo-se seguido um avanço pleno rumo à democracia em 2023. Em 2025, o Supremo Tribunal afirmou a legitimidade da Constituição de 2013, ao mesmo tempo que reduziu significativamente os limites para a apresentação de revisões constitucionais.¹⁷ A classificação democrática das Fiji permaneceu estável entre 2023 e 2025, o que reflete a consolidação de progressos anteriores.

A **Gâmbia** era uma das poucas democracias duradouras em África quando sucumbiu a um golpe de Estado em 1994. O seu recente processo de redemocratização teve início com a transferência pacífica de poder nas eleições presidenciais de 2016. O Presidente Barrow foi depois reeleito em 2021, enquanto a transparência, a liberdade de expressão e a liberdade de associação continuaram a aumentar.¹⁸ Entre 2023 e 2024, algumas preocupações foram levantadas referentes ao assédio a jornalistas e opositores políticos na Gâmbia.¹⁹ Ainda assim, uma nova (ainda que marginal) melhoria no IDE em 2025 está a sustentar o processo de democratização.

Montenegro começou o processo de democratização com as eleições de 2020, pondo fim a quase três décadas de poder do Partido Democrático dos Socialistas de Montenegro (DPS). A transição pacífica do poder para a oposição estabeleceu uma democracia eleitoral, no entanto a corrupção e a polarização permanecem como desafios.²⁰ Os progressos registados culminaram nas eleições de 2023, após as quais os índices de democracia se mantêm estáveis, sugerindo que o país poderá estar a ter dificuldades em registar novos avanços. →

¹² www.bbc.com/news/world-asia-62160227

¹³ www.journalofdemocracy.org/articles/sri-lanka-peaceful-revolution/

¹⁴ carnegiendowment.org/research/2025/11/sri-lanka-democracy-protest-one-year-later

¹⁵ www.lowyinstitute.org/the-interpreter/solomon-islands-democracy-ballot

¹⁶ www.idea.int/publications/catalogue/case-study-fiji-gsod-2023-report

¹⁷ www.idea.int/blog/explainer-supreme-court-fijis-advisory-opinion-amendment-provisions-2013-constitution-fiji

¹⁸ rsf.org/en/country/gambia;www.dw.com/en/free-speech-is-gambia-sliding-back-into-dictatorship/a-67053483

¹⁹ www.article19.org/resources/the-gambia-crackdown-on-free-speech-must-stop/

²⁰ freedomhouse.org/country/montenegro/nations-transit/2021

As **Seicheles** são o melhor exemplo de democratização dos últimos 25 anos. Em 2012, eram uma autocracia eleitoral bastante fraca, mas transformaram-se gradualmente numa democracia liberal, sendo atualmente a única na África Subsariana. A primeira transferência pacífica de poder para o líder da oposição, Wavel Ramkalawan, em 2020, consolidou esse estatuto. As eleições gerais de 2025 concluíram-se com mais uma transferência pacífica de poder para a oposição e com novas melhorias nos indicadores de democracia.

Timor-Leste tem estado a atravessar um processo de democratização desde o referendo de 1999 que pôs fim à ocupação indonésia. O primeiro parlamento e presidente eleitos tomaram posse em 2001 e 2002, respetivamente. Num processo lento, mas que bateu recordes, Timor-Leste tem vindo a melhorar constantemente os seus níveis de democracia desde então.

Democratização após fase autocratizadora

Em 2025, existiam apenas dez países em processo de democratização após fase autocratizadora. Democracias após fase autocratizadora são países que se encontram em processo de redemocratização após um período de autocratização. Estes podem ser classificados como casos que “travaram e reverteram a autocratização”.²¹

Nove países começaram o episódio já como democracias. Em cinco destes países - **Brasil, Botsuana, Guatemala, Lesoto e Polónia** - a autocratização foi travada antes do colapso democrático. Estes são casos particularmente interessantes que demonstram resiliência ao colapso democrático.²²

Em três casos - **Bolívia, Maurícias e Zâmbia** - a autocratização levou ao colapso democrático que foi rapidamente revertido. Estes são casos dignos de nota de “resiliência com capacidade de recuperação”.²³ A **Zâmbia** é um caso ilustrativo do quão frágil é o processo de democratização após fase autocratizadora - o novo governo está atualmente a dismantelar instituições e direitos, levando o país de volta a uma autocracia eleitoral.²⁴

Um país - o **Benim** - ainda não restaurou a democracia após o colapso. O seu progresso é muito modesto e parece, em grande parte, uma democratização após fase autocratizadora “técnica”.

A **Tailândia** é a única democratização após fase autocratizadora que permaneceu autocrática durante todo o seu episódio.

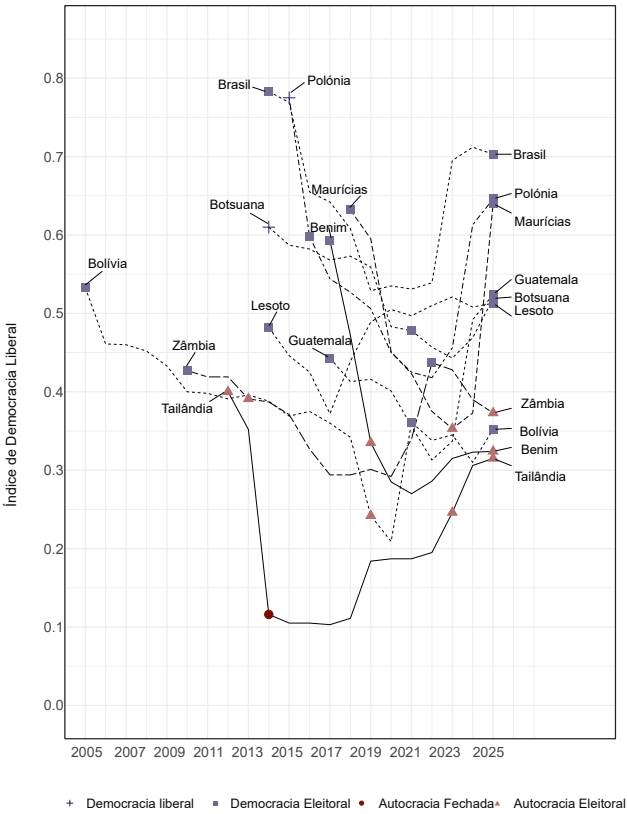
A trajetória dos dez processos de democratização após fase autocratizadora no IDL está representada na Figura 20, enquanto a Tabela 9 classifica-os de acordo com a magnitude total das melhorias durante a redemocratização.

Começamos por analisar os cinco países onde a autocratização foi revertida antes do colapso democrático – casos de *resiliência ao colapso democrático*.

A autocratização do **Brasil** começou com o processo de destituição da Presidente Dilma Rousseff e acelerou após a eleição do populista de direita Jair Bolsonaro em 2018. Seguiram-se ataques aos meios de comunicação social,²⁵ tentativas de enfraquecer as eleições, o poder legislativo e o poder judicial.²⁶ A reversão ocorreu quando Luís Inácio “Lula” da Silva, apoiado por uma coligação de nove partidos, venceu as eleições de 2022. No entanto, a sociedade brasileira permanece profundamente polarizada, e as eleições de 2026 serão decisivas para o futuro. Bolsonaro, no entanto, está impedido de exercer cargos públicos após ter sido condenado por abuso de poder²⁷ e por tentativa de golpe de Estado.²⁸

O **Botsuana** sempre foi o pilar da democracia na África Subsariana, sendo classificado como uma democracia há mais de 50 anos. O declínio regista-

FIGURA 20. TODAS AS 10 DEMOCRATIZAÇÕES APÓS FASE AUTOCRATIZADORA 2025



A Figura 20 apresenta os valores do IDL para os 10 países que se encontram em episódio de democratização após fase autocratizadora. Para detalhes técnicos, ver a nota abaixo da Figura 18.

TABELA 9. DIMENSÃO DAS MELHORIAS, FIGURA 20

Classificação	Países	Início da Reversão	Alteração no IDL
1	Maurícias	2023	0.286
2	Polónia	2022	0.228
3	Tailândia	2017	0.212
4	Guatemala	2023	0.185
5	Brasil	2022	0.164
6	Bolívia	2020	0.141
7	Lesoto	2017	0.140
8	Botsuana	2023	0.076
9	Zâmbia	2019	0.074
10	Benim	2021	0.052

do em 2021 de democracia liberal para eleitoral decorreu após um período de recuos democráticos. A autocratização terminou em 2024 com as eleições gerais, que resultou na derrota histórica do Partido Democrático do Botsuana (BDP) e pôs fim ao seu governo de quase seis décadas. A pacífica transição de poder para a oposição consolidou a reviravolta

A **Guatemala** foi destacada na lista de observação dos países em processo de democratização no Relatório da Democracia 2025 e este ano entrou na lista como um país em processo de democratização após fase autocratizadora. Após anos de autocratização (2018-2022), marcados por

21 Nord, M., et al. 2025. “When Autocratization is Reversed: Episodes of U-Turns since 1900”. *Democratization* 32(5); Bianchi, M., Cheeseman, N., & Cyr, J. (2025). “The Myth of Democratic Resilience”. *Journal of Democracy* 36(3).
22 Boese, V., et al. 2021. “How Democracies Prevail: Democratic Resilience as a Two-Stage Process”. *Democratization* 28(5).
23 Nord, M. e S.I. Lindberg. 2025. *U-Turns – The Hope for Democratic Resilience*. V-Dem Institute Policy Brief 42.
24 Apesar de ter sido classificada como uma autocracia eleitoral de “zona cinzenta” em 2025, a Zâmbia continua a ser considerada um caso de “resiliência com capacidade de recuperação”. De acordo com as regras do ERT, só se considera que houve um colapso democrático se um país realizar eleições autocráticas de fundação (ou seja, as primeiras eleições diretas a nível nacional para o parlamento ou o executivo após se ter tornado uma autocracia segundo o indicador RoW).
25 [rsf.org/en/bolsonaro-family-vents-more-anger-ever-brazil-s-media](https://www.rsf.org/en/bolsonaro-family-vents-more-anger-ever-brazil-s-media)
26 www.nytimes.com/interactive/2022/10/25/world/americas/brazil-bolsonaro-misinformation.html
27 www.npr.org/2023/06/30/1185364211/brazil-bolsonaro-court-banned-election
28 edition.cnn.com/2025/11/25/americas/brazil-bolsonaro-begins-prison-sentence-latam-intl

restrições à liberdade de expressão e à sociedade civil, as eleições de 2023 representam um notável ponto de viragem.²⁹ O candidato da oposição, Bernardo Arévalo, derrotou as elites no poder e assumiu o cargo em 2024, apesar de diversas tentativas de anular a sua eleição.³⁰ A pontuação da Guatemala em 2025 no IDL ilustra uma recuperação total face à autocratização, com uma classificação atual ligeiramente superior à de 2017.

A última ronda de autocratização no **Lesoto** começou com uma tentativa de golpe militar contra o governo e uma série de assassinatos por motivos políticos em 2014 e 2015. O próprio partido do Primeiro-ministro Thabane forçou-o a renunciar. O período entre 2018 e 2019 ficou marcado por uma liberalização significativa, com uma série de reformas e uma viragem em direção à (re)democratização. As eleições gerais de 2022 foram aclamadas como livres e justas,³¹ e o **Lesoto** recuperou então o seu nível inicial de democracia.

A democratização após fase autocratizadora na **Polónia** começou com o processo de autocratização em 2015, sob o regime do partido nacional-conservador Lei e Justiça (PiS).³² As eleições de 2023 resultaram num governo de coligação liderado por Donald Tusk. O novo governo começou a (re)democratização imediatamente, tentando reverter a apropriação do Estado e restaurar a liberdade de expressão. Apesar de terem sido atingidos progressos, algumas das medidas herdadas do governo anterior têm-se revelado difíceis de reverter.³³ Em 2025, a Polónia mantém-se abaixo dos seus níveis democráticos em 2015.

Em três países a democracia foi restaurada após o colapso democrático - casos de resiliência com capacidade de recuperação:

O episódio de autocratização na **Bolívia** começou sob o governo do Presidente Evo Morales (2006-2019) e o seu partido, Movimento para o Socialismo (MAS). Este período foi, por um lado, caracterizado pela “dupla herança” de progressos sociais, redução de desigualdades e maior representação para comunidades indígenas, e, por outro, pela substancial concentração de poder e desrespeito pelas normas constitucionais.³⁴ O colapso democrático ocorreu com a anulação das eleições gerais de 2019. Os militares forçaram Morales a demitir-se e, após um ano de instabilidade institucional, Luis Arce, do MAS, foi eleito em 2020. A Bolívia restaurou o seu estatuto de democracia eleitoral em 2021. As eleições decisivas de 2024 foram precedidas por protestos em todo o país e por um clima de incerteza.³⁵ O candidato da oposição de centro-direita, Rodrigo Paz, venceu as eleições presidenciais de 2025, pondo fim a quase 20 anos de governação do partido de esquerda, MAS.

Nas **Maurícias** está a ocorrer uma inversão bem-vinda e dramática. Embora ainda constasse no *Relatório da Democracia* do ano passado como um país em processo de autocratização, lidera agora a lista de democratizadores após fase autocratizadora em termos de magnitude de melhoria. Durante o período de autocratização, o governo censurou os meios de comunicação social, perseguiu jornalistas,³⁶ e foi apanhado a realizar escutas telefónicas, enfraquecendo assim a democracia.³⁷ Uma das democracias mais antigas e duradouras de África, as Maurícias desceram a uma autocracia eleitoral de “zona cinzenta” em 2023. No entanto, as eleições gerais de 2024 trouxeram uma mudança de governo e travaram as práticas autoritárias. Em 2025, o país recuperou o seu estatuto de democracia eleitoral.

A **Zâmbia** é o caso que demonstra o quão frágil podem ser as democracias após fase autocratizadora. O episódio de autocratização começou



Nuremberga, Baviera, Alemanha – 20 de janeiro de 2024: pessoas a protestar contra o partido político de extrema-direita AfD. (Corinna Haselmayer, Shutterstock)

em 2011, transformando o país numa autocracia eleitoral até 2013. A situação continuou a deteriorar-se com a chegada de Edgar Lungu, do partido Frente Patriótica (FP), à presidência.³⁸ As eleições de 2021 trouxeram para o poder Hakainde Hichilema, da União para o Desenvolvimento Nacional (UPND), marcando o início do período de redemocratização que restaurou a democracia eleitoral até 2022. No entanto, os direitos humanos, a liberdade dos meios de comunicação social e a liberdade de expressão foram alvo de novos ataques sob o novo governo.³⁹ A deterioração crescente dos direitos, das liberdades e das instituições levou o estatuto da Zâmbia a regressar a autocracia eleitoral de “zona cinzenta” em 2025.

Por fim, dois países permaneceram autocráticos durante os seus episódios de redemocratização.

O Presidente Talon do **Benim** é outro autocratizador da “terceira vaga”, eleito em eleições relativamente livres e justas em 2016. Um processo de autocratização acentuado (2018-2021) transformou rapidamente o Benim democrático numa ditadura,⁴⁰ com a democracia a colapsar já em 2019. Uma liberalização gradual em 2022 levou às eleições de 2023, que trouxeram a oposição de volta ao parlamento com 24% dos lugares.⁴¹ O ano de 2024 foi marcado por rumores de que Talon poderia estar a preparar um terceiro mandato em 2026.⁴² As melhorias desde 2021 têm sido muito modestas e o Benim permanece uma autocracia eleitoral em 2025.

A **Tailândia** começou o processo de democratização após fase autocratizadora como uma autocracia eleitoral. O golpe de estado de 2014 estabeleceu uma ditadura militar durante cinco anos. As eleições gerais de 2019 restauraram a autocracia eleitoral, seguidas de eleições ligeiramente mais competitivas em 2023.⁴³ Todavia, o Tribunal Constitucional →

29 www.journalofdemocracy.org/articles/how-guatemala-defied-the-odds/

30 freedomhouse.org/article/guatemala-when-hope-and-reality-collide

31 freedomhouse.org/country/thailand/freedom-world/2024

32 carnegieendowment.org/europe/strategic-europe/2023/06/judy-asks-is-polands-democracy-in-danger?lang=en

33 www.journalofdemocracy.org/articles/democracy-after-illiberalism-a-warning-from-poland/

34 www.journalofdemocracy.org/articles/why-bolivias-mas-collapsed/

35 Ibid

36 freedomhouse.org/country/mauritius/freedom-world/2024

37 rsf.org/en/five-journalists-targeted-wiretapping-mauritius-rsf-calls-independent-investigation

38 Resnick, D. 2022. “How Zambia’s Opposition Won”. *Journal of Democracy* 33(1).

39 www.hrw.org/world-report/2025/country-chapters/zambia

40 freedomhouse.org/country/benin/freedom-world/2024

41 www.electionguide.org/elections/id/4033/

42 republic.com.ng/december-24-january-25/benin-alleged-coup-plot/

43 freedomhouse.org/country/thailand/freedom-world/2024

dissolveu o partido vencedor, Move Forward, em agosto de 2024, removendo o primeiro-ministro e banindo os líderes da oposição de cargos políticos durante 10 anos.⁴⁴ Em 2025, o Tribunal Constitucional rejeitou outro primeiro-ministro.⁴⁵ Embora se trate de um caso de certa liberalização, ainda não se vislumbra uma abertura clara para a transição democrática.

DETALHES DA (RE)DEMOCRATIZAÇÃO

A liberdade de expressão é o aspeto que mais frequentemente melhora durante processos de (re)democratização. Mais de 60% de todos os episódios em curso registam melhorias na liberdade dos meios de comunicação social e na liberdade de expressão académica e cultural.

A deliberação e o envolvimento da sociedade civil também recuperam com frequência. O debate público inclusivo, a justificação das políticas com base no bem comum e a consulta à sociedade civil e ao público estão a melhorar em mais de metade dos casos.

A qualidade das eleições está a melhorar em metade dos países em democratização, sobretudo no que diz respeito à liberdade e imparcialidade das eleições e à autonomia dos Órgãos de Gestão Eleitoral (OGE).

A Figura 21 mostra os indicadores que mais frequentemente melhoraram nos países em democratização. Esta considera a evolução desde o início de cada episódio de (re)democratização até 2025. As cores indicam a que componente do índice pertence cada indicador.

A **administração pública rigorosa e imparcial** encontra-se no topo da lista e está a melhorar em doze países em processo de democratização (67%). A Gâmbia, Timor-Leste, Seicheles e Sri Lanka registam os progressos mais notáveis. Outros indicadores da Componente Liberal aparecem no final na lista dos 20 principais indicadores. A **independência dos supremos tribunais e o respeito do poder executivo pela Constituição** estão a melhorar em oito países, sendo que ambos os indicadores melhoraram nas Fiji, Gâmbia, Guatemala e Polónia. Os indicadores referentes às **leis transparentes com aplicação previsível e liberdade contra assassinatos políticos** estão a melhorar em sete países, incluindo no Brasil e no Sri Lanka.

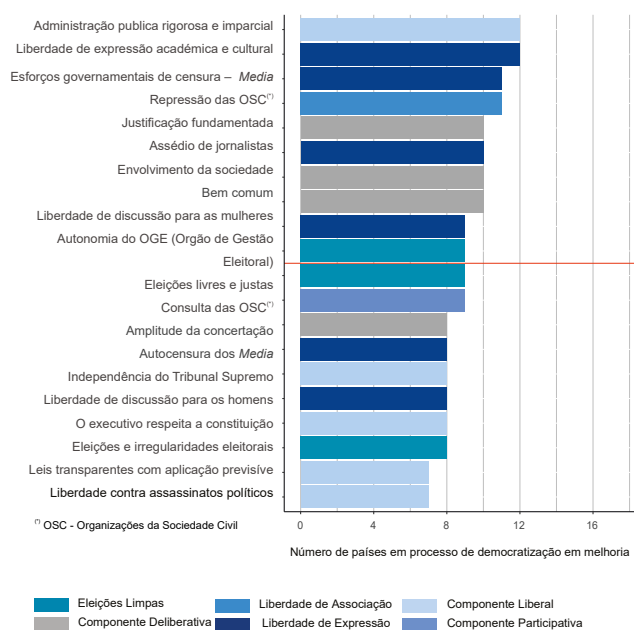
A liberdade de expressão é a componente que mais sofre durante a autocratização, mas normalmente também melhora substancialmente e, muitas vezes, logo no início do processo de (re)democratização. A **liberdade de expressão académica e cultural** está a expandir-se em doze países (67%), com as Fiji, Gâmbia, Maurícias e Timor-Leste a registarem as melhorias mais substanciais. A **liberdade de discussão** está a progredir para as mulheres (em nove países) e para os homens (em oito países), por exemplo, no Benim, no Brasil, nas Seicheles e na Tailândia.

A consolidação dos direitos relacionados com os meios de comunicação social constitui igualmente um aspeto fundamental nos processos de democratização: os **esforços governamentais de censura** estão a diminuir em onze países, incluindo na Guatemala, Montenegro, Polónia e Zâmbia; o **assédio a jornalistas** está a diminuir em dez países, por exemplo, na República Dominicana, Maurícias, Polónia e Zâmbia; a **autocensura dos meios de comunicação social** está a diminuir em oito países, sendo que a Gâmbia, a Polónia e Timor-Leste registam as melhorias mais substanciais.

A **repressão das OSC** (Organizações da Sociedade Civil) - o único aspeto da Liberdade de Associação na lista dos 20 principais indicadores - ocorre com menos frequência em onze países em processo de democratização (61%), com a Guatemala, a Polónia, Sri Lanka e Zâmbia a registarem progressos notáveis.

Quase todos (quatro de cinco) os indicadores da Componente Deliberativa encontram-se na lista dos 20 principais indicadores, com três deles

FIGURA 21. 20 PRINCIPAIS INDICADORES QUE MELHORARAM, PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO, 2025



A Figura 21 apresenta os 20 indicadores que registam melhorias significativas e substanciais no maior número de países em processo de democratização. A linha vermelha assinala os 10 principais indicadores. Considera-se que um indicador melhora de forma substancial e significativa quando o seu valor em 2025 é pelo menos 0,5 pontos superior ao seu valor no início do episódio de democratização, numa escala de 0 a 4 (para a maioria dos indicadores) ou de 0 a 5, e quando os intervalos de confiança não se sobrepõem

entre os 10 principais indicadores e a melhorar em mais de metade de todos os países em processo de democratização. Isto sugere que, durante os processos de democratização, o debate público se está a tornar mais inclusivo, assim como a justificação das políticas com base no bem comum. A **justificação fundamentada, o envolvimento da sociedade** e a orientação para o **bem comum** estão a melhorar em dez países cada. Por exemplo, a Guatemala, a Polónia e a Tailândia registam melhorias no grau em que os seus governos apresentam **justificações fundamentadas** para as suas ações. Na Gâmbia, no Sri Lanka e na Zâmbia, a **sociedade está mais envolvida** na deliberação sobre políticas públicas. E, na República Dominicana, Montenegro e Timor-Leste, os políticos estão cada vez mais a justificar as suas posições em termos de bem comum. Por fim, a amplitude das consultas está a melhorar em oito países, com as Seicheles no topo da lista.

A qualidade das eleições está a aumentar em metade de todos os países em processo de democratização. A **autonomia dos OGE** está a aumentar em nove países, como nas Fiji, Montenegro e Tailândia. A **liberdade e imparcialidade das eleições** está a aumentar em nove países, incluindo no Botsuana, Maurícias, Seicheles e Tailândia. E, atualmente, as **irregularidades eleitorais** são menos frequentes em oito países, incluindo no Benim, Maurícias e Ilhas Salomão.

Por fim, a **consulta às OSC** (Organizações da Sociedade Civil) - o único aspeto da Componente Participativa nos 20 principais indicadores - está a aumentar em nove países em processo de democratização. As Fiji, a Guatemala e Timor-Leste registam as melhorias mais substanciais no envolvimento da sociedade civil em processos de tomada de decisão. ■

⁴⁴ commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-10141/

⁴⁵ www.reuters.com/world/asia-pacific/thai-prime-minister-removed-by-court-triggering-power-scramble-2025-08-29/

5 | Em Destaque: a Autocratização nos EUA

- **Sob a presidência de Trump, a democracia nos EUA recuou para níveis semelhantes a 1965.**
- **No entanto, a situação é fundamentalmente diferente da que existia durante a era dos Direitos Civis. Em 2025, o declínio da democracia caracteriza-se pela concentração excessiva do poder no executivo, que enfraquece o Estado de Direito, assim como por uma repressão e intimidação abrangentes dos meios de comunicação social e das vozes dissidentes.**
- **A velocidade com que a democracia americana está atualmente a ser desmantelada não tem precedentes na história moderna.**
- **As restrições legislativas – o aspeto mais afetado da democracia – perderam um terço do seu valor em 2025, atingindo o seu ponto mais baixo em mais de 100 anos.**
- **Os direitos civis e a igualdade perante a lei também se encontram agora em rápido declínio, recuando a níveis semelhantes aos da década de 1960.**
- **A liberdade de expressão encontra-se atualmente no seu nível mais baixo desde o fim da Segunda Guerra Mundial.**
- **As componentes eleitorais da democracia permanecem estáveis. Os indicadores específicos das eleições são reavaliados apenas nos anos eleitorais, e as pontuações de 2025 baseiam-se na qualidade das eleições de 2024.**

A escala e a velocidade da autocratização sob a administração Trump são sem precedentes na era moderna. Em apenas um ano, o IDL dos EUA diminuiu 24%; a sua posição no ranking mundial caiu do 20.º para o 51.º lugar entre 179 países. O nível de democracia no IDL está a regredir ao nível de 1965 – ano que a maioria considera como o início de uma democracia real e moderna nos EUA.

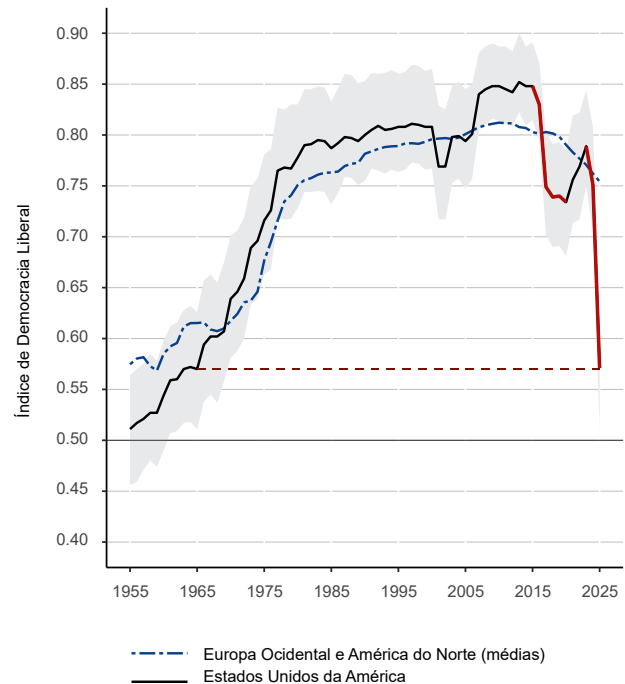
No entanto, as lacunas da democracia americana atual são fundamentalmente diferentes das da era dos Direitos Civis. Como mostram os dados do V-Dem e outras evidências abaixo, a autocratização atual é marcada pela concentração excessiva de poder no executivo, juntamente com ataques à imprensa, à academia, às liberdades civis e às vozes dissidentes.

O declínio mais acentuado da história americana

Em 2023, os EUA obtiveram uma pontuação de 0,76 no IDL – pouco antes do ano eleitoral de 2024, quando se registaram as primeiras deteriorações. A pontuação caiu abruptamente para 0,57 em 2025 (Figura 22). Com uma queda tão acentuada no IDL, o nível de democracia no final de 2025 regressou a níveis anteriormente registados em 1965. Simbolicamente, esse é o ano em que a maioria dos analistas considera que os EUA iniciaram a sua transição em direção a uma democracia verdadeira.¹ *A democracia nos EUA encontra-se agora no nível mais baixo dos últimos 60 anos.*

Não somos os únicos a partilhar esta opinião. O Professor Steven Levitsky, da Universidade de Harvard, afirma que o regime nos EUA é agora uma espécie de autoritarismo.² A *Century Foundation* defende que “a democracia americana já se encontra em colapso”³ A *Steady State*, organização que reúne mais de 300 ex-profissionais de segurança nacional e dos serviços secre

FIGURA 22. EUA VS. MÉDIAS REGIONAIS, 1955–2025



A Figura 22 compara o nível no IDL nos EUA entre 1955 e 2025 com as médias regionais para a Europa Ocidental e América do Norte. Os intervalos de confiança são representados pela área sombreada a cinzento, enquanto períodos de declínio democrático sob o primeiro e segundo mandato de Trump estão marcados a vermelho. A linha tracejada horizontal traça o nível de 2025 até ao passado.

tos, concluiu, no seu relatório, que os EUA estão a caminhar para um autoritarismo competitivo, apontando para a concentração excessiva de poder no executivo e a erosão dos mecanismos de controlo judicial e legislativo.⁴

O *Trump Action Tracker*, dirigido pela Professora Christina Pagel, documenta as ações e declarações do Presidente Trump e da sua administração, que se assemelham às de regimes autoritários. Reportaram 2651 casos: 704 que enfraquecem diretamente a democracia, 459 que enfraquecem os direitos civis, 689 que reprimem a dissidência e 172 que “esvaziam o Estado”.⁵

Talvez o exemplo mais ilustrativo seja a própria declaração do Presidente de que os únicos limites ao seu poder são “a sua própria moralidade” e de que apenas os tribunais – e não o Congresso – têm poder para restringir a sua agenda interna “em certas circunstâncias”.⁶ No entanto, quando o Supremo Tribunal impôs restrições, o mesmo classificou a decisão como “terrível” e criticou os juízes, chamando-lhes “tolos” e “cães de colo” ao serviço de países estrangeiros.⁷ O Presidente Trump impôs então uma nova tarifa global de 10% ao abrigo de uma disposição legal diferente, contornando, na prática, a decisão do tribunal.

DE VOLTA A 1965 – MAS NÃO ATÉ À ÉPOCA DO MOVIMENTO DOS DIREITOS CIVIS

O “simbólico” ano de 1965 foi o ano da Lei do Direito ao Voto (Voting Rights Act), que proibiu a discriminação racial no voto e foi assinada pelo Presidente Johnson na presença de Martin Luther King. Decorreu também

1 Segundo qualquer definição moderna de democracia, a exclusão legal ou de facto de grande parte da população do direito de voto é incompatível com a democracia; ver, por exemplo, Dahl, RA. 1971. *Polyarchy*. New Haven: Yale UPP.

2 www.nytimes.com/2025/03/06/us/politics/trump-democracy.html; e Langfitt, F. “Heard on All Things Considered,” *National Public Broadcasting*, 16 de fevereiro de 2026.

3 [tcf.org/content/report/century-new-democracy-meter-shows-america-took-an-authoritarian-turn-in-2025/](https://www.tcf.org/content/report/century-new-democracy-meter-shows-america-took-an-authoritarian-turn-in-2025/)

4 <https://steadystate1.substack.com/p/accelerating-authoritarian-dynamics>

5 profiles.ucl.ac.uk/4185; <https://www.trumpactiontracker.info/>

6 www.nytimes.com/2026/01/08/us/politics/trump-interview-power-morality.html

7 www.bbc.com/news/articles/cn8146l0n55o;www.theguardian.com/us-news/2026/feb/21/trump-tariffs-ruling-supreme-court

pouco depois da histórica Lei dos Direitos Civis (Civil Rights Act) de 1964, que pôs fim à segregação legalizada com base na raça e no género.⁸

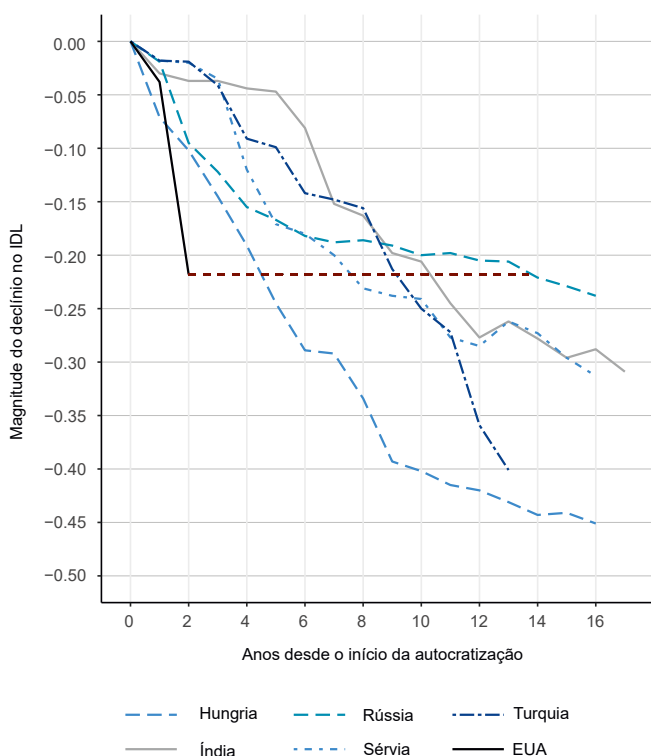
Significa isto que os EUA estão agora de volta à era do Movimento dos Direitos Civis? Definitivamente não. As falhas que afetavam a democracia americana durante a era do Movimento dos Direitos Civis diziam respeito sobretudo às disposições legais relativas ao sufrágio e a outros direitos políticos e civis para todos. As graves lacunas que surgiram sob a administração Trump são profundamente diferentes.

TRUMP 1.0 ESTABELECEENDO AS BASES

De acordo com a magnitude de declínio no IDL, 2025 representa a maior queda em apenas um ano da história americana desde 1789 - ou seja, durante todo o período abrangido pelos dados do V-Dem. O único período que se compara é o primeiro mandato de Trump, ou Trump 1.0,⁹ onde o nível dos EUA no IDL desceu de 0,85 para 0,73 em quatro anos, colocando o país no nível anteriormente registado em 1976 e muito abaixo da média regional (Figura 22). A democracia americana sobreviveu ao Trump 1.0, mas não recuperou totalmente.

Uma mudança notável é a transformação do Partido Republicano, que passou a apoiar uma agenda nacionalista e antipluralista, de extrema-direita.¹⁰ A “terceira vaga de democratização” foi, em grande medida, impulsionada por partidos e líderes nacionalistas, antiliberais e de extrema-direita.¹¹ No entanto, os EUA destacam-se como o único caso em que tal movimento assumiu o controlo sob um partido, num sistema bipartidário rígido.

FIGURA 23. EUA VS. AUTOCRATAS DE DESTAQUE NA “TERCEIRA VAGA”



A Figura 23 compara a velocidade da autocratização nos EUA a processos semelhantes em cinco países autocráticos de destaque durante os últimos 25 anos. As linhas no gráfico mostram a magnitude cumulativa do declínio no IDL. Note-se que o episódio nos EUA começa no ano eleitoral de 2024.

A mais rápida expansão do poder executivo da história moderna

Normalmente, os processos de autocratização durante a “terceira vaga” são graduais e, muitas vezes, discretos, prolongando-se por anos ou mesmo décadas.¹² Em termos da velocidade do processo de autocratização, o segundo mandato de Trump, ou Trump 2.0, ultrapassa não só o seu primeiro mandato, como também a maioria dos autocratas proeminentes ao longo dos últimos 25 anos.

A Figura 23 fornece evidências disso ao comparar a velocidade do declínio nos EUA no IDL com as fases iniciais de autocratização em cinco casos proeminentes dos últimos 25 anos. O declínio dramático sob Donald Trump levou mais de quatro anos no caso de Viktor Orbán na Hungria, oito anos no caso de Aleksandar Vučić na Sérvia e cerca de uma década tanto no caso de Narendra Modi na Índia como no de Recep Tayyip Erdoğan na Turquia.¹³

O nível de 2025 no IDL não se encontra em maior declínio devido, sobretudo, às componentes eleitorais. Os indicadores relacionados com as eleições são avaliados apenas em anos eleitorais, o que significa que as pontuações referentes à qualidade das eleições para 2025 são baseadas nas características das eleições de 2024, que foram livres e justas. Uma vez que os indicadores relacionados com as eleições têm um peso considerável no IDE (que integra o IDL), existe um limite para a descida que os EUA poderão registar no IDL em 2025. Isto torna também as eleições intercalares de 2026 decisivas (ver análise abaixo).

Em seguida, discutimos primeiro os três aspetos da democracia que fazem parte da Componente Liberal do IDL: as restrições judiciais e legislativas ao poder executivo (pesos e contrapesos), as liberdades individuais (direitos civis) e a igualdade perante a lei.

Seguem-se secções que analisam os cinco aspetos que constituem a parte IDE do IDL: a liberdade de expressão e dos meios de comunicação social; a liberdade de associação; e eleições limpas, sufrágio e representantes eleitos. Terminamos com algumas notas sobre o que a investigação sugere ser necessário para inverter a situação nos Estados Unidos.

O desmantelamento dos pesos e contrapesos – concentração de poder

- O segundo mandato de Trump pode ser resumido a uma rápida e agressiva concentração de poder na presidência.

Os pesos e contrapesos que limitam os poderes do executivo são elementos centrais, tanto no pensamento republicano, como na democracia liberal.¹⁴ Para evitar a tirania, os outros poderes devem dispor de poderes equivalentes para controlar um executivo que procure impor o seu domínio. Sem surpresas, os pesos e contrapesos encontram-se entre os elementos mais atacados durante o processo de autocratização.¹⁵

Os pesos e contrapesos são, em grande parte, representados pela componente **Restrições legislativas e judiciais** do IDL. No final de 2025, ambas as componentes registavam acentuados declínios, sendo que as **Restrições Legislativas** registaram a queda mais acentuada, passando de 0,86 para 0,61 - uma redução de um terço do seu valor em 2024 (Figura 24, painel esquerdo). Esta é, de longe, a maior queda registada num único ano na história dos EUA, e o valor de 2025 representa o nível mais baixo em mais de 100 anos. A diminuição no que diz respeito às **Restrições Judiciais** é menor - de 0,90 para 0,84 -, mas também é o nível mais baixo desde 1900.

8 www.archives.gov/milestone-documents/civil-rights-act

9 De acordo com a metodologia ERT, a autocratização nos EUA tem início em 2024, com uma descida de 0,04 no IDL. Entre 2024 e 2025, os EUA registaram uma descida total de 0,18 no IDL. Para manter a coerência com o resto do Relatório da Democracia, mantemos a definição do ERT de “episódio de autocratização” na Secção 5 e, por conseguinte, utilizamos 2023 como ano de referência. Note-se que 2023 é um ano de pré-episódio.

10 Medzihorsky, J., S.I. Lindberg. 2023. “Walking the Talk: How to Identify Anti-Pluralist Parties.” *Party Politics* 30(3).

11 Levitsky, S., Ziblatt, D. 2025. “When Should the Majority Rule?” *Journal of Democracy* 36(1).

12 E.g., Lüthmann, A., e S.I. Lindberg. 2019. “A Third Wave of Autocratization is Here.” *Democratization* 26(7).

13 Mais uma vez, não somos os únicos a considerar que o atual declínio da democracia nos EUA é o mais rápido da história moderna. Ver, por exemplo, McKenzie C, e T. Carothers. 2025. *The US Democratic Backsliding in Comparative Perspective*. Carnegie Endowment for International Peace; Burn-Murdoch, J. 2026. “How Steep is Trump’s Democratic Backsliding?” *Financial Times*, 31.01.2026; Schenckman, N., e T. Cambanis. 2026. “Century’s New Democracy Meter Shows America Took an Authoritarian Turn in 2025” *The Century Foundation*.

14 O’Donnell, G. 1998. “Horizontal Accountability in New Democracies.” *Journal of Democracy* 9(3).

15 Bermeo, N. “On Democratic Backsliding.” *Journal of Democracy* 27(1); Sato, Y., et al. “Institutional Order in Episodes of Autocratization.” V-Dem Working Paper 133.

O CONGRESSO ABDICA DE PODERES A FAVOR DO PRESIDENTE

O Congresso americano, controlado pelo Partido Republicano, parece ter abdicado do seu papel constitucional a favor do poder executivo, cedendo poderes legislativos, fiscais e de supervisão significativos durante 2025.

A Figura 25 mostra como os indicadores das restrições legislativas ao poder executivo estão entre os que mais rapidamente se estão a deteriorar. A supervisão do poder executivo pelo Congresso (indicadores designados como “controlo do executivo” e “o poder legislativo investiga na prática”) diminuiu de 3,2 e 3,7 em 2023 para 1,4 e 2,3 em 2025, respetivamente (numa escala de 0 a 4). Em termos substantivos, isto reflete o facto de o Congresso ser agora pouco propenso a questionar ou investigar qualquer atividade inconstitucional, ilegal ou antiética do executivo.

A administração Trump tem, de facto, assumido repetidamente o controlo do congresso em matéria financeira - consagrado na Constituição¹⁶ e na Lei do Controlo de Apropriações (Impoundment Control Act) de 1974 - cancelando ou reafetando unilateralmente o financiamento federal. O Supremo Tribunal também contribuiu para alargar a autoridade do executivo no controlo da despesa pública.¹⁷

O Senado falhou frequentemente em exercer funções de confirmação em várias nomeações feitas pelo Presidente,¹⁸ permitindo a ocupação de cargos em agências federais por funcionários leais escolhidos a dedo, “sem qualificações relevantes” e, por vezes, “claramente não qualificados e até perigosos”.¹⁹ Na prática, o Congresso permitiu que a administração Trump contornasse a sua autoridade.²⁰

Ilustrando esta dominância do poder executivo, o Presidente Trump assinou 225 ordens executivas em 2025, abrangendo várias questões importantes, como a “reavaliação” da ajuda externa dos EUA, eliminando assim várias agências e institutos criados pelo Congresso.²¹

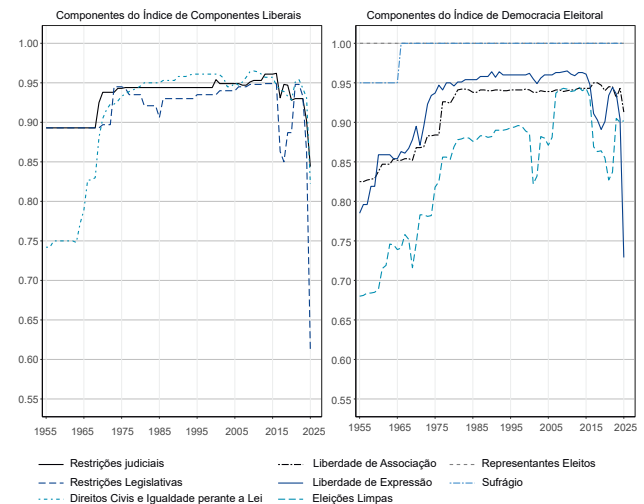
Entretanto, o Congresso, controlado pelos republicanos, aprovou 49 leis, quase todas sobre questões menores, como “Alterar o Código da Receita Federal (Internal Revenue Code) de 1986 para modificar as regras relativas ao adiamento de certos prazos por motivo de catástrofe” (HB517; Lei Pública n.º 119-29).²²

A lista de casos judiciais envolvendo alegações de uso sem constrangimentos do poder executivo é extensa. O Court Watch regista mais de 600 processos judiciais contra a administração Trump, incluindo quase 200 casos em tribunais federais de recurso.²³ A administração Trump intentou cerca de 40 ações judiciais em resposta, dirigidas sobretudo a jurisdições governadas por democrata.²⁴

ELIMINAR RESTRIÇÕES AO PODER EXECUTIVO

Remover as restrições ao executivo inclui a remoção de supostos opositores, a politização da função pública e a suspensão do controlo por parte de agências e auditores independentes. Estudos demonstram que estas são táticas comuns para silenciar a dissidência,²⁵ assim como para transformar a burocracia numa “arma”.²⁶

FIGURA 24. COMPONENTES DO ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL NOS EUA, 1955-2025



O Painel esquerdo mostra os índices que pertencem ao Índice da Componente Liberal, enquanto o painel direito representa os índices que pertencem ao Índice de Democracia Eleitoral. Ambos, o Índice da Componente Liberal e o Índice de Democracia Eleitoral pertencem ao Índice de Democracia Liberal.

Por exemplo, a administração Trump eliminou dos altos cargos do Departamento de Defesa,²⁷ do Departamento de Justiça,²⁸ do Departamento de Segurança Interna, do Departamento do Estado e do FBI aqueles que não lhes eram pessoalmente leais.²⁹ Trump também demitiu inspetores-gerais independentes em pelo menos 17 agências,³⁰ assim como o diretor do Gabinete do Conselheiro Especial, apontado pelo Senado.³¹ A criação do Departamento de Eficiência Governamental (Department of Government Efficiency – DOGE) - já extinto - foi um caso especial.³² O DOGE deu início a despedimentos em massa e a saídas voluntárias da função pública federal, com estimativas a sugerirem que mais de 300.000 funcionários federais deixaram o governo em 2025.³³

DESRESPEITO PELO PODER JUDICIAL – ENFRAQUECER O ESTADO DE DIREITO

O enfraquecimento do sistema judicial sob a administração Trump é evidenciado por três dos cinco indicadores que compõem o Índice de Restrições Judiciais, os quais registam declínios substanciais em 2025 (ver Figura 25): cumprimento das decisões judiciais, cumprimento das decisões do Supremo Tribunal e independência do Supremo Tribunal.

No seu primeiro dia no cargo, o Presidente Trump concedeu perdões³⁴ a 1500 indivíduos condenados pelo ataque ao Capitólio de 6 de janeiro, enfraquecendo assim a legitimidade dos tribunais e possivelmente dando uma aprovação tácita a futuras formas de violência.³⁵

A administração apresentou resoluções de destituição³⁶ e queixas por má conduta³⁷ contra juizes de tribunais distritais que decidiram contra o governo,³⁸ acompanhadas por uma retórica agressiva, como referências regulares a uma “insurreição judicial” por parte do Vice-Chefe de Gabinete.³⁹ ➔

16 www.npr.org/sections/planet-money/2025/02/18/g-s1-49220/trump-ignore-congress-spending-laws-impoundment

17 www.citizen.org/news/supreme-court-allows-administration-to-flout-congress-power-of-the-purse/; <https://www.bbc.com/news/usa-67119222>

18 Driesen D.M. 2025. “Donald Trump’s Unitary Executive: Overcoming the Constitution.” *Constitutional Studies* 11(2).

19 *ibid*, p. 407.

20 hls.harvard.edu/today/is-the-u-s-experiencing-a-constitutional-crisis/

21 www.federalregister.gov/presidential-documents/executive-orders/donald-trump/2025

22 www.washingtonpost.com/politics/2025/12/24/congress-republicans-legislation-trump-2025/

23 www.lawfaremedia.org/projects-series/trials-of-the-trump-administration/tracking-trump-administration-litigation; <https://www.courtwatch.news/p/lawsuits-related-to-trump-admin-executive-orders>

24 www.courtwatch.news/p/lawsuits-related-to-trump-admin-executive-orders; <https://www.cbsnews.com/news/trump-sanctuary-cities-crackdown-results/>

25 Svobik, M. 2012. *The Politics of Authoritarian Rule*. Cambridge University Press.

26 Levitsky, S., e L.A.Way. 2025. “The Path to American Authoritarianism.” *Foreign Affairs*, 11.02.2025

27 theweek.com/politics/trump-purging-pentagon

28 apnews.com/article/trump-inspectors-general-firing-justice-department-902d19ae20bcd10c2d11e92dd902d85e

29 www.washingtonpost.com/national-security/2025/02/08/trump-administration-job-candidates-loyalty-screening/; edition.cnn.com/2025/01/30/politics/senior-fbi-leaders-demoted-wray/index.html

30 campaignlegal.org/update/significance-firing-inspectors-general-explained

31 www.cbpp.org/research/federal-budget/trump-administrations-undercutting-of-oversight-hurts-taxpayers-and

32 www.npr.org/2025/02/07/nx-s1-5288988/doge-elon-musk-staff-trump; www.reuters.com/world/us/what-is-elon-musk-doge-how-much-money-has-it-saved-us-taxpayers-2025-03-04/

33 eu.usatoday.com/story/news/politics/2025/12/31/317000-federal-employees-left-us-government-2025/87970708007/

34 apnews.com/article/what-has-trump-done-trump-executive-orders-f061f8e7f08c08d81509a6af20ef8fc0

35 www.justsecurity.org/107288/nine-experts-pardons-january-6/

36 www.npr.org/2025/03/18/nx-s1-5332086/trump-lawsuits

37 thedailyrecord.com/2026/02/02/federal-judge-dismisses-doj-misconduct-complaint-deportations/

38 www.npr.org/2025/03/18/nx-s1-5332086/trump-lawsuits

39 time.com/7324153/trump-judges-stephen-miller-musk/

O Presidente Trump chegou mesmo a dirigir ataques verbais aos juizes do Supremo Tribunal no início de 2026.⁴⁰ A sua administração recusou-se a cumprir ordens judiciais,⁴¹ e o próprio Trump afirmou que “quem salva o seu país não viola nenhuma lei”.⁴²

Em abril de 2025, juizes federais e do Supremo Tribunal que decidiram contra Trump foram alvo de “doxing” e de ações de intimidação, incluindo entregas falsas de pizzas em nome de Daniel, filho da juíza federal Esther Salas - morto em 2020 por um homem armado que se fez passar por estafeta de pizzas.⁴³

Para além do sistema judicial federal, o Presidente Trump utilizou uma série de ordens executivas para visar escritórios de advogados que tenham representado opositores políticos. Posteriormente, quatro juizes federais decidiram que essas ordens violavam os direitos de liberdade de expressão das firmas e outras proteções previstas na Constituição.⁴⁴ O Departamento de Justiça (DOJ), contudo, recorreu da decisão.⁴⁵

A Associação dos Advogados Americanos (ABA) emitiu várias declarações sublinhando a necessidade de proteger o Estado de direito e respeitar os tribunais, afirmando que as ações da administração “enfraquecem conscientemente a separação de poderes entre os ramos executivo e legislativo consagrada na Constituição dos EUA”.⁴⁶

PROJETO 2025: JÁ A METADE DO CAMINHO

Muito do que foi referido acima enquadra-se no plano do Projeto 2025, criado pela Heritage Foundation e pelo Instituto Claremont, para materializar a “teoria do Executivo Unitário” - uma doutrina constitucional marginal que defende que o Presidente deve deter autoridade exclusiva. De acordo com o Tracker do Project 2025, até ao início de 2026, cerca de 52% dos 320 objetivos terão sido alcançados.⁴⁷

Revogação dos direitos civis e igualdade perante a lei

• O primeiro ano do segundo mandato de Trump, foi marcado por ataques às proteções dos direitos civis de longa data.

Os ataques aos direitos civis de grupos específicos permitem aos autocratizadores consolidar bases de apoio leais, instrumentalizar questões sociais, justificar medidas em nome da segurança nacional e manipular o terreno eleitoral a seu favor.⁴⁸

A componente no IDL para **Direitos Civis e Igualdade perante a Lei**⁴⁹ diminuiu de 0,94 em 2023 para 0,82 em 2025, tornando-se a terceira componente mais gravemente afetada (Figura 24, painel esquerdo). Isto faz com que o nível de 2025 volte ao registado no final da década de 1960, sendo quase idêntico ao Índice de Democracia Liberal.

REMOÇÃO DAS PROTEÇÕES FEDERAIS AOS DIREITOS CIVIS

A administração Trump está a atacar algumas das liberdades civis asso-

ciadas à era do Movimento dos Direitos Civis. Como exemplo, Trump assinou uma ordem executiva que classificava como ilegais os esforços do Gabinete de Fiscalização de Contratos Federais (OFCCP). O OFCCP foi criado em 1965, por ordem executiva do Presidente Johnson, para reforçar as leis e regulamentos contra a discriminação. O Secretário do Trabalho em funções na administração Trump ordenou ao OFCCP que “cessasse imediatamente toda a atividade de investigação e aplicação da lei” e propôs depois uma redução de 90% do pessoal.⁵⁰

Na continuação desta política, a administração Trump anulou iniciativas de diversidade, equidade e inclusão (DEI) em toda a administração federal e nos respetivos programas.⁵¹ Foram também introduzidas mudanças profundas na Divisão de Direitos Civis do Departamento de Justiça (DOJ), que alterou as suas prioridades, passando da proteção de grupos marginalizados para o combate às iniciativas DEI, à investigação de fraude eleitoral e à discriminação “contra brancos”,⁵² sendo que cerca de 70% dos advogados abandonaram o organismo após essas alterações.⁵³

DESMANTELAMENTO DOS DIREITOS CIVIS E HUMANOS

Os indicadores relativos à liberdade face a assassinatos políticos e à liberdade face à tortura registaram as deteriorações mais substanciais (ver Figura 25). A *Human Rights Watch* (HRW) concluiu, no seu *Relatório Mundial de 2026*, que o segundo mandato do Presidente Donald Trump tem sido marcado por violações generalizadas dos direitos humanos.⁵⁴

Isto inclui a repressão de manifestações antigovernamentais⁵⁵ e ameaças de utilização de “força considerável” contra futuros manifestantes.⁵⁶ Estas táticas foram utilizadas em grandes cidades por todo o país.⁵⁷ e prolongaram-se até 2026, quando as Twin Cities, no Minnesota, se tornaram um ponto central, com mais de 4000 detenções e dois tiroteios fatais por agentes do ICE.⁵⁸ O ICE lançou também uma campanha de deportações que levou à apresentação de milhares de processos judiciais por violação do devido processo legal,⁵⁹ tendo pelo menos 32 pessoas morrido sob custódia em 2025.⁶⁰

Trump emitiu ainda o Memorando Presidencial de Segurança Nacional (NSPM)-7,⁶¹ autorizando agências federais a visar organizações e indivíduos com base em posições “antiamericanas”, “anticristãs” ou “anticapitalistas”. O NSPM-7 poderá ser utilizado como instrumento para criminalizar a dissidência política e constitui uma séria ameaça aos direitos humanos.⁶²

Por fim, a liberdade religiosa está também em declínio (ver Figura 25). O governo federal está agora a integrar imagens cristãs, versículos bíblicos e serviços regulares de oração diretamente nas operações quotidianas de grandes departamentos,⁶³ desrespeitando o princípio de um Estado secular.

ENFRAQUECIMENTO DA IGUALDADE PERANTE A LEI

A igualdade perante a lei também está a enfraquecer. Os seus indicadores - acesso à justiça, leis transparentes de aplicação previsível e adminis-

40 www.brennancenter.org/our-work/research-reports/his-own-words-presidents-attacks-courts

41 www.nytimes.com/2025/02/10/us/trump-unfreezing-federal-grants-judge-ruling.html

42 www.reuters.com/world/us/trump-if-it-saves-country-its-not-illegal-2025-02-16/

43 fox56news.com/ap-feeds/ap-us-headlines/ap-federal-judges-detail-rise-in-threats-pizza-doxings-as-trump-ramps-up-criticism/; see also news.bloomberglaw.com/us-law-week/judge-describes-alarming-pizza-delivery-as-threats-increase

44 www.nbcnews.com/politics/justice-department/trump-administration-reverses-course-seeks-continue-battle-law-firms-rcna261546

45 www.reuters.com/world/us/trump-administration-drop-defense-law-firm-sanctions-wsj-reports-2026-03-02/

46 www.americanbar.org/news/abanews/aba-news-archives/2026/02/aba-statement-re-personal-attacks-on-sctus-justices/; www.americanbar.org/news/abanews/aba-news-archives/2025/03/aba-rejects-efforts-to-undermine-courts-and-legal-profession/; www.jurist.org/news/2025/02/aba-reaffirms-support-for-rule-of-law-following-trump-executive-orders/

47 www.project2025.observer/en

48 Oder, B.E. 2026. “Democratic Resistance under Populist Autocratization: Repression, Civil Society, and Strategies.” *Theoretical Inquiries in Law* 26(2)

49 O nome oficial do índice é Igualdade perante a Lei e Liberdades Individuais.

50 www.nytimes.com/2025/06/27/magazine/trump-civil-rights-law-discrimination.html

51 www.bbc.com/news/articles/cly1n7jz5870

52 *ibid*

53 www.nbcnews.com/politics/justice-department/trump-upends-doj-civil-rights-division-sparking-bloodbath-senior-rank-rcna202622

54 www.hrw.org/news/2026/02/04/us-trump-administrations-pervasive-attacks-on-rights

55 www.amnestyusa.org/blog/militarization-and-suppression-of-protests-in-the-age-of-trump/

56 www.article19.org/resources/un-repression-of-protests-across-the-americas/

57 capitalnews.org/trump-national-guard-city-updates/

58 www.pbs.org/newshour/nation/a-timeline-of-trumps-immigration-crackdown-in-minnesota

59 www.pbs.org/newshour/nation/migrants-face-dire-conditions-and-prolonged-waits-in-u-s-detention-centers

60 www.theguardian.com/us-news/ng-interactive/2026/jan/04/ice-2025-deaths-timeline

61 www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/09/countering-domestic-terrorism-and-organized-political-violence/

62 www.hrw.org/news/2025/09/26/us-trump-targets-opponents-in-sweeping-memorandum; www.brennancenter.org/our-work/research-reports/trumps-orders-targeting-antifascism-aim-criminalize-opposition

63 edition.cnn.com/2026/02/15/politics/trump-religious-liberty-commission-church-state-separation

tração pública rigorosa e imparcial - estão a regredir significativamente, refletindo a situação (ver Figura 25).

Como analisado acima, a politização da justiça, as demissões em massa e expulsões de funcionários públicos, o desmantelamento interno de sistemas de responsabilização, a eliminação de iniciativas DEI e o contorno do devido processo legal – tudo isto reduz o acesso à justiça e a imparcialidade da administração pública, enquanto contribuem para o aumento da imprevisibilidade.⁶⁴

Procurando silenciar os meios de comunicação, as vozes dissidentes e a academia

- A Liberdade de Expressão está a regredir para o nível mais baixo registado desde o final da Segunda Guerra Mundial. O declínio deve-se a uma série de ataques documentados – de censura e coerção financeira, a intimidação e repressão legal.

A liberdade de expressão está no centro da democracia e, por isso, tem sido o alvo mais frequente dos líderes autocráticos nos últimos 25 anos (ver Figura 27, Secção 3).

A Figura 24 (painel direito) mostra que a componente **Liberdade de Expressão**⁶⁵ Expressão⁶⁵ no IDL diminuiu de 0,94 em 2023 para 0,73 em 2025, tendo atingido o seu nível mais baixo desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

TRUMP CONTRA A IMPRENSA: DE RETÓRICA ÀS AÇÕES

Já durante a campanha de 2024, o Presidente Trump mostrou-se agressivo perante a cobertura mediática desfavorável, rotulando frequentemente os meios de comunicação social como “inimigos do povo americano”⁶⁶ e intensificando a intimidação ao ameaçar revogar licenças de transmissão devido a uma reportagem que considerava “injusta”⁶⁷. O dono do *Washington Post*, Jeff Bezos, impediu, inadvertidamente, que o jornal apoiasse Kamala Harris,⁶⁸ anunciando, subsequentemente, uma “reorientação” da sua linha editorial.

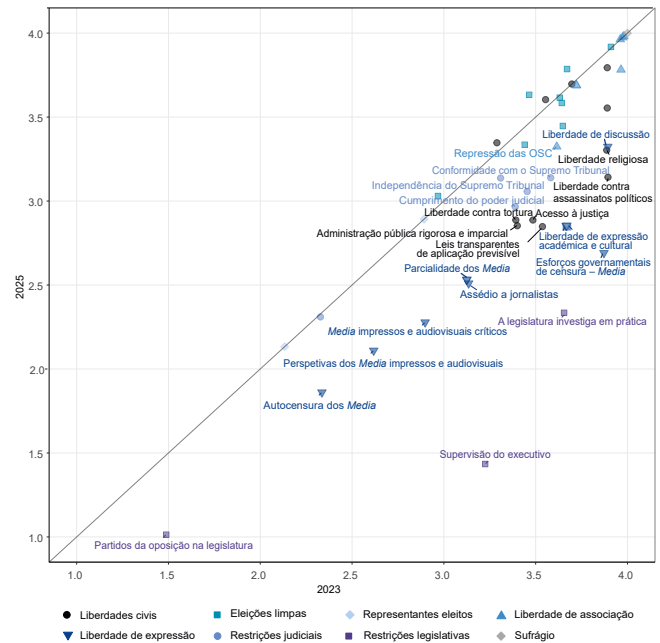
Estes e outros eventos estão provavelmente por trás da diminuição da pontuação, começando logo em 2024 (Figura 24, painel direito). Todos os indicadores que medem a liberdade de expressão registaram declínios substanciais em 2025 (ver Figura 25).

Os três indicadores que se estão a deteriorar mais rapidamente são os esforços governamentais de censura aos meios de comunicação social, o assédio a jornalistas e o carácter crítico dos meios de comunicação impressos e audiovisuais.

Estes declínios refletem uma retórica pejorativa, assim como medidas legais, financeiras e regulatórias. O *Trump Action Tracker* lista 689 ações e declarações sob a administração Trump para suprimir vozes dissidentes e 339 para controlar os meios de comunicação social e a informação.⁶⁹

Entre os exemplos, destaca-se a decisão da Casa Branca sobre quais os jornalistas autorizados a cobrir o presidente;⁷⁰ a decisão do Presidente Trump de processar o *The Wall Street Journal* pela reportagem sobre as suas ligações ao criminoso sexual condenado, Jeffrey Epstein⁷¹ e o *New York Times* devido à reportagem sobre as suas finanças pessoais e sobre a

FIGURA 25. EUA – INDICADORES COM ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS



A Figura 25 apresenta os indicadores que registaram alterações substanciais e estatisticamente significativas desde o início do processo de autocratização. As cores indicam a que subcomponente do Índice de Democracia Liberal pertence cada indicador. Os indicadores com alterações insignificantes são representados por marcadores sem identificação.

eleição de 2024;⁷² a decisão do Departamento de Defesa de exigir a jornalistas que publiquem apenas informações “autorizadas”; e a sugestão de Trump de que ser anti-Trump é “provavelmente ilegal”.⁷³

A organização sem fins lucrativos, Reporters without Borders (RSF), lista numerosas ações que enfraquecem a liberdade de expressão e dos meios de comunicação social sob a presidência de Trump, que vão desde a eliminação da fiscalização governamental da desinformação; passando pela agressão e detenção de centenas de jornalistas; pela supressão de informação governamental; até ao corte de financiamento à radiodifusão pública. A RSF testemunha que “o presidente dos EUA, cada vez mais repressivo, está a caminho de se juntar ao grupo dos maiores inimigos da liberdade de imprensa a nível mundial”.⁷⁴

SUPRESSÃO DE VOZES DISSIDENTES

A liberdade de expressão para indivíduos também está destabilizada nos EUA, como ilustrado pelo indicador de liberdade de discussão (Figura 25).

Tanto a Amnistia Internacional⁷⁵ como a *American Civil Liberties Union* (ACLU),⁷⁶ têm manifestado preocupação quanto à repressão das vozes dissidentes. Como é de conhecimento geral, unidades da Guarda Nacional e dos Fuzileiros Navais impediram manifestações civis, especialmente em cidades governadas por democratas,⁷⁷ e o Presidente Trump ameaçou recorrer a “força considerável” contra os manifestantes.⁷⁸

Todavia, 7 milhões de pessoas participaram nas 2700 manifestações no dia “No King Days”, a 18 de outubro, para protestar o que a organização →

64 www.theguardian.com/us-news/2026/mar/05/trump-justice-department-politicization

65 O nome completo do índice é Liberdade de Expressão e Fontes Alternativas de Informação.

66 www.nytimes.com/2017/02/17/business/trump-calls-the-news-media-the-enemy-of-the-people.html

67 edition.cnn.com/2024/10/22/media/trump-strip-tv-station-licenses-punish-media/index.html

68 roberthubbell.substack.com/p/we-are-engaged-in-the-serious-business

69 <https://www.trumpactiontracker.info/>

70 www.huffpost.com/entry/white-house-kicks-out-huffpost-reporter-from-press-pool_n_67be9224e4b0d509934aa224; edition.cnn.com/2025/02/25/media/white-house-correspondents-pool/index.html

71 www.nytimes.com/2025/07/18/business/media/trump-sues-wall-street-journal-epstein.html

72 www.nytimes.com/2025/10/17/business/media/trump-lawsuit-new-york-times.html

73 www.independent.co.uk/news/world/americas/us-politics/trump-seth-meyers-truth-social-rant-b2856783.html

74 rsf.org/en/one-year-trump-s-second-term-increasingly-repressive-us-president-track-join-ranks-world-s-worst

75 www.amnestyusa.org/reports/ringing-the-alarm-bells-rising-authoritarian-practices-and-erosion-of-human-rights-in-the-united-states/

76 www.aclu.org/issues/free-speech/rights-protesters/repression-peaceful-protest/

77 capitalnews.org/trump-national-guard-city-updates/

78 www.aclu.org/news/human-rights/the-targeted-chaos-of-trumps-attacks-against-international-human-rights-law-and-justice

descreve como a agenda “autoritária” do Presidente Trump.⁷⁹ Este é um sinal de resistência face à autocratização.

AUMENTO DO CONTROLO SOBRE A ACADEMIA

Os dados do V-Dem mostram uma diminuição substancial associada à liberdade de expressão académica e cultural (Figura 25). A ofensiva do atual governo contra o meio académico inclui a redução de autonomia, a restrição da liberdade de investigação e de ensino, a politização do conteúdo académico e a utilização do financiamento federal como arma.⁸⁰

Em particular, a administração Trump tem utilizado o financiamento federal e a acreditação para obrigar as universidades a dismantlar programas DEI e a restringir atividades pró-Palestina,⁸¹ e procura reformular profundamente os processos de admissão, contratação e gestão de protestos.⁸² Várias universidades chegaram a um acordo com a administração para restabelecer a estabilidade financeira.⁸³

Associações livres – mas não isentas de atos de repressão

- **Não existem restrições oficiais aos partidos políticos ou às organizações da sociedade civil (OSC), no entanto o governo está a levar a cabo uma ofensiva contra as organizações que se opõem à sua agenda.**

A liberdade de associação garante que os partidos políticos se podem formar, funcionar e participar em eleições, e que as OSC se podem formar, funcionar e obter financiamento livremente.

De modo geral, o índice de **Liberdade de Associação** regista uma alteração ligeira em 2025, caindo de 0,94 em 2024 para 0,91 em 2025 (Figura 25, painel direito). O declínio deve-se ao agravamento do indicados que medem a repressão da sociedade civil (Figura 25)..

AUMENTO DA REPRESSÃO À SOCIEDADE CIVIL

A repressão das OSC (Organizações da Sociedade Civil) tem vindo a aumentar (Figura 25). A Casa Branca ameaçou “perseguir” grupos liberais ou de esquerda,⁸⁴ classificou a Antifa como uma organização terrorista,⁸⁵ e acusou legisladores do Partido Democrata de comportamento sedicioso “punível com pena de morte”.⁸⁶ Os poderes reguladores e orçamentais federais são cada vez mais utilizados para obrigar a sociedade civil a aderir aos objetivos do governo.⁸⁷

No início de 2025, o Presidente Trump revogou a lei executiva histórica da era dos Direitos Civis, assinada pelo Presidente Lyndon Johnson,⁸⁸ substituindo-a pela proibição de iniciativas DEI para prestadores de serviços federais - classificadas como “discriminatórias com base na raça”. A administração está a reverter o significado fundamental dos direitos civis e a pressionar organizações - incluindo a Associação dos Advogados Americanos - a restringir práticas inclusivas.⁸⁹

O governo assumiu o controlo do Instituto da Paz dos Estados Unidos (USIP), apesar de este alegar ter um estatuto independente e não go-

vernamental.⁹⁰ Por fim, o dismantelamento da USAID pela administração Trump e a rescisão de mais de 90% dos seus contratos no início de 2025⁹¹ provocaram crises operacionais e financeiras em muitas organizações da sociedade civil sediadas nos EUA.⁹²

As eleições permanecem em grande parte inalteradas – por enquanto

- **Os aspetos eleitorais da democracia nos EUA não registaram mudanças em 2025, uma vez que estes apenas são reavaliados em anos eleitorais, no entanto existem sinais de alerta em relação às eleições intercalares de 2026.**

A componente eleitoral do IDL inclui o sufrágio, os representantes eleitos e as eleições limpas (livres, justas e rigorosas). O Índice Sufrágio e Representantes Eleitos permanece inalterado há mais de 50 anos. O Índice de Eleições Limpas é composto quase inteiramente por indicadores específicos relacionados com as eleições, apenas avaliados em anos eleitorais, pelo que não foram registadas alterações desde as eleições de 2024 (ver Figura 24, painel direito). Deste modo, os EUA permanecem estáveis a nível de qualidade das eleições no final de 2025, o que impede que o IDL continue a descer.

Todavia, tendo em conta o deteriorar da qualidade das eleições durante o primeiro mandato de Trump (ver Figura 22), os aspetos eleitorais da democracia merecem uma análise mais aprofundada.

ELEIÇÕES DURANTE O PRIMEIRO MANDATO DE TRUMP – TRUMP 1.0

Durante o primeiro mandato de Trump, os indicadores para a violência eleitoral, intimidação governamental durante as eleições, irregularidades eleitorais e autonomia do órgão de gestão eleitoral regrediram.

Trump e os seus aliados questionaram a legitimidade dos resultados eleitorais de 2020 com alegações infundadas de fraude;⁹³ pressionaram os responsáveis eleitorais para que “encontrassem” votos ou se recusassem a certificar os resultados;⁹⁴ e intentaram dezenas de ações judiciais em estados decisivos contestando os resultados eleitorais, sendo que quase todas foram indeferidas por falta de provas.⁹⁵ A 6 de janeiro, milhares de apoiantes de Trump invadiram o Capitólio, com o objetivo de impedir que o Congresso certificasse a vitória do presidente eleito, Joe Biden, mas acabando por não o conseguir.⁹⁶

TRUMP 2.0 PROCURA CONTROLO SOBRE AS ELEIÇÕES

As medidas tomadas em 2025 levantam questões sobre a integridade das eleições intercalares de 2026. Isto diz respeito, sobretudo, às tentativas de impor controlo federal sobre os processos eleitorais, que, de acordo com a Constituição, devem ser descentralizados e geridos pelos estados.

O Departamento de Justiça (DOJ) solicitou registos eleitorais e listas de recenseamento eleitoral a quase todos os estados e processou os 24 que se recusaram a cumprir.⁹⁷ O FBI executou um mandado de busca no armazém eleitoral do condado de Fulton, na Geórgia⁹⁸ - o centro das alegações de fraude eleitoral em janeiro de 2021, após Trump ter tentado persuadir o Secretário de Estado da Geórgia a “encontrar” votos suficientes.⁹⁹ A ação do FBI

79 edition.cnn.com/politics/live-news/no-kings-protests-trump-news-10-18-25

80 www.ohchr.org/en/press-releases/2025/06/political-interference-us-education-undermines-academic-freedom-and

81 www.nytimes.com/article/trump-university-college.html

82 www.theguardian.com/us-news/2025/mar/21/columbia-university-funding-trump-demands

83 *ibid*

84 www.reuters.com/legal/government/trumps-war-left-inside-plan-investigate-liberal-groups-2025-10-09/

85 www.dw.com/en/trump-labels-antifa-as-domestic-terrorist-organization/a-74102698

86 www.politico.com/live-updates/2025/11/20/congress/trump-democratic-lawmakers-sedition-00661504

87 lawreview.law.miami.edu/recap-attacks-on-civil-society-professor-genevieve-lakier/

88 www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/ending-illegal-discrimination-and-restoring-merit-based-opportunity/

89 lawreview.law.miami.edu/recap-attacks-on-civil-society-professor-genevieve-lakier/; www.highereddive.com/news/aba-faces-doj-wrath-over-law-school-diversity-requirements/742091/

90 www.npr.org/2025/03/18/g-s1-54569/us-institute-of-peace-trump-doge

91 www.hrw.org/news/2025/02/28/us-trump-administration-guts-foreign-aid

92 www.globalpolicyjournal.com/blog/20/03/2025/consequences-and-implications-international-development-assistance-sector-closure

93 www.pbs.org/newshour/politics/trump-indicted-for-efforts-to-undermine-the-2020-election/

94 www.theguardian.com/us-news/2021/jan/03/trump-georgia-raffensperger-call-biden-washington-post/

95 eu.usatoday.com/story/news/politics/elections/2024/09/10/donald-trump-2020-election-claims-fact-check/75168089007/

96 www.nytimes.com/live/2021/01/06/us/electoral-vote/

97 www.brennancenter.org/our-work/research-reports/tracker-justice-department-requests-voter-information

98 www.theguardian.com/us-news/2026/jan/28/fbi-search-warrant-fulton-county-georgia/

99 www.washingtonpost.com/politics/trump-raffensperger-call-transcript-georgia-vote/2021/01/03/2768e0cc-4ddd-11eb-83e3-322644d82356_story.html

neste condado é outro sinal preocupante antes das eleições intercalares.¹⁰⁰

Em março de 2025, Trump assinou uma ordem executiva sobre a integridade eleitoral que exigia provas de cidadania para registo eleitoral, uma revisão federal das máquinas de votação eletrônica e a restrição do voto por correspondência – tudo isto sem a aprovação do Congresso.¹⁰¹ Os observadores defendem que o decreto viola a Constituição.¹⁰² Diversas medidas deste género foram bloqueadas e outras estão ainda a ser contestadas em tribunais federais.¹⁰³ Porém, o Partido Republicano está a pressionar no Congresso para que as alterações que Trump pretende sejam aprovadas.¹⁰⁴

Existem também indícios de que funcionários eleitorais têm sofrido de assédio e que quase 40% dos mesmos abandonaram os seus cargos desde as eleições de 2020,¹⁰⁵ tendo alguns deles manifestado preocupação quanto à organização das eleições intercalares de 2026.¹⁰⁶

Por fim, alguns observadores temem que as eleições intercalares estejam a perder importância: legislação importante é quase exclusivamente impulsionada pelo Presidente, enquanto o Supremo Tribunal permitiu, em mais de uma ocasião, que o poder executivo contornasse o Congresso.¹⁰⁷

O que seria necessário para o processo de democratização após fase autocratizadora?

O que seria necessário para parar o processo de autocratização dos EUA

e reverter a situação? Cerca de 70% de todos os episódios de autocratização na “terceira volta” foram revertidos, tornando-se assim processos de democratização após fase autocratizadora.¹⁰⁸ As eleições constituíram frequentemente momentos cruciais de oportunidade e o primeiro ciclo eleitoral revelou-se muitas vezes decisivo.

Estudos revelam que não existe uma fórmula única para iniciar o processo de democratização após fase autocratizadora, mas a combinação de três fatores essenciais parece ser importante: (i) **salvaguardas institucionais fortes** que funcionem como “travões” à autocratização: integridade eleitoral, restrições judiciais e restrições legislativas; (ii) uma **ação social robusta** que sirva de “motor” ao renascimento democrático: oposição unida, sociedade civil forte e ativa, meios de comunicação social independentes e protestos em massa não violentos e sustentados a favor da democracia; e (iii) **agir atempadamente**, uma vez que a maioria dos processos de democratização após fase autocratizadora ocorre por volta do final do primeiro ciclo eleitoral.¹⁰⁹

Nos EUA, o sistema judicial - e, no final, o Supremo Tribunal - será provavelmente fundamental para travar os avanços autocráticos da administração Trump. E as estruturas federais - governos estatais e poderes judiciais estatais - podem funcionar como mecanismo de controlo do governo federal, em particular no que diz respeito à administração das eleições federais. ■



Um manifestante enquanto a polícia desimpede uma rua após ter sido declarada uma “reunião ilegal”, a 14 de junho de 2025, em Los Angeles, Califórnia. (Mario Tama/Getty Images)

100 www.bloomberg.com/opinion/articles/2026-01-31/fbi-georgia-ballot-raid-is-about-2026-not-the-2020-election/

101 www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/03/preserving-and-protecting-the-integrity-of-american-elections/

102 www.brennancenter.org/our-work/research-reports/trump-administrations-campaign-undermine-next-election

103 www.brennancenter.org/our-work/research-reports/status-trumps-anti-voting-executive-order/

104 thehill.com/homenews/house/5712698-house-republicans-election-reform-bill/

105 www.npr.org/2025/08/20/nx-s1-5503954/turnover-election-officials-trump/

106 edition.cnn.com/2025/08/02/politics/trump-elections-pressure-campaign/

107 bylinetimes.com/2026/01/22/trump-has-already-rigged-the-2028-presidential-election-us-defence-insider/

108 Nord, M., et al. 2025. “When Autocratization is Reversed: Episodes of U-Turns since 1900.” *Democratization* 32(5).

109 Nord, M., and S.I. Lindberg. 2025. “U-Turns – The Hope for Democratic Resilience.” V-Dem Institute Policy Brief 42.

V-Dem em Números

ONDE SÃO UTILIZADOS OS DADOS V-DEM?



A base de dados V-Dem foi descarregada por utilizadores **445.000 vezes** em **mais de 200 países** desde 2016.



≈**400,000** downloads to *Relatório da Democracia 2025*



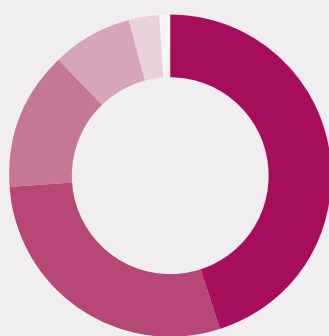
37 million de gráficos foram criados com ferramentas online por utilizadores em **mais de 200 países** desde 2016.



Padrões Globais, Conhecimento Local:
61% dos especialistas são nascidos ou estão a residir no país que codificam.

DOWNLOADS DA BASE DE DADOS (2016-2025)

445,000



- Europa, 45%
- América do Norte, 29%
- Ásia, 14%
- América Latina, 8%
- África, 3%
- Oceânia, 1%

V-DEM É UMA INICIATIVA INTERNACIONAL COMPOSTA POR

23

GESTORES DE PROJETO

26

GESTORES REGIONAIS

134

COORDENADORES NACIONAIS

4,200+

ESPECIALISTAS NACIONAIS

8

COLABORADORES NO INSTITUTO V-DEM

5

INVESTIGADORES PRINCIPAIS

A TRABALHAR EM CONJUNTO PARA PRODUIR

31,000,000

DADOS NA BASE DE DADOS V16

CODIFICADORES ESPECIALIZADOS NASCIDOS EM 186 PAÍSES DIFERENTES

4,200+



Média dos anos passados no país codificado: 30



Percentagem de codificadores com doutoramento
77%



Média de idades:
51 anos



Género:
70% Homens,
30% Mulheres

PUBLICAÇÕES V-DEM E APRESENTAÇÕES A COMUNIDADES ACADÉMICAS E POLÍTICAS

10

RELATÓRIO DA DEMOCRACIA

41

RELATÓRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1,030+

APRESENTAÇÕES EM TODO O MUNDO POR ACADÉMICOS DA EQUIPA V-DEM DESDE 2007

231

ARTIGOS CIENTÍFICOS

154

WORKING PAPERS

130+

ACADÉMICOS CONVIDADOS FIZERAM APRESENTAÇÕES NO INSTITUTO V-DEM DESDE 2014

Lista de observação do Relatório da Democracia 2026

- **8 países estão na lista de observação como potenciais autocratizadores.**
- **3 países estão na lista de observação como potenciais democratizadores.**

A iniciativa da **Lista de Observação** do *Relatório da Democracia* identifica países aos quais a comunidade internacional poderá decidir prestar especial atenção. Estes são países que apresentam sinais de alerta de se tornarem autocratizadores ou democratizadores - já percorreram pelo menos três quartos do caminho (0,075) até ao limiar de 0,1 do ERT no IDE para se considerarem oficialmente num episódio. Estes países estão assinalados com áreas sombreadas a vermelho-escuro e azul-escuro na Figura A1.

Os sete países que estão muito perto de se tornarem autocratizadores são: a **Bulgária**, **Chipre**, a **Namíbia**, **Portugal**, a **Rússia**, a **Serra Leoa**, o **Sudão** e **Vanuatu**. Três dos oito países são novos na Lista de Observação deste ano: Bulgária, Portugal e Vanuatu. Destes, Vanuatu registou a segunda maior queda anual em 2025 (a seguir aos EUA). A Serra Leoa e o Sudão apareceram na lista de autocratizadores do ano passado e estão apenas marginalmente acima do limiar atualmente. O Chipre, a Namíbia

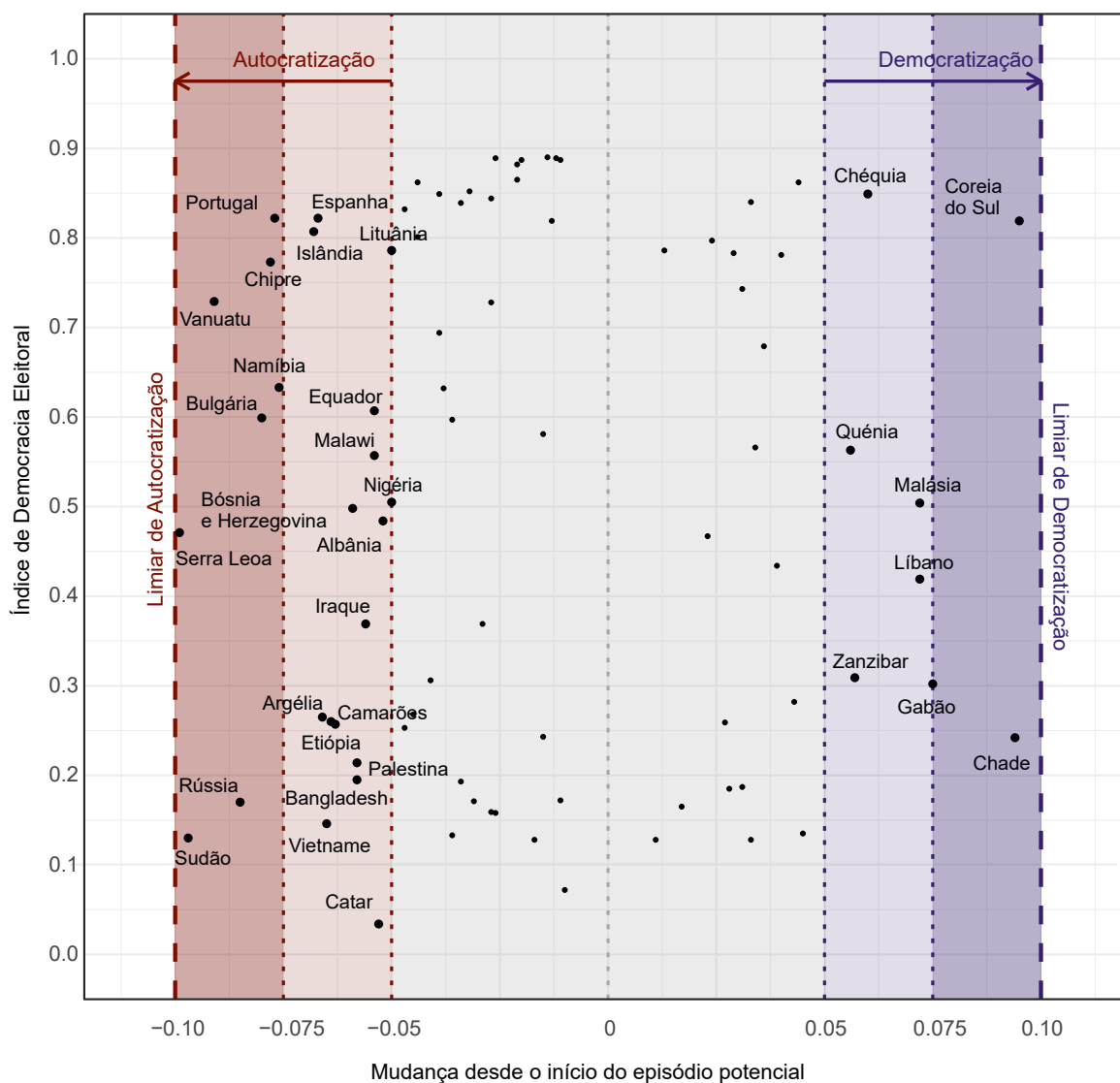
e a Rússia encontravam-se na Lista de Observação já no ano passado (ver Relatório da Democracia 2025).

Os três países que estão no limite para se tornarem democratizadores são: **Chade**, **Gabão** e **Coreia do Sul**. Todos os três países são potenciais processos de democratização após fase autocratizadores. Destes, a Coreia do Sul é o país que mais se aproxima de ser classificado como democratizador, depois de ter sido considerado autocratizador há apenas um ano. O Chade e o Gabão restabeleceram eleições e governos civis após golpes militares ocorridos em 2021 e 2023, respetivamente

A Lista de Observação identifica adicionalmente os chamados “**casos limite**” - países que estão, pelo menos, a *meio caminho* de se tornarem autocratizadores ou democratizadores (as alterações situam-se entre 0,05 e 0,1 na escala IDE de 0 a 1). Os “casos limite” de autocratização estão representados com a zona sombreada a vermelho e os “casos limite” de democratização com a área sombreada a azul (ver Figura A1).

Em 2025, existem 24 “casos limite” de autocratização e oito casos limite” de democratização. ■

FIGURA A1. LISTA DE OBSERVAÇÃO 2026: POTENCIAIS AUTOCRATIZADORES E DEMOCRATIZADORES



A Figura A1 apresenta os países identificados como potenciais autocratizadores (vermelho) ou potenciais democratizadores (azul), em 2025. As áreas a vermelho-claro e azul-claro assinalam todos os “casos limite”, enquanto as áreas a vermelho-escuro e azul-escuro assinalam os países que se encontram na Lista de Observação do Relatório da Democracia. Os “casos limite” são identificados utilizando a metodologia da ERT, mas com um limiar mais baixo (ou seja, 0,05 em vez de 0,1 no IDE), enquanto a Lista de Observação está reservada para os países que estão acima do limiar de 0,075. As alterações inferiores a 0,05 no IDE (área cinzenta) são tratadas como ruído nos dados.

Co-investigadores principais do V-Dem: Comentário ao Relatório sobre a Democracia

Autores: Michael Coppedge, John Gerring, Carl Henrik Knutsen, Jan Teorell

O projeto Variedades da Democracia (V-Dem) envolve investigadores e especialistas nacionais a trabalhar em instituições de todo o mundo. A base de dados V-Dem é o principal resultado. Desde 2017, o Instituto V-Dem em Gotemburgo também publica o anual Relatório da Democracia (RD). Desde 2024, nós - quatro de cinco Investigadores Principais do V-Dem - escrevemos um breve comentário para cada RD.

Começamos pelo óbvio: existem muitas formas de interpretar os dados do V-Dem, e cada uma delas tende a sugerir conclusões algo diferentes sobre o estado da democracia no mundo. Tal como em comentários anteriores, não colocamos em causa a qualidade dos dados do V-Dem, que consideramos muito elevada. Também concordamos com grande parte da análise feita pelos autores do RD. No entanto, questionamos algumas escolhas - relacionadas com o uso de determinados procedimentos de agregação, a atenção insuficiente face à incerteza e o uso de linguagem exagerada - que conduzem a interpretações que não subscrevemos. De forma mais direta, consideramos que certas conclusões, por exemplo sobre a dimensão do declínio recente da democracia a nível global, são exageradas e carecem de nuance.

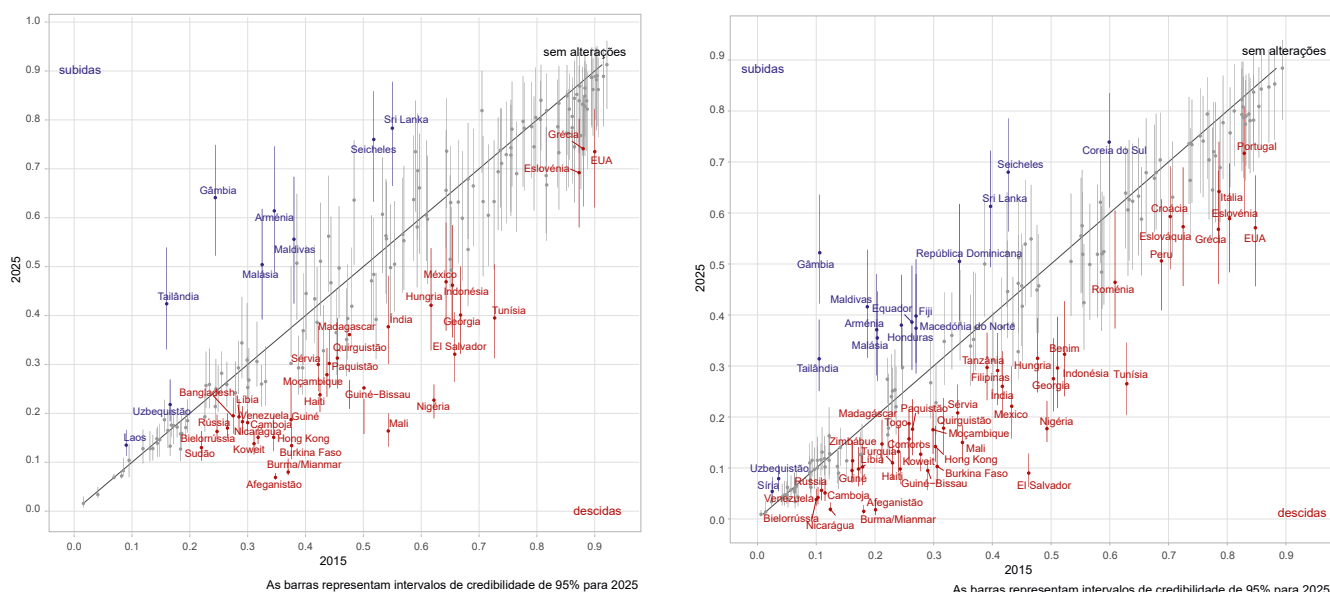
Algumas questões mais específicas que desenvolvemos em comentários anteriores continuam a ser relevantes. O RD enfatiza tendências médias globais, frequentemente ponderadas pela população. Assim, países muito populosos, como a Índia ou EUA, podem estar a influenciar grande parte da tendência apresentada.

O RD dá ênfase às mudanças entre categorias no esquema Regimes do Mundo, desenvolvido por Lührmann et al. (2018). Como estas categorias se baseiam em índices contínuos (os índices de Democracia Eleitoral e Democracia Liberal do V-Dem), os pontos de separação são arbitrários. Países agrupados na mesma categoria (por exemplo, como “democracias eleitorais”) podem ser bastante diferentes entre si, enquanto países colocados em categorias distintas podem ser bastante semelhantes. Remetemos para o nosso comentário no RD do ano passado para uma discussão mais detalhada sobre as limitações desta abordagem.

O RD dedica também considerável atenção aos “episódios” de transformação de regime. Em vez de comparar todos os países ao longo de um período temporal fixo (como fazemos abaixo), identifica pontos específicos de início e fim para cada país que são, em muitos aspetos, arbitrários e que podem igualmente influenciar interpretações sobre, por exemplo, desenvolvimentos democráticos recentes ou ainda em curso.

De forma geral, preferimos uma abordagem mais desagregada que tem em consideração cada país de igual forma e considera a incerteza. Note-se que o V-Dem gera centenas de indicadores para cada país e ano. Esta riqueza de informação significa que podemos aprender ao analisar as componentes e subcomponentes da democracia, que muitas vezes são elucidativos sobre as formas como os regimes se estão a transformar e sobre quais poderão ser as causas dessas mudanças, revelando um quadro mais complexo da evolução democrática no mundo do que aquele que é visível através dos índices agregados.

FIGURA 1. COMPARAÇÃO DAS PONTUAÇÕES EM 2015 E 2025 PARA O ÍNDICE DE DEMOCRACIA ELEITORAL (PAINEL ESQUERDO) E ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL (PAINEL DIREITO) DO V-DEM



Os países abaixo da linha diagonal registam uma menor pontuação em 2025 do que em 2015; os países acima da linha diagonal têm pontuações mais elevadas. As linhas verticais representam a incerteza (intervalos de credibilidade de 95%) para as pontuações de 2025.

A desagregação das tendências globais em tendências específicas de cada país também revela informações importantes. Na Figura 1, apresentamos todas as pontuações dos países para 2015 e 2025, classificando-os de acordo com alterações positivas (azul) ou negativas (vermelho) no índice de Democracia Eleitoral (IDE) do V-Dem. Esta figura mostra as mudanças reais que ocorreram ao longo da última década - mais a vermelho do que a azul - enquanto nos lembra que a maioria dos países não registou alterações significativas.

Entre 2024 e 2025, a média global no Índice de Democracia Eleitoral (IDE) do V-Dem diminuiu de 0,485 para 0,483, enquanto a média no Índice de Democracia Liberal (IDL) caiu de 0,374 para 0,372. Estas são alterações relativamente pequenas, e vale a pena salientar que os resultados do IDL para 175 dos 179 países não se alteraram de forma estatisticamente significativa.

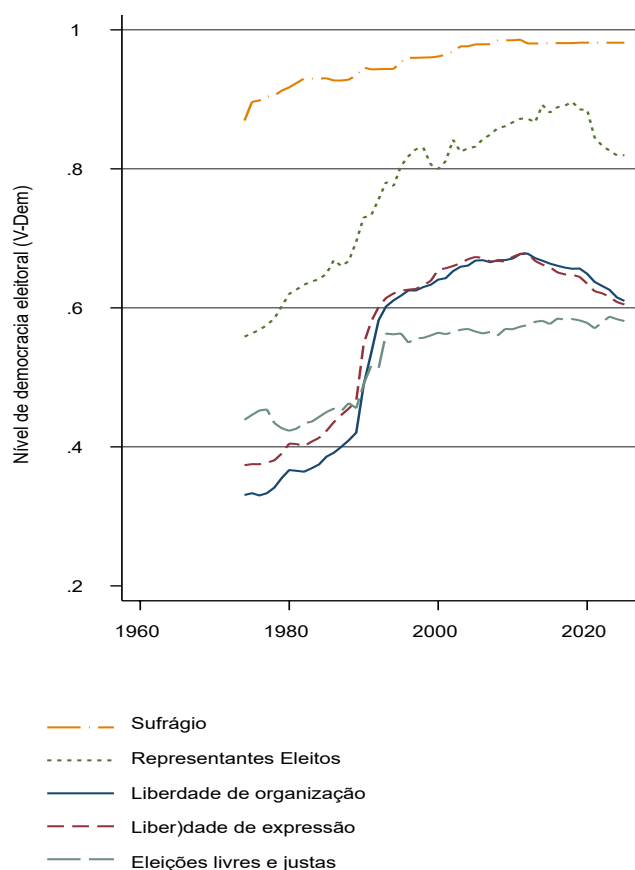
A grande notícia é que os Estados Unidos desceram de 0,84 para 0,74 no índice de Democracia Eleitoral (IDE) e de 0,75 para 0,57 no índice de Democracia Liberal (IDL) - a maior queda anual na história dos EUA. Isto deve-se sobretudo a um declínio da liberdade dos meios de comunicação social e ao falhanço do Congresso em responsabilizar o poder executivo, combinado com alguma perda de independência do sistema judicial, assim como com o enfraquecimento do Estado de direito e da proteção das liberdades civis. Outros indicadores relacionados com a qualidade das eleições, a liberdade de associação, os representantes eleitos ou o direito de voto não sofreram alterações durante o ano, o que também ajuda a explicar por que razão o IDE caiu menos do que o IDL.

Concluimos apresentando um exemplo de como as medidas específicas do V-Dem podem gerar perspectivas úteis sobre desenvolvimentos democráticos recentes, com potenciais implicações para a avaliação da resiliência da democracia. Na Figura 2, desagregamos o IDE nos seus componentes constituintes e mostramos as médias globais de cada componente ao longo dos últimos 50 anos. Introduzimos um ajuste importante: para o índice de Eleições Limpas, a amostra é limitada aos países onde as eleições estão efetivamente em curso ($v2x_elecrag = 1$).

Ao observar de perto os desenvolvimentos mais recentes, há três aspetos que se destacam na Figura 2. Em primeiro lugar, o recente declínio global da democracia não está relacionado com restrições ao sufrágio, nem com uma diminuição da integridade eleitoral nos locais onde as eleições acontecem realmente. Em segundo lugar, a tendência descendente começa com uma redução em dois componentes da democracia eleitoral que não estão diretamente ligados à realização das eleições: a liberdade de expressão e a liberdade de organização. A diminuição destas liberdades reflete sobretudo uma degradação da qualidade da democracia em países onde as eleições continuam a existir. O processo subjacente a esta parte da tendência descendente pode muito bem ser descrito pelo conceito que Nancy Bermeo denominou "engrandecimento do poder executivo" (Bermeo 2016); normalmente, o líder ou partido no poder ataca as liberdades democráticas a partir do interior do próprio sistema político. No entanto, e de forma relevante, a tendência estável do índice de Eleições Limpas na Figura 1 sugere que estes processos não conduziram, em média e a nível global, a uma diminuição significativa da integridade eleitoral ao longo da última década.

A terceira e mais recente tendência referente ao declínio democrático, que tende a ser ignorado devido à atenção excessiva dada ao que se passa em países de maior visibilidade, como os EUA, é a diminuição do grau em que um país é governado por representantes eleitos. O declínio neste índice é mais recente e reflete, em larga medida, o retorno de golpes de

FIGURA 2. PONTUAÇÕES DAS SUBCOMPONENTES NO ÍNDICE DE DEMOCRACIA ELEITORAL

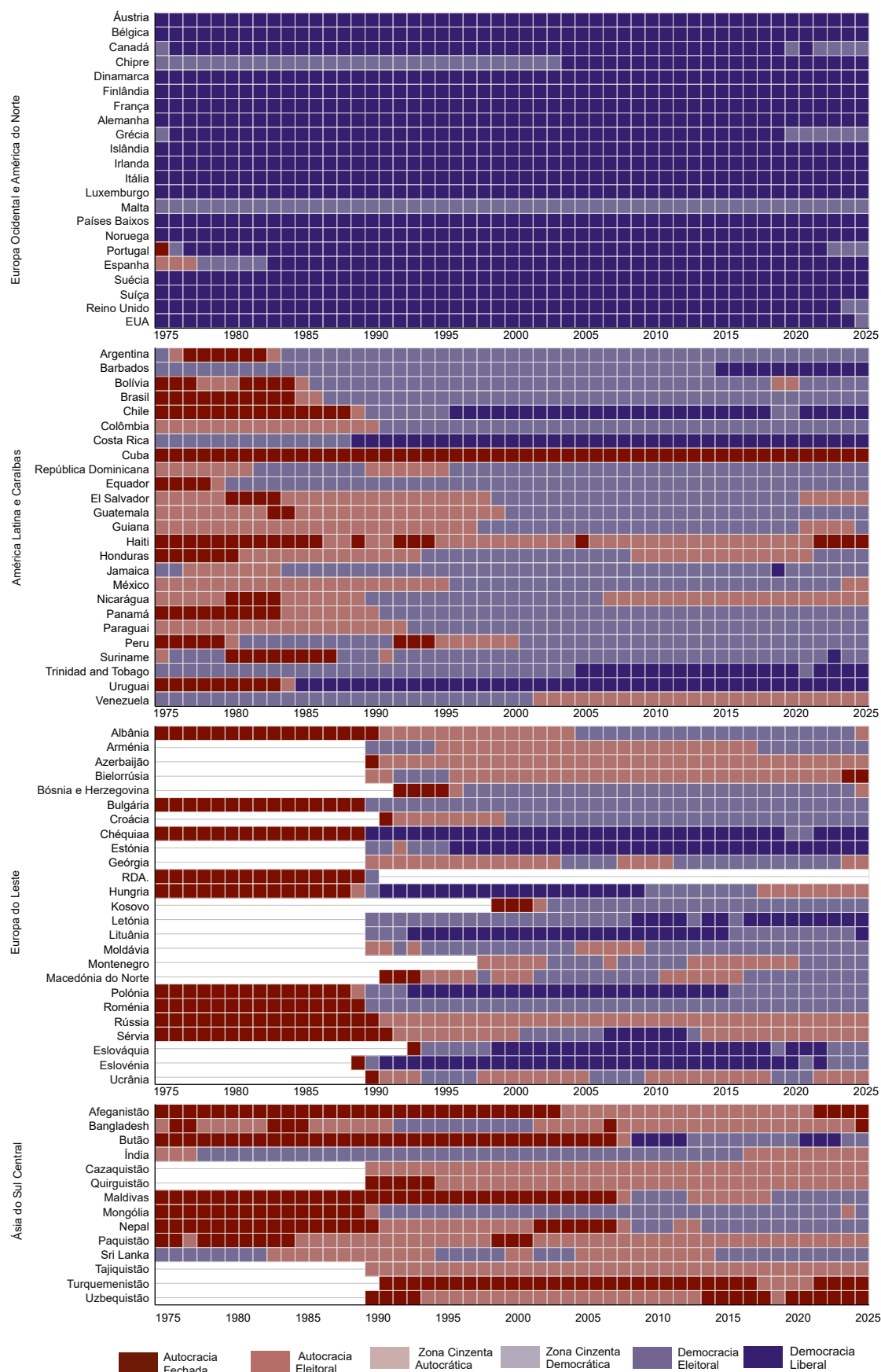


Estado (não necessariamente, mas por vezes, golpes militares), ou seja, tomadas de poder por partes externas que substituem os representantes eleitos e anulam completamente as eleições. Os países relevantes estão, no entanto, localizados fora da Europa e da América do Norte. Mais especificamente, referimo-nos à zona do Sahel (Mali, Chade, Burkina Faso e Níger) ou ao Sul ou Sudeste Asiático (Mianmar e Afeganistão). Trata-se de um declínio da democracia que se distingue claramente do engrandecimento do poder executivo, impulsionado pelos titulares dos cargos, e que merece maior atenção e escrutínio no futuro.

Concluimos salientando que os dados do V-Dem cobrem apenas aquilo que já aconteceu. A versão 16 da base de dados termina no ano civil de 2025. O que acontecerá no futuro permanece desconhecido. Não sabemos se as eleições nos Estados Unidos continuarão a ser livres e justas, ou se o Bangladesh concluirá a transição para uma democracia de elevada qualidade. O passado nem sempre serve de prelúdio ao futuro. Este é um ponto importante, porque as tendências atuais são frequentemente extrapoladas e sobre-interpretadas. Naturalmente, não há nada de errado em fazer previsões; precisamos de antecipar o futuro para podermos definir um rumo de ação no presente. No entanto, esse não é o nosso objetivo aqui. Ao divulgar o conjunto de dados atual, o nosso objetivo é fornecer os melhores dados possíveis. Estes podem servir de base para previsões, mas isso ultrapassa o âmbito deste breve relatório. O rumo atual da democracia deve ser distinguido do seu rumo futuro. ■

TABELA A1. HISTÓRIA DOS REGIMES DO MUNDO POR PAÍS-ANO, 1975–2025

Os países estão divididos em regiões políticas. As regiões com maior densidade populacional que vive em democracias são colocados numa posição superior. A figura mostra a história dos Regimes do Mundo (RoW) nos últimos 50 anos, 1975–2025, para cada país. Cada azulejo corresponde a um ano e utilizamos o pacote PanelView R desenvolvido por Mou, Liu e Xu (2022) para visualizar a história do RoW. A tipologia está publicada em Lüthmann et al. 2018. *Regimes of the World (RoW), Politics and Governance* 6(1).



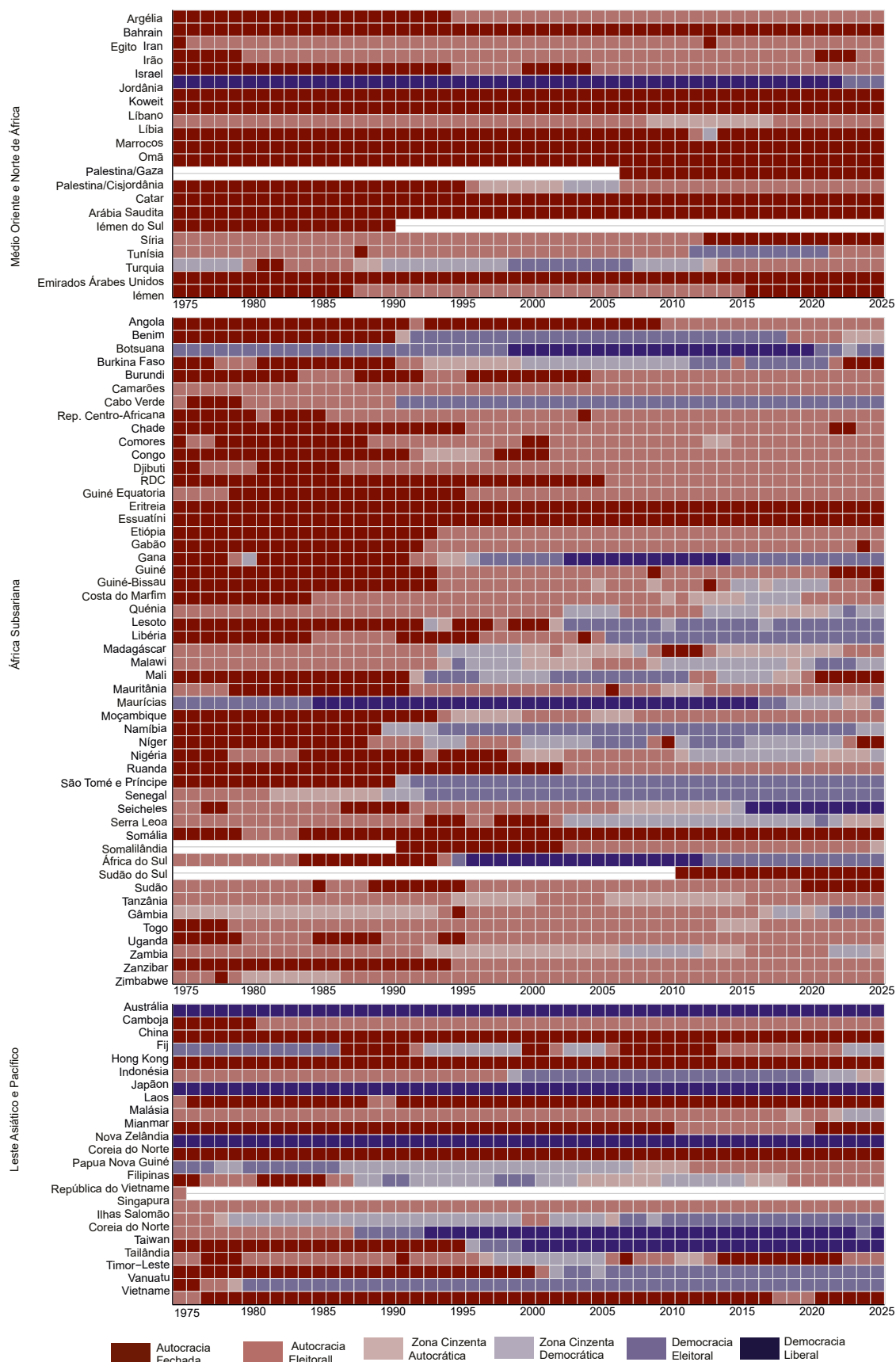


FIGURA A2. PAÍSES POR PONTUAÇÃO NO ÍNDICE V-DEM DE DEMOCRACIA LIBERAL (IDL), 2015 EM COMPARAÇÃO COM 2025**Primeiros 50% de países**

A Figura A2 mostra a pontuação de cada país no IDL em 2025, por ordem de classificação, assim como a alteração registrada em comparação com 2015. Os nomes dos países estão realçados a azul se um país registrar uma melhoria substancial e estatisticamente significativa quando comparado com os níveis de 2015 (15 países); e a laranja-vermelho se um país registrar uma deterioração substancial e estatisticamente significativa quando comparado com os níveis de 2015 (48 países). Os países estão divididos em grupos, dos principais 10 a 50% e dos últimos 50 aos 10%.



Últimos 50% de países

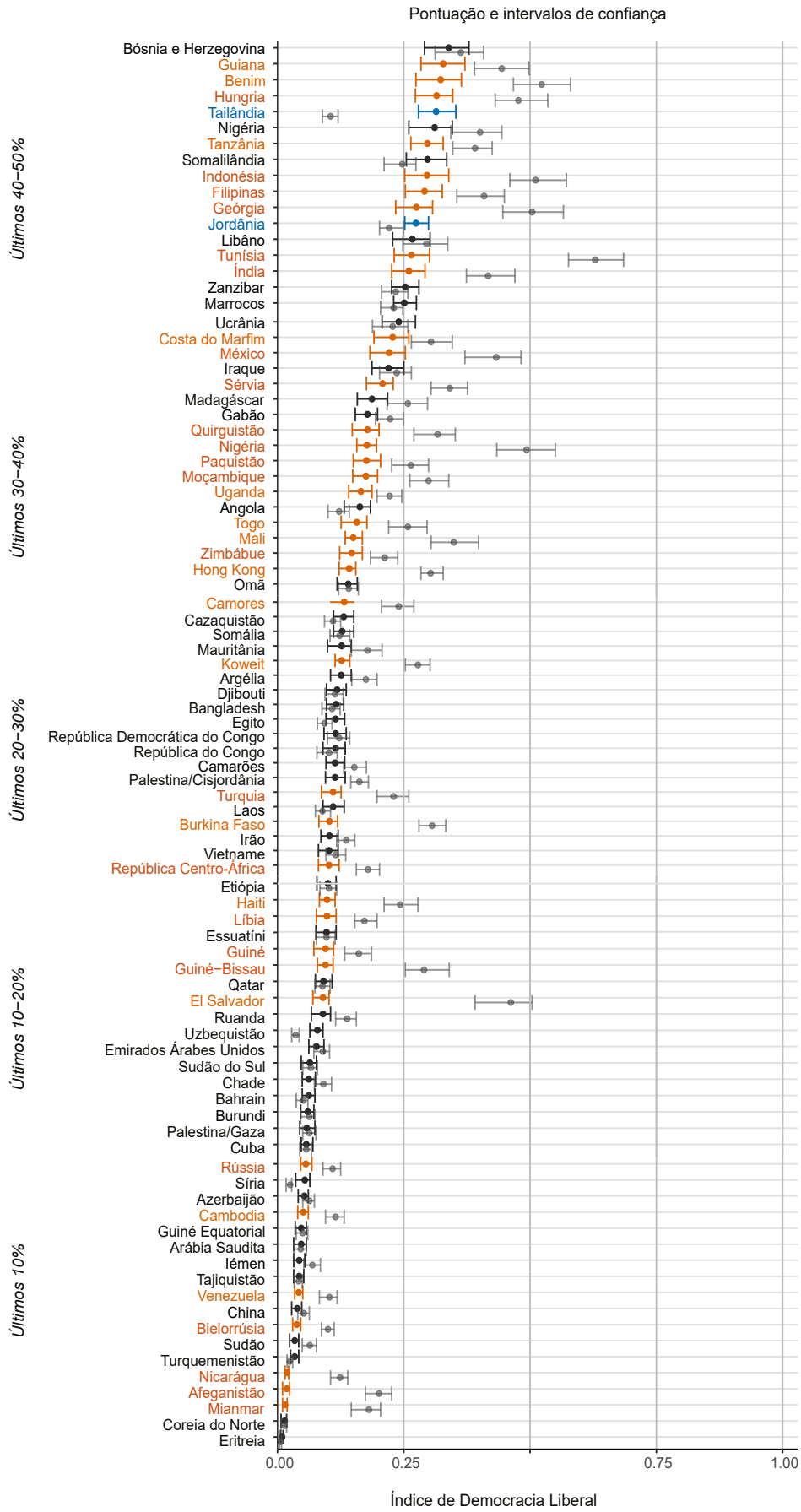


TABELA A2. PONTUAÇÕES POR PAÍS NO ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL (IDL) E EM TODOS OS ÍNDICES DE COMPONENTES, 2025

↑ Indica que a pontuação de um país melhorou nos últimos 10 anos, substancialmente e a um nível estatisticamente significativo
 ↓ Indica que a pontuação de um país diminuiu nos últimos 10 anos, de forma substancial e a um nível estatisticamente significativo
 DP+/- Indica o desvio padrão para indicar o nível de incerteza

Países	Índice de Democracia Liberal (IDL)			Índice de Democracia Eleitoral (IDE)			Índice da Componente Liberal (ICL)			Índice da Componente Igualitária (ICI)			Índice da Componente Participativa (ICP)			Índice da Componente Deliberativa (ICD)		
	Classificação	Pontuação	DP +/-	Classificação	Pontuação	DP +/-	Classificação	Pontuação	DP +/-	Classificação	Pontuação	DP +/-	Classificação	Pontuação	DP +/-	Classificação	Pontuação	DP +/-
Dinamarca	1	0.88	0.039	1	0.91	0.035	1	0.98	0.014	1	0.97	0.025	7	0.71	0.019	5	0.96	0.037
Suécia	2	0.85	0.041	4	0.89	0.040	2	0.98	0.015	11	0.9	0.048	14	0.65	0.025	10	0.93	0.053
Noruega	3	0.85	0.041	2	0.89	0.039	6	0.96	0.019	2	0.96	0.029	15	0.65	0.019	1	0.99	0.018
Suíça	4	0.84	0.047	7	0.88	0.042	3	0.97	0.019	6	0.94	0.038	1	0.88	0.017	2	0.98	0.019
Estônia	5	0.84	0.046	5	0.89	0.041	8	0.95	0.024	9	0.92	0.047	30	0.63	0.034	36	0.84	0.082
Irlanda	6	0.82	0.046	6	0.89	0.041	15	0.93	0.029	24	0.87	0.057	31	0.63	0.038	17	0.91	0.056
Costa Rica	7	0.81	0.046	10	0.86	0.042	9	0.95	0.022	17	0.88	0.055	26	0.64	0.039	13	0.92	0.054
Finlândia	8	0.81	0.052	12	0.85	0.048	5	0.96	0.019	33	0.81	0.064	27	0.64	0.029	20	0.9	0.063
França	9	0.80	0.051	9	0.86	0.045	14	0.94	0.027	32	0.81	0.065	32	0.63	0.041	9	0.93	0.053
Bélgica	10	0.79	0.047	3	0.89	0.038	28	0.89	0.042	7	0.93	0.039	16	0.65	0.027	30	0.86	0.073
Chéquia	11	0.79	0.051	13	0.85	0.046	10	0.95	0.026	10	0.91	0.048	51	0.59	0.047	45	0.81	0.089
Austrália	12	0.79	0.050	15	0.84	0.046	7	0.96	0.023	26	0.85	0.057	6	0.73	0.028	11	0.93	0.051
Uruguai	13	0.79	0.048	11	0.86	0.041	16	0.93	0.032	42	0.77	0.077	2	0.81	0.041	12	0.93	0.058
Nova Zelândia	14	0.79	0.050	14	0.85	0.045	13	0.94	0.030	27	0.85	0.064	42	0.61	0.056	69	0.72	0.111
Alemanha	15	0.78	0.049	21	0.83	0.047	4	0.97	0.019	5	0.94	0.035	10	0.66	0.016	3	0.98	0.022
Chile	16	0.78	0.050	18	0.84	0.047	11	0.95	0.023	55	0.73	0.081	36	0.62	0.048	8	0.93	0.048
Luxemburgo	17	0.78	0.053	8	0.87	0.045	27	0.89	0.044	3	0.95	0.041	75	0.56	0.070	4	0.97	0.031
Países Baixos	18	0.77	0.049	20	0.83	0.045	12	0.94	0.025	14	0.89	0.051	50	0.59	0.047	18	0.9	0.067
Áustria	19	0.76	0.051	17	0.84	0.046	19	0.91	0.035	25	0.86	0.057	29	0.63	0.036	29	0.87	0.070
Letônia	20	0.75	0.053	19	0.83	0.047	23	0.91	0.040	21	0.87	0.054	11	0.66	0.034	49	0.81	0.092
Espanha	21	0.74	0.051	22	0.82	0.045	20	0.91	0.040	30	0.84	0.064	28	0.64	0.033	39	0.83	0.09
Coreia do Sul	22	0.74	0.056	25	0.82	0.053	18	0.91	0.034	23	0.87	0.059	44	0.61	0.041	7	0.94	0.048
Canadá	23	0.74	0.053	16	0.84	0.047	31	0.87	0.044	62	0.7	0.080	25	0.64	0.027	52	0.79	0.100
Japão	24	0.73	0.051	24	0.82	0.047	24	0.9	0.038	4	0.94	0.036	67	0.56	0.052	21	0.9	0.058
Islândia	25	0.72	0.055	26	0.81	0.051	26	0.9	0.042	8	0.92	0.047	18	0.65	0.037	27	0.88	0.072
Portugal	26	0.72	0.054	23	0.82	0.050	33	0.87	0.041	61	0.7	0.082	62	0.57	0.054	37	0.84	0.083
Lituânia	27	0.71	0.058	30	0.79	0.058	17	0.92	0.031	20	0.88	0.050	9	0.67	0.045	34	0.84	0.084
Brasil	28	0.70	0.055	32	0.78	0.054	22	0.91	0.031	81	0.64	0.084	37	0.62	0.040	15	0.92	0.056
Taiwan	29	0.70	0.052	28	0.8	0.049	29	0.89	0.042	19	0.88	0.054	3	0.8	0.032	32	0.86	0.076
Reino Unido	30	0.69	0.054	37	0.77	0.054	25	0.9	0.033	38	0.78	0.078	24	0.64	0.036	31	0.86	0.072
Seicheles	31	0.68	0.056	39	0.76	0.057	21	0.91	0.036	31	0.83	0.074	138	0.32	0.046	6	0.95	0.041
Barbados	32	0.68	0.059	29	0.8	0.056	41	0.85	0.047	28	0.85	0.062	144	0.3	0.032	16	0.92	0.058
Jamaica	33	0.68	0.059	27	0.8	0.056	44	0.84	0.047	35	0.81	0.070	55	0.58	0.053	28	0.87	0.079
Trindade e Tobago	34	0.67	0.056	31	0.79	0.053	42	0.85	0.049	29	0.84	0.064	60	0.57	0.045	66	0.74	0.102
Chipre	35	0.66	0.056	36	0.77	0.053	35	0.86	0.048	13	0.9	0.052	66	0.56	0.051	57	0.78	0.110
Polónia	36	0.64	0.060	38	0.77	0.058	45	0.83	0.050	16	0.88	0.051	34	0.62	0.050	33	0.85	0.079
Itália	37	0.64	0.054	41	0.74	0.053	34	0.87	0.046	15	0.89	0.051	4	0.74	0.037	41	0.82	0.092
Maurícias	38	0.64	0.051	44	0.74	0.051	30	0.87	0.042	46	0.76	0.079	49	0.59	0.049	14	0.92	0.062
África do Sul	39	0.63	0.059	42	0.74	0.060	36	0.86	0.047	77	0.65	0.086	65	0.56	0.046	24	0.9	0.076
Cabo Verde	40	0.63	0.059	40	0.74	0.059	41	0.84	0.048	56	0.72	0.079	86	0.54	0.059	80	0.69	0.114
Suriname	41	0.63	0.061	35	0.78	0.058	55	0.78	0.058	51	0.74	0.072	53	0.58	0.049	56	0.78	0.093
Vanuatu	42	0.62	0.062	49	0.73	0.064	37	0.86	0.048	48	0.75	0.078	140	0.32	0.041	99	0.58	0.158
Malta	41	0.62	0.059	34	0.78	0.056	58	0.77	0.06	12	0.9	0.057	40	0.62	0.052	47	0.81	0.091
Sri Lanka	44	0.61	0.059	33	0.78	0.055	67	0.76	0.062	58	0.71	0.08	46	0.61	0.049	53	0.78	0.103
Gana	45	0.61	0.062	51	0.71	0.064	38	0.86	0.050	79	0.64	0.084	123	0.4	0.052	42	0.82	0.097
Croácia	46	0.59	0.054	56	0.69	0.057	32	0.87	0.045	41	0.78	0.078	39	0.62	0.054	78	0.7	0.110
Eslóvenia	47	0.59	0.055	54	0.69	0.057	39	0.85	0.048	18	0.88	0.053	8	0.7	0.040	19	0.9	0.059
Israel	48	0.59	0.056	53	0.69	0.059	40	0.85	0.048	39	0.78	0.077	48	0.6	0.042	73	0.71	0.108
Panamá	49	0.58	0.060	50	0.73	0.060	57	0.77	0.061	106	0.55	0.099	90	0.53	0.061	61	0.76	0.104
Eslováquia	50	0.57	0.058	48	0.73	0.056	65	0.76	0.061	49	0.75	0.077	23	0.64	0.053	134	0.37	0.123
EUA	51	0.57	0.054	47	0.74	0.052	69	0.75	0.06	94	0.57	0.093	20	0.64	0.020	91	0.61	0.126
Grécia	52	0.57	0.058	41	0.74	0.056	75	0.74	0.064	22	0.87	0.059	45	0.61	0.048	41	0.82	0.080
Colômbia	53	0.56	0.056	57	0.68	0.059	51	0.81	0.051	111	0.52	0.091	22	0.64	0.042	87	0.62	0.129
Timor-Leste	54	0.55	0.058	45	0.74	0.059	80	0.71	0.065	92	0.58	0.089	69	0.56	0.056	76	0.7	0.112
Ilhas Salomão	55	0.54	0.063	52	0.7	0.066	68	0.76	0.060	96	0.57	0.082	77	0.55	0.057	117	0.48	0.126
Argentina	56	0.52	0.056	55	0.69	0.059	77	0.74	0.061	67	0.69	0.082	71	0.56	0.053	113	0.52	0.124
Guatemala	57	0.52	0.057	63	0.64	0.066	50	0.81	0.045	131	0.44	0.094	41	0.61	0.054	71	0.72	0.115
Gâmbia	58	0.52	0.056	62	0.64	0.061	52	0.81	0.054	72	0.67	0.083	57	0.58	0.053	65	0.74	0.101
Botsuana	59	0.52	0.059	59	0.66	0.062	62	0.76	0.062	68	0.69	0.082	109	0.47	0.071	127	0.41	0.135
Namíbia	60	0.52	0.063	65	0.													

PAÍSES	ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL (IDL)			ÍNDICE DE DEMOCRACIA ELEITORAL (IDE)			ÍNDICE DA COMPONENTE LIBERAL (ICL)			ÍNDICE DA COMPONENTE IGUALITÁRIA (ICI)			ÍNDICE DA COMPONENTE PARTICIPATIVA (ICP)			ÍNDICE DA COMPONENTE DELIBERATIVA (ICD)		
	Classificação	Pontuação	DP +/-	Classificação	Pontuação	DP +/-	Classificação	Pontuação	DP +/-	Classificação	Pontuação	DP +/-	Classificação	Pontuação	DP +/-	Classificação	Pontuação	DP +/-
Guiana	92	0.33	0.045	83	0.52	0.059	102	0.57	0.066	63	0.7	0.079	111	0.46	0.075	133	0.37	0.123
Benim	93	0.32	0.046	90	0.49	0.062	96	0.59	0.069	50	0.74	0.076	104	0.49	0.065	111	0.53	0.119
Hungria	94	0.32	0.039	99	0.42	0.052	86	0.67	0.066	84	0.62	0.088	84	0.54	0.059	142	0.3	0.104
Tailândia	95	0.31	0.037	98	0.42	0.052	87	0.67	0.058	119	0.49	0.087	137	0.33	0.066	138	0.35	0.128
Nigéria	96	0.31	0.045	86	0.5	0.059	105	0.54	0.073	104	0.56	0.087	58	0.58	0.047	85	0.63	0.116
Somaliádia	97	0.30	0.040	96	0.44	0.053	98	0.58	0.073	154	0.32	0.088	95	0.52	0.063	95	0.6	0.124
Tanzânia	98	0.30	0.033	108	0.36	0.047	82	0.7	0.066	45	0.76	0.073	70	0.56	0.064	81	0.68	0.118
Indonésia	99	0.30	0.045	95	0.46	0.059	103	0.56	0.078	126	0.45	0.095	61	0.57	0.052	67	0.74	0.106
Filipinas	100	0.29	0.037	104	0.39	0.047	91	0.64	0.075	156	0.31	0.091	68	0.56	0.053	109	0.54	0.134
Geórgia	101	0.28	0.037	101	0.4	0.049	95	0.59	0.073	64	0.69	0.085	105	0.48	0.062	70	0.72	0.108
Jordânia	102	0.27	0.024	123	0.28	0.024	66	0.76	0.064	102	0.56	0.095	141	0.31	0.072	68	0.74	0.114
Libano	103	0.27	0.039	100	0.42	0.052	104	0.54	0.075	113	0.5	0.093	119	0.42	0.071	60	0.76	0.110
Tunísia	104	0.26	0.036	102	0.4	0.048	101	0.57	0.074	54	0.73	0.078	100	0.51	0.064	62	0.75	0.104
Índia	105	0.26	0.034	106	0.38	0.046	99	0.58	0.071	138	0.41	0.091	83	0.54	0.052	100	0.57	0.119
Zanzibar	106	0.25	0.028	115	0.33	0.033	89	0.65	0.070	83	0.62	0.094	122	0.4	0.084	103	0.56	0.120
Marrocos	107	0.25	0.023	129	0.26	0.024	78	0.72	0.064	101	0.56	0.094	125	0.39	0.073	46	0.81	0.093
Ucrânia	108	0.24	0.036	105	0.39	0.048	108	0.52	0.073	70	0.68	0.089	81	0.55	0.059	64	0.75	0.106
Costa do Marfim	109	0.23	0.035	103	0.39	0.052	114	0.47	0.073	116	0.49	0.095	63	0.57	0.057	116	0.5	0.134
México	110	0.22	0.036	93	0.47	0.055	126	0.36	0.066	121	0.47	0.085	13	0.65	0.057	129	0.41	0.119
Iraque	111	0.22	0.033	107	0.37	0.046	112	0.48	0.072	139	0.41	0.092	103	0.49	0.060	89	0.62	0.128
Sérvia	112	0.21	0.027	119	0.30	0.034	107	0.52	0.071	53	0.73	0.081	80	0.55	0.058	114	0.52	0.126
Madagáscar	113	0.19	0.030	109	0.36	0.040	123	0.39	0.071	148	0.34	0.087	106	0.47	0.071	136	0.36	0.119
Gabão	114	0.18	0.023	117	0.3	0.031	119	0.41	0.059	80	0.64	0.093	35	0.62	0.061	98	0.58	0.127
Quirguistão	115	0.18	0.027	114	0.31	0.037	121	0.42	0.068	88	0.59	0.091	129	0.37	0.072	139	0.32	0.121
Nigéria	116	0.18	0.020	137	0.23	0.018	109	0.51	0.063	82	0.64	0.074	73	0.56	0.068	58	0.77	0.102
Paquistão	117	0.18	0.028	118	0.30	0.033	120	0.42	0.076	165	0.26	0.077	107	0.47	0.062	126	0.41	0.137
Moçambique	118	0.17	0.025	124	0.28	0.027	115	0.45	0.070	118	0.49	0.078	88	0.53	0.059	125	0.44	0.124
Uganda	119	0.16	0.024	131	0.25	0.027	117	0.44	0.071	147	0.36	0.094	120	0.41	0.068	83	0.65	0.117
Angola	120	0.16	0.026	111	0.34	0.044	131	0.34	0.062	170	0.24	0.076	158	0.16	0.059	135	0.37	0.118
Togo	121	0.16	0.027	110	0.35	0.045	136	0.32	0.063	103	0.56	0.096	85	0.54	0.062	75	0.71	0.112
Mali	122	0.15	0.017	154	0.16	0.018	111	0.49	0.06	98	0.56	0.084	87	0.54	0.066	79	0.7	0.111
Zimbabué	123	0.15	0.023	125	0.27	0.029	124	0.37	0.066	151	0.33	0.088	79	0.55	0.056	93	0.6	0.120
Hong Kong	124	0.14	0.017	158	0.15	0.020	113	0.47	0.061	47	0.75	0.077	170	0.13	0.055	161	0.16	0.084
Omã	125	0.14	0.019	149	0.17	0.017	116	0.44	0.068	99	0.56	0.080	130	0.37	0.069	155	0.21	0.094
Comores	126	0.13	0.025	121	0.29	0.034	139	0.3	0.067	93	0.58	0.097	99	0.51	0.064	148	0.28	0.108
Cazaquistão	127	0.13	0.021	128	0.26	0.031	133	0.33	0.059	97	0.56	0.091	148	0.25	0.063	115	0.5	0.132
Somália	128	0.13	0.02	153	0.16	0.019	122	0.41	0.071	157	0.3	0.088	145	0.29	0.061	86	0.63	0.133
Koweit	129	0.13	0.015	163	0.14	0.012	118	0.41	0.054	89	0.59	0.082	161	0.15	0.056	92	0.6	0.142
Mauritânia	130	0.13	0.025	112	0.33	0.041	146	0.25	0.062	159	0.29	0.082	89	0.53	0.076	104	0.56	0.136
Argélia	131	0.13	0.022	126	0.26	0.031	138	0.30	0.062	95	0.57	0.085	154	0.2	0.057	119	0.48	0.133
Djibuti	132	0.12	0.02	133	0.25	0.027	140	0.29	0.059	109	0.54	0.088	128	0.37	0.073	132	0.38	0.115
Bangladesh	133	0.12	0.017	140	0.2	0.019	130	0.34	0.057	150	0.33	0.088	147	0.28	0.066	118	0.48	0.128
RCA	134	0.12	0.023	116	0.31	0.035	149	0.23	0.061	146	0.36	0.102	101	0.49	0.060	108	0.54	0.146
Congo	135	0.12	0.022	134	0.24	0.025	141	0.29	0.070	163	0.26	0.083	91	0.53	0.063	124	0.45	0.122
Egito	136	0.12	0.018	141	0.19	0.017	129	0.34	0.063	155	0.31	0.086	152	0.21	0.053	137	0.36	0.118
Camarões	137	0.11	0.019	127	0.26	0.025	144	0.27	0.056	120	0.48	0.088	153	0.2	0.063	154	0.22	0.102
Palestina/Cisjordânia	138	0.11	0.019	139	0.21	0.019	137	0.31	0.064	100	0.56	0.095	114	0.44	0.092	159	0.17	0.106
Laos	139	0.11	0.020	164	0.14	0.014	125	0.36	0.075	144	0.38	0.100	124	0.4	0.052	158	0.18	0.099
Turquia	140	0.11	0.020	122	0.29	0.032	151	0.23	0.056	110	0.54	0.091	121	0.4	0.064	164	0.13	0.073
Burkina Faso	141	0.10	0.018	165	0.13	0.017	128	0.34	0.067	108	0.54	0.086	134	0.34	0.091	163	0.14	0.080
Irão	142	0.10	0.018	156	0.16	0.017	135	0.32	0.062	115	0.5	0.092	173	0.1	0.05	146	0.28	0.121
RCA	141	0.10	0.022	120	0.29	0.031	153	0.21	0.061	169	0.24	0.078	146	0.29	0.065	144	0.29	0.126
Vietname	144	0.10	0.019	161	0.15	0.018	132	0.33	0.069	107	0.55	0.097	74	0.56	0.056	88	0.62	0.120
Etiópia	145	0.10	0.020	130	0.26	0.031	150	0.23	0.056	135	0.41	0.094	139	0.32	0.067	112	0.52	0.127
Haiti	146	0.10	0.016	136	0.24	0.017	148	0.24	0.051	176	0.17	0.069	141	0.31	0.060	102	0.56	0.125
Líbia	147	0.10	0.020	141	0.19	0.019	142	0.28	0.068	145	0.36	0.089	149	0.24	0.066	35	0.84	0.093
Essuatini	148	0.10	0.020	169	0.13	0.016	134	0.32	0.074	167	0.25	0.081	131	0.37	0.067	156	0.2	0.099
Guiné	149	0.10	0.020	144	0.19	0.019	141	0.27	0.067	123	0.46	0.090	132	0.36	0.078	150	0.27	0.118
Guiné-Bissau	150	0.10	0.016	132	0.25	0.019	152	0.22	0.051	122	0.47	0.089	136	0.33	0.057	140	0.32	0.117
Catar	151	0.09	0.016	178	0.03	0.005	127	0.35	0.065	142	0.39	0.067	171	0.13	0.044	121	0.47	0.134
Ruanda	152	0.09	0.020	142	0.19	0.020	147	0.25	0.066	112	0.51	0.100	127	0.39	0.092	101	0.57	0.123
El Salvador	153	0.09	0.017	113	0.32	0.039	163	0.14	0.041	168	0.25	0.078	133	0.35	0.091	151	0.25	0.112
Uzbequistão	154	0.08	0.014	138	0.22	0.022	156	0.19	0.042	130	0.44	0.092	155	0.2	0.056	123	0.45	0.122
EAU	155	0.08	0.016	172	0.1	0.017	145	0.26	0.058	128	0.44	0.073	176	0.09	0.056	141	0.29	0.116
Sudão do Sul	156	0.06	0.016	166	0.13	0.013	154	0.2	0.058	178	0.08	0.048	168	0.14	0.066	170	0.1	0.076
Bahrain	157	0.06	0.013	162	0.14	0.017	155	0.19	0.047	133	0.41	0.074	160	0.16	0.069	157	0.18	0.083
Chade	158	0.06	0.014	135	0.24	0.026	169	0.11	0.042	174	0.18	0.071	135	0.34	0.068	141	0.32	0.117
Burundi	159	0.06	0.014	145	0.18	0.017	160	0.15	0.046	161	0.28	0.081	115	0.44	0.074	160	0.17	0.092
Palestina/Gaza	160	0.06	0.015	168	0.13	0.018	158	0.18	0.055	141	0.4	0.091	151	0.22	0.082			

As origens e o impacto da extrema-direita em Portugal

Tiago Fernandes, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa e Sara Pina, Universidade Lusófona

O principal protagonista político na extrema-direita portuguesa é o Chega, um partido iliberal e xenófobo fundado em abril de 2019 por André Ventura, antigo membro do maior partido político de centro-direita, o Partido Social Democrata (PSD). Ventura ganhou notoriedade nacional como polémico comentador televisivo de futebol, mas principalmente como candidato do PSD à presidência do município de Loures (distrito de Lisboa) nas eleições autárquicas de 2017, com uma campanha xenófoba contra o povo cigano, retratado como beneficiário imerecido de assistência social e ameaça à segurança pública. Em 2019, Ventura e um pequeno grupo de apoiantes abandonaram o PSD e formaram o Chega. O forte carisma de Ventura rapidamente juntou militantes conservadores da direita tradicional, do PSD e do pequeno e conservador CDS (Centro Democrático e Social), desiludidos com o centrismo dos seus partidos, além de dirigentes e membros de antigos partidos de extrema-direita, como o PNR (Partido Nacional Renovador) e de movimentos católicos anti-aborto (Federação Pela Vida – FPV; Partido Cidadania e Democracia Cristã – PPV/CDC).

Nas eleições nacionais de 2019, o Chega obteve 1,3% dos votos e Ventura tornou-se o seu único deputado. Nas eleições presidenciais de janeiro de 2021, o Chega conquistou 11,9% dos votos, após a candidatura de Ventura. Nas eleições autárquicas de setembro de 2021, obteve 4,16% dos votos, ultrapassando o CDS, partido conservador português fundado em 1974. Nas eleições gerais de janeiro de 2022, o Chega alcançou 7,1% dos votos e elegeu 12 deputados, e nas eleições gerais de março de 2024, aumentou a sua votação para 18,8%. O seu crescimento foi espetacular, passando de 1 para 50 deputados num período de cinco anos. Nas eleições para o Parlamento Europeu de 2024, o Chega juntou-se ao recém-formado grupo parlamentar PFE – Patriotas pela Europa e elegeu dois deputados.

André Ventura é um político carismático, assumindo sempre o papel de cabeça de lista nas eleições legislativas e de candidato nas eleições presidenciais. Até ao momento é um líder incontestado, embora tenham surgido outras figuras importantes. As duas figuras com maior notoriedade são Pedro Pinto, empresário e líder parlamentar, e Rita Matias, de 27 anos, responsável pela mobilização dos jovens e pelas campanhas nas redes sociais. O Chega tem vindo também a estabelecer com sucesso uma máquina partidária robusta e uma ampla rede de núcleos locais por todo o país. Em 2024, elegeu, pela primeira vez, deputados nos 22 círculos eleitorais portugueses.

Em termos de estratégia e temas preferenciais, o Chega é um partido anti-imigração, defendendo uma Europa de identidade cultural cristã, e considerando que os imigrantes apenas pretendem beneficiar dos sistemas económico e de segurança social europeus, sem aceitarem qualquer tipo de integração. Os seus líderes fazem uma clara associação entre a imigração e o aumento dos riscos de segurança, a concorrência desleal no mercado de trabalho e a desvalorização dos salários. O partido opõe-se ao multiculturalismo e defende uma única cultura nacional e religiosa (católica). O Chega destaca-se ainda por estar numa espécie de permanente campanha anticorrupção, adotando uma postura antilítista, considerando que a velha classe política e os políticos profissionais são oportunistas e venais. O Che-

ga poderá ainda estar a caminhar para uma posição autoritária mais forte, como demonstra a frequente adoção, por Ventura, do lema da ditadura de Salazar: “Somos o partido de Deus, da Pátria, da Família e do Trabalho”. Por último, a abolição das leis de igualdade de género, incluindo a lei da paridade para cargos políticos, é defendida por este partido.

O Chega surgiu no rescaldo da crise económica de 2011-2015, em que as medidas de austeridade então implementadas pela coligação de centro-direita PSD-CDS então no governo levaram a uma vitória esmagadora da esquerda nas eleições de 2015. A esquerda foi hegemónica até 2023, o que gerou uma crise e fragmentação na direita tradicional, levando ao desaparecimento eleitoral do CDS e a cisões no PSD, com a formação do próprio Chega e de outro novo partido, a Iniciativa Liberal (IL). Desde 2022, muitos cidadãos descontentes com os sacrifícios impostos pela pandemia COVID 19 e com o aumento do custo de vida, a inflação, o desemprego, os preços da habitação e o simultâneo aumento da imigração, estarão entre os eleitores do Chega. Este partido beneficiou também das investigações sobre corrupção que levaram à queda do governo socialista em 2023.

Em relação à identidade socioeconómica do partido, o Chega começou por defender posições ultraliberales, como a desregulação da economia e a redução do Estado-Providência. No entanto, tem vindo a recentrar a sua posição, tornando-se, sobretudo em matérias laborais, defensor de uma maior regulação pública e opondo-se às medidas recentes do governo da AD que procuravam uma flexibilização do mercado de trabalho. Apesar disso, defende a livre concorrência nos sectores da saúde e da educação, bem como uma redução radical dos impostos. Ao mesmo tempo, considera que os serviços de bem-estar social devem ser reservados exclusivamente aos cidadãos portugueses. O Chega defende uma maior soberania em relação à União Europeia, mas modera esta crítica. É também um partido pró-NATO, mas que considera as Nações Unidas uma instituição inútil.

Há pouca informação disponível sobre a base eleitoral do partido. No entanto, o Chega obtinha tradicionalmente grande parte do seu apoio eleitoral entre os homens jovens e de meia-idade e sem formação superior. Mas tem vindo a ganhar popularidade num número cada vez maior de jovens, especialmente desde as eleições de 2022. Até 2024, a geografia eleitoral do apoio ao Chega concentrava-se principalmente em zonas rurais e pequenas cidades com populações que enfrentam dificuldades financeiras e acesso limitado aos benefícios do Estado de bem-estar social, aos serviços públicos e às infraestruturas. O Chega conseguiu também dar voz às reivindicações das forças policiais, contando com o apoio de alguns dos seus sindicatos e movimentos, como o Movimento Zero, uma rede informal de polícia que surgiu na sequência das crescentes críticas à atuação policial contra as minorias raciais. No entanto, as tentativas de obter apoio dos sindicatos que representam os trabalhadores manuais ou dos serviços tradicionais têm, até ao momento, falhado.

O posicionamento ideológico dos simpatizantes do Chega é claramente de direita, como têm mostrado os diversos inquéritos à

opinião pública realizados em Portugal. Mas neste aspeto, porém, as diferenças não são muito grandes em relação a outros partidos de direita. Uma parte substancial dos apoiantes dos partidos de direita apresenta grande semelhança, o que indica a possibilidade de transferência de eleitores e de aproximações ideológicas. A maioria dos apoiantes do Chega votou anteriormente noutros partidos de direita e é também composta, em grande parte, por eleitores que anteriormente se abstinham nas eleições. De facto, o sucesso do Chega tem estado associado ao crescimento da participação eleitoral. Até 2024, a transferência de votos dos partidos de esquerda foi diminuta.

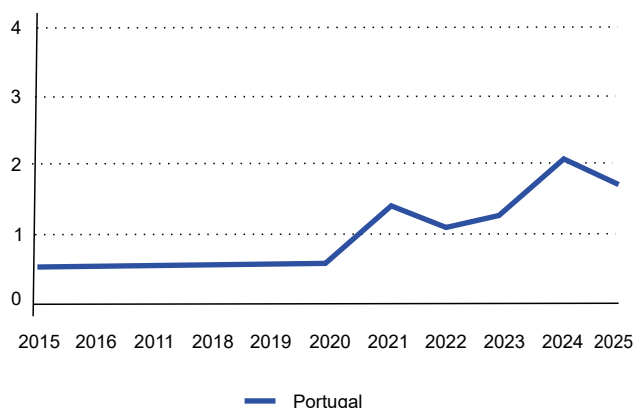
Entre as eleições gerais de março de 2024 e maio de 2025, o Chega ocupou o terceiro lugar no sistema partidário português, quer em termos de votos, quer em número de deputados, logo atrás do PSD e do PS (Partido Socialista). O PSD e o PS obtiveram quase 60% dos votos em 2024, enquanto que o Chega obteve 18,8%, o que lhe permitiu eleger 50 deputados. Apesar da força eleitoral do Chega, os partidos de direita que compunham a coligação governamental da altura (AD – Aliança Democrática, formada pelo PSD e pelo CDS) recusaram-se a formar qualquer coligação com o partido.

Mas em maio de 2025, Portugal voltou a realizar eleições legislativas, após a queda do governo minoritário de centro-direita da AD (Aliança Democrática), que apresentou uma moção de confiança no parlamento, rejeitada por todos os partidos, com exceção da IL. Desde 2019 que Portugal sofre de uma instabilidade política crónica, tendo passado por três eleições legislativas. Este novo contexto político foi favorável ao Chega, até porque a queda do governo em 2025 se deveu a suspeitas de que o primeiro-ministro, enquanto em funções, teria recebido rendimentos de empresas privadas. O autoproclamado papel do Chega como defensor da luta contra a corrupção na classe política foi, pela primeira vez, retificado pelos partidos de esquerda, especialmente o PS, que fizeram uma campanha baseada na falta de honestidade do primeiro-ministro. Os principais temas da campanha eleitoral acabaram, assim, por favorecer o Chega.

No entanto, a coligação AD acabou por reforçar a sua maioria (31,2% dos votos e 88 lugares no parlamento), enquanto que o Chega aumentou a sua votação para 22,7% e elegeu 60 deputados. O PS desceu para 22,8% e elegeu 50 deputados. Apesar de estar ligeiramente atrás do PS em termos de número de votos, o Chega tornou-se o segundo partido com mais deputados no parlamento. Aumentou também substancialmente o seu voto entre grupos sociais como as mulheres, a classe média, os jovens, os abstencionistas e, eventualmente, entre os eleitores tradicionais de esquerda, bem como em novas zonas do território, como as periferias da área metropolitana de Lisboa e o Sul, uma zona que desde as primeiras eleições democráticas em 1975 era um bastião da esquerda. É agora o partido mais votado em cerca de metade dos distritos do Sul.

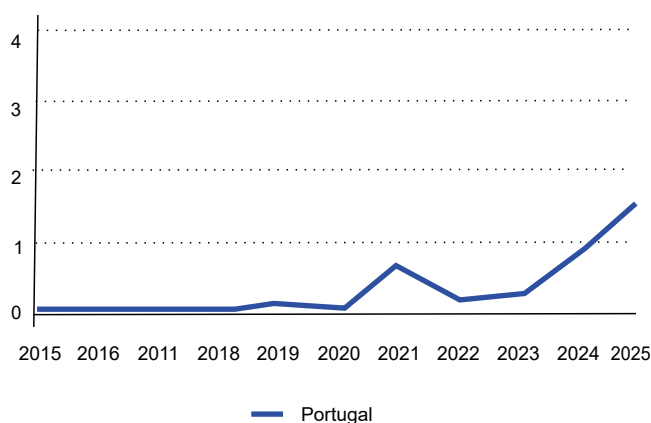
Dado este crescimento, e com o Partido Socialista a ocupar o terceiro lugar pela primeira vez na história da democracia portuguesa, o Chega lidera a oposição ao governo de centro-direita da Aliança Democrática. Esta situação inédita na história da democracia portuguesa gerou novos desafios. Em primeiro lugar, ao aparecimento do Chega correspondeu a uma erosão de dimensões fundamentais da democracia portuguesa. O seguinte gráfico mostra os níveis de polarização política em Portugal, ou seja, a medida em que a sociedade está dividida em campos políticos antagónicos. Em 2020 Portugal apresentava níveis de polarização política próximos do zero (os apoiantes de campos políticos opostos interagem frequentemente de forma amigável), mas em 2024 já estava no nível 2 (apoiantes de campos políticos opostos têm a mesma probabilidade de interagir de forma amigável ou hostil).

FIGURA 1. POLARIZAÇÃO POLÍTICA

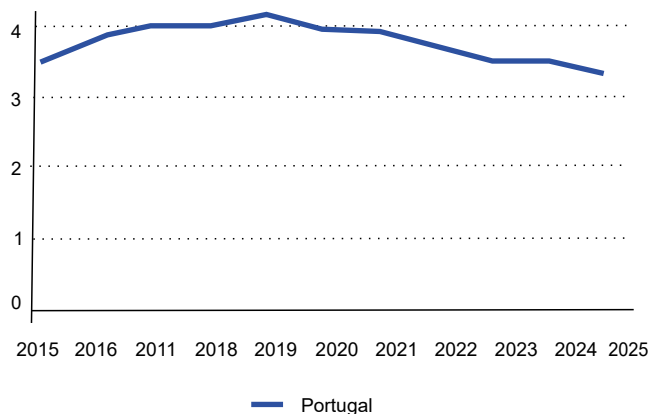


Mais preocupante ainda, é o aumento de mobilização pró-autocrática, que viu um crescimento exponencial desde 2020. O gráfico abaixo mede a medida em que eventos de mobilização de massa com objetivos pró-autocráticos têm sido amplos e frequentes. Os eventos são considerados pró-autocráticos se forem organizados explicitamente em apoio de governantes e formas de governo não democráticas (ex: Estados de partido único, ditaduras militares), mas também se forem organizados em apoio de líderes que questionam princípios básicos da democracia ou que, de um modo geral, visam minar ideias e instituições democráticas, como o Estado de direito, eleições livres e justas ou a liberdade de imprensa. O gráfico diz respeito à mobilização dos cidadãos para eventos de massas, como manifestações, greves e ocupações, e mostra como Portugal passou de níveis muito baixos de mobilização pró-autocrática em 2020, para níveis perto de 2 (houve muitos eventos de pequena escala).

FIGURA 2. MOBILIZAÇÃO PARA A AUTOCRACIA



Finalmente, a dimensão deliberativa da democracia está também em declínio. O gráfico abaixo mede a propensão das elites políticas reconhecerem e respeitarem argumentos contrários no processo de formulação de políticas públicas. Em 2019 Portugal estava no nível 4 (as elites reconhecem quase sempre os contra-argumentos e valorizam-nos explicitamente, mesmo que, em última análise, os rejeitem na maioria dos casos). Em 2025 está no nível 3 (as elites tendem a reconhecer os contra-argumentos, embora sem fazer afirmações explicitamente negativas ou positivas sobre os mesmos), mas com tendência para descer ainda mais.→

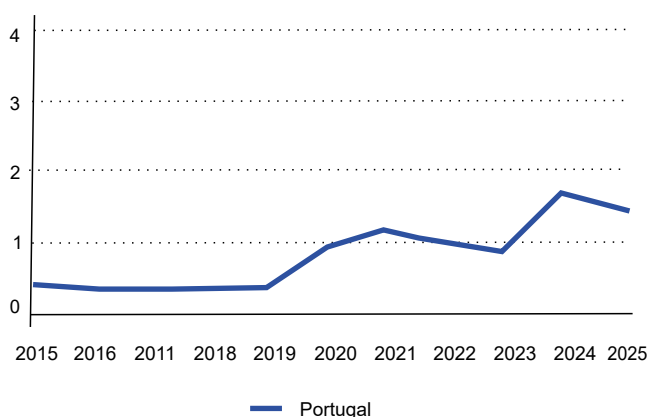
FIGURA 3. RESPEITO POR CONTRA-ARGUMENTOS

Em segundo lugar, o Chega tem vindo a pressionar os outros partidos de direita (PSD e CDS, junto na coligação AD; a IL), para formarem um bloco único que governasse com maioria absoluta e até revisse a Constituição. Estes partidos juntos detêm mais de 2/3 dos deputados. Mesmo dentro da coligação vitoriosa da AD e no próprio PSD, há quem defenda esta posição. Os resultados eleitorais do Chega e o facto de a AD não ter obtido uma maioria tão expressiva fortalecem os apoiantes de uma aliança com o Chega, cujos deputados são vistos como essenciais para uma governação estável. Tem ainda sido difícil à coligação AD ignorar o Chega e a sua agenda, o que levou a alguma convergência em políticas públicas mais recentes, como a lei da nacionalidade de abril de 2026, mais restritiva face à legislação anterior. Com o apoio da AD, o Chega conseguiu ainda nomear pessoas para cargos relevantes no aparelho de Estado, como o tribunal constitucional.

No entanto, os partidos de centro-direita (PSD) e de centro-esquerda (PS) somam juntos 54% dos votos, o que ainda confere ao sistema democrático uma base relativamente sólida para se estabelecer um cordão sanitário em relação ao Chega. Isto implicaria uma convergência política centrista em redor de algumas políticas públicas e um pacto entre estes partidos para impedir o Chega de nomear mais pessoas para cargos relevantes no aparelho de Estado. Além disso, tanto o Primeiro-Ministro como a nova liderança socialista já declararam publicamente que uma revisão constitucional não é uma prioridade. O sistema democrático conta ainda, portanto, com partidos liberais-democráticos robustos, capazes de competir e derrotar o Chega nas eleições. Embora enfraquecidos, o centro-direita e o centro-esquerda tradicionais não desapareceram, como em muitas outras democracias contemporâneas. E persiste a natureza interclassista do PS e do PSD. Embora o voto nos partidos de direita

continue associado a maiores níveis de rendimento e prática religiosa, as bases sociais de apoio dos principais partidos portugueses são ainda socialmente diversas e plurais.

Finalmente, um último recurso para resistir a uma eventual crise democrática, e derrotar a extrema-direita, caso esta chegue ao poder máximo do Estado, é a sociedade civil portuguesa. O movimento sindical português é comparativamente robusto. O padrão português de protesto está interligado com as próprias instituições democráticas. Não só é um protesto pacífico, o que evita reações repressivas por parte do Estado, como se articula com as instituições da democracia representativa. O parlamento, os ministérios e os governos locais são o principal alvo das manifestações que ocorreram ao longo do período democrático. E nos anos recentes, como mostra o gráfico abaixo, assistiu-se também ao aumento da mobilização a favor da democracia (manifestações, greves e ocupações). Os eventos são aqui considerados pró-democráticos se forem organizados com o objetivo explícito de promover e/ou proteger instituições democráticas, como eleições livres e justas, tribunais e parlamentos, ou se apoiarem liberdades cívicas, como a liberdade de associação e de expressão. Como se pode ver, a mobilização de massas a favor da democracia passou de níveis muito baixos em 2019 para a generalização de inúmeros eventos de pequena escala entre 2024 e 2025, uma dinâmica paralela ao aumento da mobilização autocrática.

FIGURA 4. MOBILIZAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Em conclusão, a democracia portuguesa mostra não só resiliência institucional face à extrema-direita, mas a própria sociedade civil possui uma diversidade de movimentos de cidadãos capaz de resistir a eventuais episódios de autocratização. ■



cei_iscte

**Centro de
Estudos Internacionais**

Edifício 4, Sala B1.131
Avenida das Forças Armadas, N.º 40
7649-026 Lisboa, Portugal

+351277 903 000 | +351210 464 029

<https://cei.iscte-iul.pt/>

email: cei@iscte-iul.pt

www.facebook.com/CentroEstudosInternacionais

pt.linkedin.com/company/cei-iscte

instagram.com/isctesociologiapoliticaspUBLIC/
x.com/cei_iscte

ACERCA DO CEI-ISCTE



O **Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)** é uma unidade de investigação do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, criada em 2013 e sediada em Lisboa. Dedicar-se à produção de investigação científica de excelência sobre os principais desafios globais, articulando perspetivas locais e setoriais. A sua atividade contribui para uma compreensão aprofundada de temas centrais da atualidade, como a sustentabilidade, as alterações climáticas, as ameaças à democracia e a segurança global.

O CEI-Iscte orienta a sua missão pelos seguintes objetivos:

Afirmar-se como uma **referência internacional na investigação em Estudos Internacionais**, atraindo investigadores de excelência comprometidos com a **produção científica**, **o ensino e a disseminação do conhecimento**.

Promover a internacionalização através da participação ativa em redes e projetos de investigação de referência a nível internacional.

Reforçar a articulação entre a investigação científica e as atividades de ensino nos diferentes níveis de formação.

Contribuir para o desenvolvimento e a disseminação de práticas de Ciência Aberta e Acesso Aberto.

Intensificar a transferência de conhecimento para a sociedade, promovendo a criação de valor social e o impacto da investigação.

ORGANIZAÇÃO

Grupos de investigação

— Política Global e Segurança

- Política Global
- Segurança e Defesa Internacional
- Governação Global e Organizações Internacionais
- Tecnologias Emergentes e Disruptivas

— Democracia, Ativismos e Cidadania

- Sistemas Políticos
- Conflitos e Desigualdades
- Movimentos Sociais
- Desafios à Democracia

— Sociedades Sustentáveis

- Mudança Socioambiental
- Sustentabilidade e Desenvolvimento
- Fenómenos Económicos Globais e Transnacionais
- Modo de vida



Linhas regionais

África

Ásia

Europa & Relações Transatlânticas

América Latina & Caribe

Médio Oriente & Norte de África

PROGRAMAS DE FORMAÇÃO AVANÇADOS

Programas doutorais

- Estudos Africanos
- Estudos Internacionais
- História, Estudos de Segurança e Defesa
- Transições para a sustentabilidade

+ colaboração com outros programas doutorais e de mestrado



REDES

V-Dem

Varieties of Democracy

EUNPDC

EU Non-Proliferation and Disarmament Consortium

AEGIS

African Studies in Europe

ABORNE

African Borderlands Research Network

TSA

Transatlantic Studies Association

EISA

European International Studies Association

EISS

European Initiative on Security Studies

ECOLISE

European network for community-led initiatives on climate change

ECPR

European Consortium for Political Research

RIPESS

Intercontinental network for the promotion of social solidarity economy

ISA RC47

Research Committee in Social Classes and Social Movements

REFAT

Rede de Estudos dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para a Democracia

DIREITAS, HISTÓRIA E MEMÓRIA

CEISAL

Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina

TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E CRIAÇÃO DE VALOR SOCIAL

Biblioteca Central de Estudos Africanos

Situada na biblioteca do Iscte-IUL é a mais acessível, bem equipada e reconhecida entre todas as bibliotecas portuguesas dedicadas a temas africanos, atraindo investigadores nacionais e internacionais que se dedicam ao estudo da África. É financiada pelo CEI-Iscte por meio de verbas programáticas.

Sociodigital Lab de políticas públicas

Colocava a tradução do SocioDigital Lab assim: Um Laboratório Associado, fruto de uma parceria entre seis Unidades de Investigação do Iscte, incluindo o CEI-Iscte, que se dedica a várias áreas das ciências sociais e das tecnologias digitais e aborda questões diretamente relevantes para as políticas públicas.

Iscte – Conhecimento e Inovação

O Centro de Criação de Valor e Transferência de Tecnologia é uma infraestrutura de investigação e transferência de conhecimento criada em 2019, da qual o CEI-Iscte é membro, juntamente com outras unidades de investigação do Iscte-IUL.

PUBLICAÇÕES

Cadernos de Estudos Africanos (revistas.rcaap.pt/cea/)

Publicado desde 2001 em 4 idiomas
Indexado na Scopus e publicado na Open Edition

Ler História (em colaboração com o CIES-Iscte)

Criada em 1983
Indexado na Scopus e publicado na Open Edition

Portuguese Journal of Social Science

(em colaboração com outras unidades de investigação do Iscte-IUL)
Publicada desde 2002
Indexada na Scopus e na EBSCO



50+

UNIDADES DE SAÍDA

145+

CONJUNTOS DE DADOS

1,000+

OPÇÕES DE COMBINAÇÃO

25,000+

VARIÁVEIS

Demscore, acrônimo de Infraestrutura de Investigação para a Democracia, Ambiente, Migração, Política Social, Conflito e Representação, oferece dados harmonizados das principais Ciências Sociais do mundo. Os dados são de fonte aberta e de utilização gratuita em todo o mundo.

Uma base de dados PostgreSQL conjunta e totalmente normalizada, uma programação sofisticada e uma interface baseada na web permitem a seleção de variáveis das seis infraestruturas de dados parceiras. Isto resulta numa base de dados personalizada e num livro de código (codebook) gerado automaticamente numa questão de segundos, tornando o Demscore num recurso extremamente eficiente em termos de tempo, em comparação com a fusão manual de várias bases de dados.

Explore os nossos conjuntos de dados temáticos

O conjunto de dados temáticos da Demscore reúnem uma vasta gama de variáveis de conjuntos de dados de todos os módulos parceiros relacionados com o tópico selecionado.



Ambiente

Partidos Políticos
e Eleições

Corrupção

Segurança e
Violência

Educação

Para obter recursos adicionais de fácil utilização, incluindo mais bases de dados temáticas, ferramentas de visualização em linha, conjuntos de dados estáticos e um manual de início rápido, visite: www.demscore.se



Variedades da Democracia (V-Dem)

Programa de Dados sobre Conflitos
e Sistema de Alerta Precoce da
Violência de Uppsala (UCDP/VIEWS)

Qualidade de Governo (QoG)

Laboratório de Política Comparada
(COMPLAB)Arquivo de Dados sobre a Democ-
racia Representativa (REPDEM)Arquivo de dados históricos
(H-DATA)

DEMSCORE É FINANCIADO POR:

Swedish
Research
CouncilUNIVERSITY OF
GOTHENBURGUPPSALA
UNIVERSITETStockholms
universitet

UMEÅ UNIVERSITY

Publicações da equipa V-Dem

Publicação em destaque

Fifty years of the third wave(s): from democratization to autocratization

Staffan I. Lindberg

2026 | *Democratization*, 1–24.

► O artigo faz um balanço dos 50 anos da “terceira vaga de democratização”, que transformou muitas ditaduras em democracias. Entre 1970 e 2024, ocorreram 149 episódios de democratização em 110 países não democráticos. No entanto, ao longo dos últimos 25 anos, esta vaga passou a sobrepor-se a uma crescente “terceira vaga de autocratização”, contabilizando 105 episódios de autocratização em 75 países. A atual vaga de autocratização é sem precedentes em duração, alcance e magnitude - e não mostra sinais de abrandamento.

Publicações 2025

Altman, D. (2025). **Decompressing to prevent unrest: political participation through citizen-initiated mechanisms of direct democracy.** *Social Movement Studies*, 1–18.

Altman, D., & Altman, N. (2025). **Citizens at the Polls: Direct Democracy in the World, 2022–2023.** *Revista De Ciencia Política*, 45(1).

Andersen, D. D. E., Knutsen, C. H., & Skaaning, S.-E. (2025). **Dimensions of State Capacity and Modes of Democratic Breakdown.** *Political Studies*, 0(0).

Angiolillo F., Wiebrecht F., & Lindberg S.I. (2025). **Party Systems, Democratic Positions, and Regime Changes: Introducing the Party-System Democracy Index.** *British Journal of Political Science*, 55:e42.

Croissant, A., & Lott, L. (2025). **Democratic Resilience in the Twenty-First Century: Search for an Analytical Framework and Explorative Analysis.** *Political Studies*, 0(0). (Previous V-Dem Working Paper 149).

Dahl, M., Dahlum, S., Fjelde, H., Gjerløw, H., Knutsen, C. H., Strøm-Sedgwick, C., & Wig, T. (2025). **Mass Mobilization in the Modern Era: Introducing the Opposition Movements and Groups (OMG) Dataset, 1789–2019.** *Comparative Political Studies*, 0(0).

Del Río, A., Kim, W., Knutsen, C. H., Neundorff, A., Paglayan, A. S., & Nazrullaeva, E. (2025). **Enhancing Transparency and Replicability in Data Collection: Lessons from the Construction of Three Education Datasets.** *Perspectives on Politics*, 1–18.

Djuve, V. L., & Knutsen, C. H. (2025). **Citizen Action and Elite Responses: Opposition Mass Movements and Regime Change from Within, 1900–2019.** *Journal of Conflict Resolution*, 69(10), 1798–1826.

Garbe, L., Maerz, S. F., & Freyburg, T. (2025). **Authoritarian collaboration and repression in the digital age: balancing foreign direct investment and control in internet infrastructure.** *Democratization*, 1–24.

Knutsen, C. H., Dahlum, S., Rasmussen, M. B., & Wig, T. (2025). **Who Rules? Support Coalitions and Regime Survival, 1789–2020.** *Comparative Political Studies*, 0(0).

Knutsen, C. H., Dahlum, S., Rasmussen, M. B., & Wig, T. (2025). **Behind the Throne: Regime support coalitions around the world, 1789–2020.** *British Journal of Political Science*, 55, e37.

Lott, L., Kinzelbach, K., & Lindberg, S. I. (2025). **Can free academia withstand democratic backsliding? Why some universities wither while others survive.** *International Political Science Review*, 0(0).

Lott L., Spannagel J. (2025). **Quality Assessment of the Academic Freedom Index: Strengths, Weaknesses, and How Best to Use It.** *Perspectives on Politics*. Published online: 1–23. (Previous V-Dem Working Paper 142).

Maerz, S. F. (2025). **How practices of digital authoritarianism harm democracy.** *Democratization*, 1–28.

Nord, M., Angiolillo, F., Good God, A., & Lindberg, S. I. (2025). **State of the world 2024: 25 years of autocratization – democracy trumped?** *Democratization* 32(4): 839–864.

Nord, M., Angiolillo, F., Lundstedt, M., Wiebrecht, F., & Lindberg, S. I. (2025). **When autocratization is reversed: episodes of U-Turns since 1900.** *Democratization* 32(5): 1136–1159. (Previous V-Dem Working Paper 147).

Ordanoski, G., & Angiolillo, F. (2025). **Patterns of incumbents’ repression during autocratization.** *Democratization*, 1–24.

Pirker-Diaz, P., Wilson, M.C., Beier, S., Wiesner, K. (2025). **Scaling laws of political regime dynamics: stability of democracies and autocracies in the twentieth century.** *R Soc Open Sci.* 1 August 2025; 12 (8): 250457.

Povitkina, M., Jagers, S. C., Rydén, O., & Sjöstedt, M. (2025). **Political consequences of natural disasters: accidental democratization?** *Democratization*, 1–25. (Previous V-Dem Working Paper 148).

Randahl, D., Leis, M., Gässte, T., Fjelde, H., Hegre, H., Lindberg, S. I., Wilson, S. (2025) **“Forecasting electoral violence.”** *International Journal of Forecasting*, 0(0). (Previous V-Dem Working Paper 150).

Weitzel, Daniel, John Gerring, Daniel Pemstein, and Svend-Erik Skaaning. (2025.) **Measuring electoral democracy with observables.** *American Journal of Political Science*, 1–17.

Wig, T., Knutsen, C. H., Dahlum, S., & Rasmussen, M. B. (2025). **Cui bono? business elites and interstate conflict.** *European Journal of International Relations*, 31(2), 280–310.

Working Papers e Relatórios do V-Dem

Working Papers do V-Dem

2025

David Randahl. (2025). **Inexorable Force or Dying Wave? The long term trends of democratization and the third wave of autocratization.** University of Gothenburg, Varieties of Democracy Institute: Working Paper No. 152.

Amanda B. Edgell, Matthew C. Wilson, e Vanessa Boese-Schlosser. (2025). **Introducing Demstock: An R Package for Calculating Stock Variables Using the Varieties of Democracy (V-Dem) Data.** University of Gothenburg, Varieties of Democracy Institute: Working Paper No.153.

Kyle L. Marquardt, Daniel Pemstein, Brigitte Seim, John Gerring, Carl Henrik Knutsen, e Yunus Orhan. (2025). **Global Trends and Expert Perceptions: Pessimism and the Assessment of Democratic Backsliding.** University of Gothenburg, Varieties of Democracy Institute: Working Paper No.154.

Relatórios e resumos de políticas do V-Dem

2025

Natalia Natsika, Marina Nord e Staffan I. Lindberg. (2025). **“Measuring and Analyzing the Rule of Law: A Practical Guide”.** University of Gothenburg, Varieties of Democracy Institute: V-Dem Policy Brief, No. 41.

Marina Nord e Staffan I. Lindberg. (2025). **“U-turns – The Hope for Democratic Resilience”.** University of Gothenburg, Varieties of Democracy Institute: V-Dem Policy Brief, No. 42.

Capítulos de Livros

Michael Bernhard, Jan Kubik, e Grzegorz Ekiert. (2025). **“Social Capital and Civil Society”** in Katarzyna Walecka, Simona Guerra, and Fernando Casal Bértoa, eds. *The Oxford Handbook of Polish Politics*. Oxford: Oxford University Press.

Padrões Globais, Conhecimento Local

Centros Regionais do V-Dem

Os Centros Regionais visam reforçar a investigação regional e o envolvimento de académicos regionais no Projeto V-Dem.



Balcãs



Cáucaso



Ásia Central



Leste Asiático



**Europa de Leste
e Rússia**



América Latina



América do Norte



África do Sul



Europa do Sul